

ESTADO DO TOCANTINS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
A S P L A N

PLANO DIRETOR DA REGIÃO SUDESTE

APOIO FINANCEIRO DA SUDAM

SETEMBRO DE 1993 Secretaria de Planejamento
Sala de Leitura

Plano

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO - Governador

PAULO SIDNEI ANTUNES - Vice-Governador

ANTONIO JOSÉ GUERRA - Chefe da ASPLAN

EUGÊNIA MARIA PIMENTEL MENDES - Chefe de Gabinete

ALEJANDRO LUIZ PEREIRA DA SILVA - Diretor de Planejamento e Estatística

MÁRCIO MARTINS N. BRAZ E SILVA - Diretor de Programação e Acompanhamento

LEVINO DIAS DA SILVA - Coordenador de Planejamento

JOAQUIM MANCHOLA CIFUENTES - Coordenador de Estatística

EDUARDO MOREIRA BARBOSA - Coordenador de Administração e Finanças

MANDEL DE JESUS ALMEIDA - Coordenador de Programação Orçamentária.

AGUINALDO OLINTO DE ALMEIDA FILHO - Coordenador de Avaliação e Acompanhamento

HIGINO JÚLIA PITI - Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento

EQUIPE TÉCNICA

* ELABORAÇÃO

LEVINO DIAS DA SILVA - Coordenador
ALDACY MACEDO DOS SANTOS
ALINA DOS PASSOS
FRANK TOSHIMI TAMBA
GUSTAVO JAIME PERPÉTUO COELHO
IVANILDES MAGALHÃES E SILVA
LEHILDES CORREA FERREIRA DE SOUSA
MARIA MARINALVA P. BARROS
RICARDO SHINITI KONYA
VITOR ANTONIO MORAES DE CARVALHO

* CONSULTORIA

Dr. OSVALDO DELLA GIUSTINA

* SOCIEDADE CIVIL DA REGIÃO SUDESTE

FÓRUMS DE DEBATES DE ARRAIAS, NATIVIDADE E DIANÓPOLIS
GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SETOR SOCIAL
GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SETOR ECONÔMICO
GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SETOR DE INFRA-ESTRUTURA

* ASTEP'S DOS ORGÃOS SETORIAIS

* INFORMÁTICA

CARLOS GOMES MATOS JUNIOR
ELZA DIVINA ALVES RODRIGUES
FRANCISCO DE ASSIS VELOSO - Programador
FRANÇOES MORAES CAVALCANTE
JAMES JACQUES POSSAPP

* APOIO AOS FÓRUMS DE DEBATES

ANAPAULA DE SENE
EDIVALDO SOUSA RODRIGUES
EDUARDO MOREIRA BARBOSA
EMIVAL GOMES DE OLIVEIRA
NADJA MARIA S. BRITO
NONATO PEREIRA DE ALMEIDA
RAIMUNDO PEREIRA DE CARVALHO
TEODORO MENDES CARLOS

PREFEITOS DA REGIÃO

- 1 - ALMAS - HUGO FIGUEIRA
- 2 - ARRAIAS - LUIZ CARLOS B. FRANÇA
- 3 - AURORA DO TOCANTINS - IRACEDE M^ª. DE A. SEVERO
- 4 - COMBINADO - MARIZETE B. A. VASCONCELOS
- 5 - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS - NATACÍLIO RIBEIRO
- 6 - DIANÓPOLIS - MERCY AIRES FILHO
- 7 - NATIVIDADE - ROBLEDO DE M. S. SUARTE
- 8 - NOVO ALEGRE - VICENTE F. CONFESSOR
- 9 - NOVO JARDIM - ALEXANDRE CERQUEIRA
- 10 - PARANÁ - ADIMÁ FRANCISCO TORRES
- 11 - PONTE ALTA DO BOM JESUS - JOÃO FREIRE DE MOREIRA
- 12 - PORTO ALEGRE DO TOCANTINS - ADELJON CARNEIRO
- 13 - PINDORAMA DO TOCANTINS - JOSÉ DEIJALDO ARRUDA
- 14 - RIO DA CONCEIÇÃO - VALDO VIANA
- 15 - SANTA ROSA DO TOCANTINS - OLIVAN B. E LIRA
- 16 - SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE - BENILDO ZANATTA
- 17 - TAQUATINGA - GELIMAR GEORGE GODINHO
- 18 - TAIPAS DO TOCANTINS - AIR CARDOSO DE ARAÚJO

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

AOS PREFEITOS

LUIZ CARLOS B. FRANÇA - Arraias

ROBLEDO DE M. S. SUARTE - Natividade

MERCY AIRES FILHO - Dianópolis

Sediadores dos Fóruns de Debates realizados em 30/06,
02/07 e 16/07, respectivamente.

ANTONIO VIEIRA - Diretor do Jornal do Sudeste

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
1 - O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS.	15
2 - A REGIONALIZAÇÃO.	17
3 - COMPONENTES DO PLANO DIRETOR:	19
3.1 - Diagnóstico Regional;	19
3.2 - Cenários Regional;	19
3.3 - Programação Regional.	20

PARTE I

DIAGNÓSTICO GERAL DA REGIÃO SUDESTE

INTRODUÇÃO	22
1 - ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS (RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE):	23
1.1 - Condições Naturais;	23
1.2 - Recursos Naturais.	26

2 - DEMOGRAFIA E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL:	28
2.1 - Situação Demográfica;	28
2.2 - Educação e Cultura;	29
2.3 - Saúde, Saneamento e Habitação.	33
3 - ATIVIDADES ECONÔMICAS:	36
3.1 - Setor Primário:	37
3.1.1 - Situação fundiária;	37
3.1.2 - Produção;	38
3.1.3 - Tecnologia e assistência técnica;	41
3.2 - Setor Secundário;	43
3.3 - Setor Terciário;	44
3.4 - Conclusões.	45
4 - INFRA-ESTRUTURA:	47
4.1 - Sistema Viário;	47
4.2 - Transporte Aéreo e Outros;	48
4.3 - Setor Elétrico;	50
4.4 - Comunicações.	51
5 - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:	54
5.1 - Órgãos Federais e Estaduais Existentes na Região;	54
5.2 - Organização Municipal.	55
6 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO: POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS	56
6.1 - Potencialidades	56
6.1.1 - No Campo Social;	56
6.1.2 - No Campo Econômico;	56
6.1.3 - No Campo da Infra-estrutura.	57

6.2 - Obstáculos:	57
6.2.1 - No campo social;	57
6.2.2 - No campo econômico;	58
6.2.3 - No campo da infra-estrutura.	58

PARTE II

PROGNÓSTICO

INTRODUÇÃO	60
1 - PERSPECTIVAS DE CENÁRIOS:	61
1.1 - Hipótese nº 1 - Manutenção da Situação Atual - Cenário Tendencial:	61
1.1.1 - Em relação à ocupação e ao desen- volvimento econômico;	61
1.1.2 - Em relação à integração e à infra- estrutura;	61
1.1.3 - Em relação ao desenvolvimento social.	62
1.2 - Hipótese Nº 2 - Transformação da Situação Atual - Cenário Desejável:	62
1.2.1 - Em relação à ocupação e ao desenvolvi- mento econômico;	62
1.2.2 - Em relação à integração e à infra- estrutura;	63
1.2.3 - Em relação ao desenvolvimento social.	64

2 - DIRETRIZES PARA O PLANO DIRETOR:	65
2.1 - Diretrizes de Ordem Geral:	65
2.1.1 - Integração de ações;	65
2.1.2 - Compatibilização com o plano estratégico;	65
2.1.3 - A produção de alimentos como núcleo do Plano;	65
2.2 - Diretrizes Setoriais	66
2.2.1 - Para o campo econômico;	66
2.2.2 - Para a infra-estrutura;	68
2.2.3 - Para o campo social:	68
2.2.4 - Organização regional - suporte institucional e gestão do plano.	70

PARTE III

PROGRAMAS E PROJETOS

1 - CONCEPÇÃO GLOBAL DO PLANO DIRETOR:	72
1.1 - Ordenação Institucional;	72
1.2 - Ordenação Espacial.	74
2 - CONTEÚDO E DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS:	77
2.1 - Programa 01 - Identificação de Recursos Naturais e Ocupação Espacial:	77
2.1.1 - Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE);	77
2.1.2 - Cadastro fundiário;	78
2.1.3 - Identificação e orientação de fluxos migratórios;	78

2.2 - Programa 02 - Aproveitamento dos Recursos Minerais:	79
2.2.1 - Recuperação e desenvolvimento da indústria do calcário;	79
2.2.2 - Racionalização e expansão da exploração do ouro;	80
2.2.3 - Identificação e aproveitamento do potencial de argila;	81
2.3 - Programa 03 - Promoção do Turismo:	81
2.3.1 - Identificação e exploração de cenários naturais;	82
2.3.2 - Preservação do patrimônio histórico e meio ambiente;	82
2.3.3 - Promoção de circuitos culturais;	83
2.4 - Programa 04 - Produção de Alimentos:	83
2.4.1 - Produção de grãos: ampliação de áreas e aumento da produtividade;	84
2.4.2 - Pecuária: modernização tecnológica;	85
2.4.3 - Desenvolvimento da agroindústria;	85
2.4.4 - Apoio à formação de microempresa;	85
2.5 - Programa 05 - Implantação da Infra-estrutura e Integração Regional:	86
2.5.1 - Sistema integrado de transportes;	87
2.5.2 - Produção e distribuição de energia elétrica;	87
2.5.3 - Comunicações;	88

2.6 - Programa 06 - Recursos Humanos e Tecnologia:	88
2.6.1 - Ampliação da UNITINS e sua integração no desenvolvimento regional;	89
2.6.2 - Formação técnica;	89
2.6.3 - Projetos de capacitação de mão-de-obra;	90
2.7 - Programa 07 - Desenvolvimento Social e Ações Emergenciais:	90
2.7.1 - Educação;	90
2.7.2 - Ampliação de empregos e renda - cadastro de atividades regionais;	91
2.7.3 - Melhoria das condições sanitárias e de saúde;	92
2.7.4 - Melhoria das condições de moradia;	92
2.8 - Programa 08 - Melhoria de Desempenho das Administrações Municipais:	93
2.8.1 - Capacitação das Administrações Municipais;	93
2.8.2 - Planejamento local : desenvolvimento de planos diretores municipais.	94
3 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR - Responsabilidades:	95
4 - AÇÕES COMPLEMENTARES:	96
4.1 - Sistema de Financiamento e de Incentivos.	96
4.2 - Gestão do Plano Diretor	97

PARTE IV

ANEXOS

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE OS MUNICÍPIOS

1 - ALMAS	99
2 - ARRAIAS	103
3 - AURORA DO TOCANTINS	108
4 - COMBINADO	112
5 - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	116
6 - DIANÓPOLIS	119
7 - NATIVIDADE	123
8 - NOVO ALEGRE	127
9 - NOVO JARDIM	130
10 - PARANÁ	133
11 - PINDORAMA DO TOCANTINS	136
12 - PONTE ALTA DO BOM JESUS	140
13 - PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	144
14 - RIO DA CONCEIÇÃO	148
15 - SANTA ROSA DO TOCANTINS	150
16 - SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE	153
17 - TAGUATINGA	156
18 - TAIPAS DO TOCANTINS	160

APRESENTAÇÃO

Dr. ANTONIO JOSÉ GUERRA
Secretário-Chefe da ASPLAN

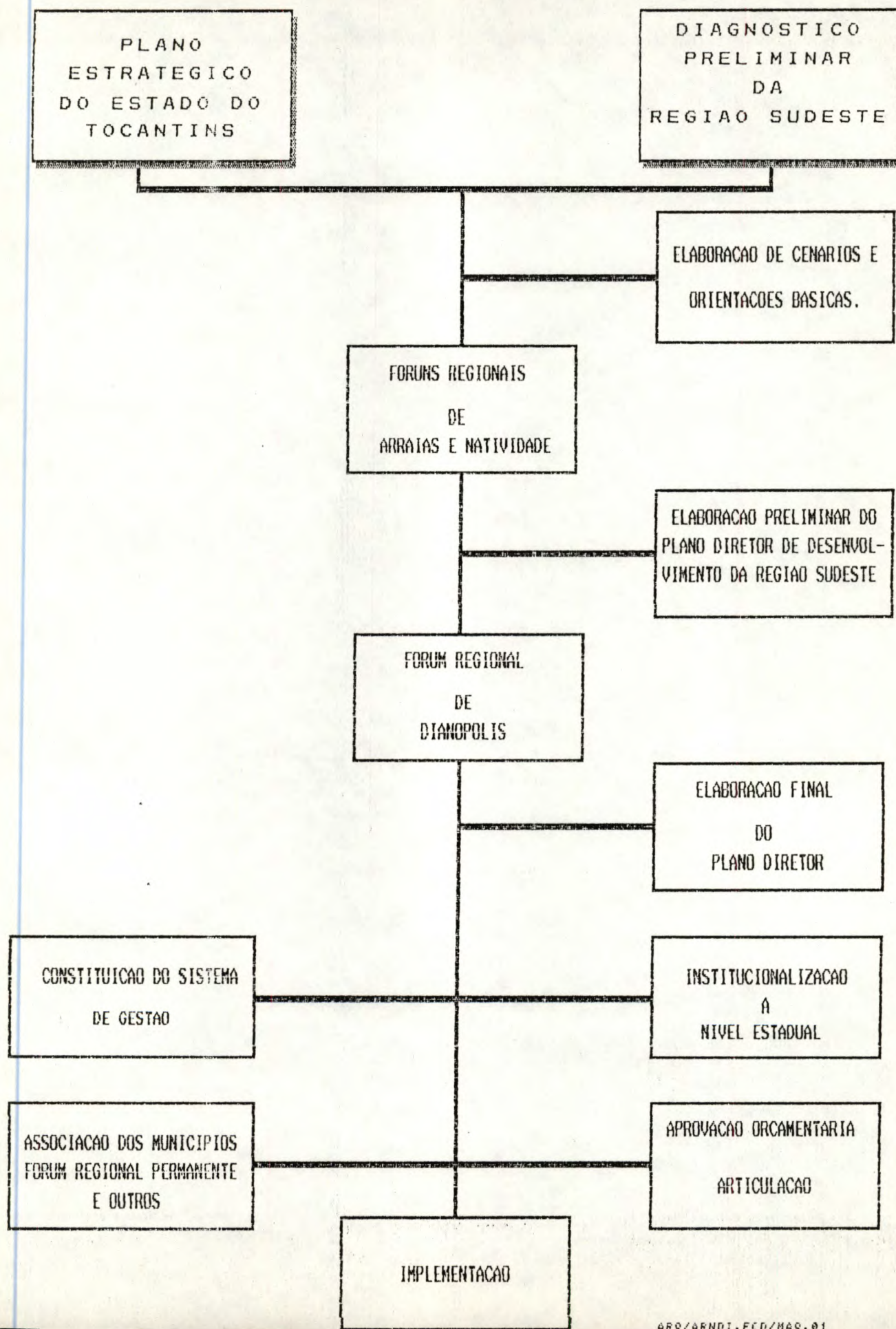
O Plano Diretor da Região Sudeste do Estado do Tocantins constitui-se na primeira ação regionalizada, promovida pela ASPLAN, como decisão do Governo Moisés Avelino, e decorre do princípio da regionalização do Estado, proposto pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento. Na sua formulação e execução, o Plano Diretor teve o apoio técnico e financeiro da SUDAM, e contou com a colaboração de órgãos setoriais do Governo do Estado e ainda, com o apoio expressivo das Prefeituras Municipais da Região.

Face a essas decisões políticas e às formulações técnicas, coerentes com a metodologia do Plano Estratégico de Desenvolvimento, a ASPLAN viabilizou a elaboração do Plano Diretor da Região, através da participação da sociedade regional (fluxograma nº 1). Assim é que, além do fornecimento de preciosas informações para os diagnósticos regionais e municipais, dezenas de órgãos e personalidades foram consultados, e as conclusões preliminares referentes a potencialidades e obstáculos, bem como as orientações a serem seguidas na elaboração do Plano Diretor, foram expostas, debatidas e validadas pelos Fóruns Regionais de Arraias e de Natividade, realizados, respectivamente, nos dias 30 de junho e 02 de julho últimos.

O documento decorrente dessas ações foi posto à análise e consideração do Fórum Regional de Dianópolis, realizado em 16 de julho de 1993, permitindo uma versão preliminar do Plano Diretor. Nele oferece-se à sociedade do Sudeste do Tocantins, a seus poderes municipais e às suas organizações não governamentais, uma visão espacial e programática do conjunto de ações que compõem o Plano Diretor. Esse conjunto de ações certamente será capaz de transformar a Região, em outras épocas chamada de "Corredor da Miséria", num polo de desenvolvimento exemplar para o Estado do Tocantins e para o Norte e Centro-Oeste do País. Esta perspectiva não é uma veleidade. Ela decorre das potencialidades com que a natureza foi pródiga em dotar o Sudeste. Decorre ainda, das aspirações de seu povo e da vontade política de seus dirigentes, que tornarão irreversível a transformação da Região Sudeste.

Palmas-TO, setembro de 1993.

FLUXOGRAMA Nº 1 - PROCESSO DE ELABORACAO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO SUDESTE.



INTRODUÇÃO

1 - O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins considera duas perspectivas:

- 1 - a perspectiva decorrente do momento histórico que vive o País e o mundo, e a forma de inserção do Estado neste contexto; e
- 2 - as potencialidades do Estado do Tocantins e a estratégia de transformá-las em riquezas ou instrumentos de desenvolvimento.

Na primeira perspectiva, há duas questões a considerar: a primeira que, pela primeira vez na história recente do mundo, a preocupação começa a voltar-se, não apenas para a distribuição de alimentos, mas para o fato de que a população humana, que ultrapassará a casa dos 6 bilhões de habitantes até o final do milênio, está crescendo mais do que a produção de alimentos, e o mundo desenvolvido já tem praticamente esgotada sua capacidade de aumentar esta produção, quer se considere a incorporação de novas áreas, quer se considerem novos avanços tecnológicos.

Assim, a resposta à demanda de alimentos no mundo acontecerá pela incorporação de novas áreas e pelos avanços tecnológicos, já disponíveis, e que podem incorporar novas formas de produção, aumentando extraordinariamente sua capacidade de produção de alimentos.

A título de exemplo, nesta linha de raciocínio, pode-se dizer que, consideradas as áreas agricultáveis e o estágio das tecnologias disponíveis, o Estado do Tocantins poderia aumentar sua produção de grãos, que é atualmente de 400 mil toneladas/ano para algo próximo de 20 milhões. A situação do País, como um todo, é semelhante.

Pelo aproveitamento dessas oportunidades é que o Estado do Tocantins poderá se inserir no contexto das necessidades do País e do mundo, atendendo a suas demandas de alimento, tornando-se um Estado necessário nesse contexto econômico.

Conclui-se que as medidas a serem adotadas para que isto aconteça, a par de serem do interesse do Tocantins, constituem também questão de sumo interesse para o País e o mundo.

Considerando-se que o Tocantins tem uma área territorial de 184 mil km², ou seja, de 18,4 milhões de ha, e considerando-se que as características dos solos - cerrado, terras de irrigação, várzeas, etc- representam 70 % dessas áreas, pode-se concluir que o Estado dispõe de quase 13 milhões de ha agricultáveis.

Considerando-se, enfim, que a produtividade dos referidos solos pode chegar a 2 ou 3 toneladas de grãos ou 2 cabeças de gado por ha, mesmo sem grandes conquistas tecnológicas, deduz-se, com segurança, o enorme potencial de produção de alimentos ou de geração de riqueza de que dispõe o Estado do Tocantins.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico do Tocantins prevê um conjunto de ações nas linhas de identificação dessas áreas, desenvolvimento e difusão de tecnologias, manejo, ordenação jurídica e política fundiária, para que a incorporação aos processos produtivos seja possível.

Prevê, em seguida, um projeto de integração do Estado aos mercados consumidores interno e externos, através de um sistema de transporte que articule rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, permitindo o escoamento dos produtos em busca dos grandes mercados nacionais (norte-nordeste) e internacionais, tornando-os muito mais próximos, através desta rota alternativa, válida não só para o Tocantins, mas para todo o Centro-Oeste, condicionados hoje, praticamente, às vias de exportação através dos corredores do sul - Santos e Paranaguá.

A rota alternativa proposta geraria uma economia de transporte da ordem de US\$ 30 a tonelada do produto transportado e, adentrando às regiões Norte e Nordeste, poderia dar início a um novo processo de desenvolvimento regional para essas áreas deprimidas, continuamente à busca vã de alternativas viáveis.

Secundariamente, e sem descartar outras atividades, mas considerando recursos naturais disponíveis, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins elege também, a exploração de minérios e de recursos turísticos disponíveis como instrumento estratégico de desenvolvimento do Estado.

É por todas estas razões que o desenvolvimento do Tocantins responde, não apenas aos anseios do Estado, mas às expectativas da Região, do País e de certa forma, do mundo.

Neste contexto, deve inserir-se o Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Sudeste, na busca de viabilização das potencialidades disponíveis e da realização das aspirações de seu povo.

2 - A REGIONALIZAÇÃO

Além do aspecto analisado de integração regional, nacional e mundial, acolhidos no Plano de Desenvolvimento Estratégico do Tocantins; um segundo aspecto considerado referiu-se à consciência, cada vez maior, de que a ação governamental somente produzirá crescente eficácia se acontecer de forma descentralizada.

Na verdade, tanto o planejamento quanto a execução, quando centralizados, produzem perdas inerentes ao processo, em função dos custos e da pouca adequação que decorre das medidas tomadas pelas médias, pois as médias constituem apenas "abstrações matemáticas". Assim, dificilmente as médias respondem com eficácia às demandas da realidade. A transferência do planejamento e da execução para as pontas permite maior adequação à realidade, menores custos e maior efetividade das ações.

Esta transferência não deve ser considerada apenas uma "descentralização", através da qual o poder central delega, às partes, o exercício de funções que continua retendo como suas.

A transferência que se deseja - desconcentração - consiste no fortalecimento e na multiplicação de "centros" na base, capazes de assumir e exercer funções próprias e independentes, no limite de sua capacidade, as quais se articulem dentro de parâmetros globais com as ações orientadas pelos órgãos centrais. Para isto, as instituições descentralizadas deverão desenvolver consciência de suas funções e responsabilidades, e instrumentar-se para o exercício de suas atividades.

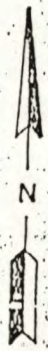
O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins prevê a organização do Estado em 9 Regiões, as quais devem ser, necessariamente, dotadas do respectivo Plano Diretor - Mapa nº 1. À medida em que se definirem e implementarem os Planos Diretores Regionais, o Estado deverá, em contrapartida, descentralizar suas próprias estruturas e ações, de modo que a Região passe a desempenhar, efetivamente, função estratégica no seu próprio desenvolvimento.

De um modo geral, pode-se dizer que esta política corresponde aos objetivos de desenvolvimento regional, buscados pelo Ministério de Integração Regional e pela SUDAM, cuja área de ação integra o Tocantins.

REGIÕES

ESCALA APROXIMADA 1:5000000

MIGRAÇÕES RESULTANTES DA IMPLANTAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA, CARAJÁS.



AREA PROGRAMA 1
REGIÃO EXTREMO NORTE

REGIÃO NORTE

REGIÃO NORDESTE

AREA PROGRAMA 3
ILHA DO BANANAL E VALE DO JAVAÊS (INDICAÇÃO)

TURISMO ECOLÓGICO
POTENCIAL AGRÍCOLA

REGIÃO NOROESTE

AREA PROGRAMA 2
POTENCIAL DE SOLOS, MINERAIS E RECURSOS HÍDRICOS PARA IRRIGAÇÃO E PCH's, EIXO BR-242 e TO-050

Tocantins

PALMAS

REGIÃO LESTE

REGIÃO CENTRAL

AREA PROGRAMA 4
POTENCIAL TURÍSTICO, PECUÁRIA DE CORTE

REGIÃO SUDOESTE

REGIÃO CENTRO-SUL

REGIÃO SUDESTE

AREA PROGRAMA 4
AGRICULTURA MERCANTIL

P/BRASILIA
GOIANIA



3 - COMPONENTES DO PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de uma região constitui-se do ordenamento de ações, nela localizadas, voltadas a promover o seu desenvolvimento.

Neste sentido, o Plano Diretor não consiste apenas da ordenação territorial, como eventualmente possa ser entendido. O Plano Diretor inclui as ações no campo da ocupação territorial, do desenvolvimento econômico, da infra-estrutura e do desenvolvimento social e institucional.

Também o Plano Diretor, a nível regional, não deve pretender esgotar a totalidade de ações demandadas pela sociedade, para responder a necessidades imediatas e específicas. Ele situa-se a nível das ações estratégicas demandadas pela sociedade e capazes de construir cenários, a médio e longo prazos, para o desenvolvimento regional.

Por esta razão, nenhum Plano Diretor esgota, nem no espaço, nem no tempo, o planejamento da ação governamental e da sociedade.

Seria conveniente que os Planos Diretores Regionais fossem completados com os Planos de Desenvolvimento Locais, a nível dos municípios. Simultaneamente, o Plano Diretor deve inspirar os Planos Plurianuais e os Orçamentos Anuais do Governo do Estado, principal responsável por sua implementação, como também, os da União e dos próprios Municípios.

O presente Plano Diretor, metodologicamente, incluiu as seguintes fases:

- 3.1 - **Diagnóstico Regional:** que procurou identificar as potencialidades regionais sob os aspectos referidos: físico-territoriais, de ocupação espacial da economia, e outros que foram pertinentes. Identificou também, os obstáculos que se opõem à transformação dessas potencialidades em ações de desenvolvimento e que ameaçam, desta forma, o próprio processo.
- 3.2 - **Cenários Regionais:** em que se identificaram, numa visão prospectiva, as alternativas do processo de desenvolvimento, delineando-se os condicionamentos que o envolvem e as realidades alternativas onde se pode ou se quer chegar, relacionando-as com as respectivas ações estratégicas.

3.3 - Programação Regional: onde se identificaram as ações estratégicas selecionadas nos diversos setores, com vistas à definição dos programas e projetos essenciais que constituem a estrutura básica, indispensável à viabilidade do Plano, ou seja, os projetos estruturantes, como os denomina o Plano Estratégico para o Estado.

Enfim, o Plano Diretor procurou definir e propor os instrumentos de gestão responsáveis pela sua implementação, quer no plano político, quer no social, financeiro ou administrativo.

O presente Plano Diretor do Sudeste do Tocantins, com vistas a induzir o planejamento local ou municipal, anexa ainda alguns dados e indicadores, a nível dos municípios, que podem servir como subsídio inicial à continuidade do processo.

Metodologicamente, deve-se registrar que o presente Plano foi elaborado a partir de levantamentos de dados e informações fornecidos pelos órgãos setoriais do Governo do Estado e pelas prefeituras municipais.

Os dados, no entanto, nem sempre foram presentes, por inexistirem, ou por desinteresse das partes em fornecê-los, o que revela a fragilidade do sistema de informações.

O diagnóstico, como o prognóstico e os cenários, bem como a identificação de diretrizes para os projetos, foram debatidos em Fóruns realizados nas cidades de Arraias - 29 de junho - e Natividade - 2 de julho. Os projetos e as ações que constituem o Plano Diretor foram legitimados no Fórum Regional de Dianópolis, realizado a 16 de julho, e ainda, discutidos a nível dos órgãos setoriais do Governo do Estado.

O relatório final, portanto, seguindo metodologia semelhante à utilizada na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins, uniu os segmentos técnicos e participativos da comunidade, para torná-lo suficientemente consistente e igualmente legítimo, no seu papel de indutor do esforço integrado do poder público e da sociedade, na busca de novos níveis de bem estar e prosperidade para esta Região do Estado.

PARTE - I
DIAGNÓSTICO GERAL DA
REGIÃO SUDESTE

INTRODUÇÃO

A Região Sudeste do Estado do Tocantins situa-se dentre as mais pobres desta Unidade da Federação, e já foi chamada no passado de "Corredor da Miséria". Aos padrões de renda somam-se os baixos padrões de alimentação, educação, saúde e habitação, agravados pelo isolamento decorrente das enormes deficiências encontradas nos sistemas viário, energético, de transportes, comunicações e telecomunicações. Acresce ainda, a significativa concentração de terras utilizadas apenas como reserva de valor. Assim, nem mesmo as grandes potencialidades em calcário - o mais rico insumo agrícola da economia regional - podem ser exploradas em função da baixa atividade agrícola e ou pecuária.

Desde o tempo da província de Goiás, no século XIX, o "Norte Goiano," hoje Estado do Tocantins, fora abandonado pelo poder público. Tal esquecimento acentuou-se na Região Sudeste, afastada dos vales mais férteis do Araguaia e sem tecnologias adequadas para o manejo de suas terras, prevalentemente constituídas de cerrados.

O surto de desenvolvimento que chegou a algumas áreas do Norte de Goiás, nas décadas de 50 e 60, com a ligação rodoviária da Belém-Brasília, passou longe do Sudeste, além do rio Tocantins. Os rios do Sudeste, próximos ainda às suas nascentes e descendo das regiões altas para os vales, não permitiram sua utilização como transporte fluvial ou via de penetração.

De outro lado, nenhuma forma de transporte permitiu, durante muito tempo, que a Região se ligasse adequadamente a áreas de polarização externas mais próximas, como é o caso de Brasília e Goiás. Assim, a Região Sudeste ficou isolada.

O Sistema de Telecomunicações, ainda hoje, na região, faz parte da TELEBRASÍLIA e da TELEGOIÁS, enquanto que o energético está ligado, uma parte à CELG e outra à CELTINS. Assim, além de isolada, a Região Sudeste tende a perder sua identidade. Ameaça tanto maior, na medida em que a região não dispõe de outros meios de comunicação, nem sequer de uma estação de TV ou de rádio. Os próprios serviços de rádio da polícia são precaríssimos.

O Plano Diretor da Região Sudeste, definido como prioritário pela SUDAM e pelo Governo do Tocantins, através da ASPLAN, tem o objetivo de congregar os vários níveis de Governo - o Federal, o Estadual e os Municipais - e a iniciativa privada, num esforço comum para ultrapassar a fase do atraso e da pobreza a que está relegada a Região, induzindo-a a ingressar num novo processo de desenvolvimento.

1 - ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS (RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE)

1.1 - Condições Naturais

- a) **Área:** A Região Sudeste do Estado (mapa nº 2) engloba as bacias hidrográficas dos rios Paranã e Manoel Alves, estendendo-se até a fronteira com o Estado da Bahia. Abrange uma extensão territorial de 47.259,6 Km², correspondendo a 17,03% da área do Estado, e é composta pelos seguintes municípios: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Pindorama, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade, Taguatinga e Taipas do Tocantins.
- b) **Clima:** O clima da região é do tipo tropical, com inverno seco de abril a outubro, e verão chuvoso de novembro a março. A média pluviométrica anual é de 1.500 mm, com ocorrência de um período sem chuvas - veranico - entre janeiro e fevereiro. A temperatura média mensal varia pouco durante o ano, situando-se em torno de 23°C. A média das máximas varia entre 28°C e 31°C. A média das mínimas varia entre 17°C e 19°C. A variação média entre as temperaturas diurnas e noturnas é de 13°C nos meses quentes, e de 11°C nos meses frios. A média da umidade relativa do ar é de 75%, nos meses chuvosos. Na época da seca, a menor mínima já registrada foi de 46%.
- c) **Relevo:** O relevo da região é bastante variado, com áreas baixas e planas nas margens dos rios e patamares de pés de serra; com cotas entre 400 e 500 metros de altitude; chapadas montanhosas com cotas entre 500 e 1.200 metros de altitude (vide tabela 1). As sedes urbanas situam-se entre a altitude máxima de 693 m (Dianópolis, Rio da Conceição), e mínima de 274 m (Paraná).

MAPA Nº 2 - REGIÃO SUDESTE

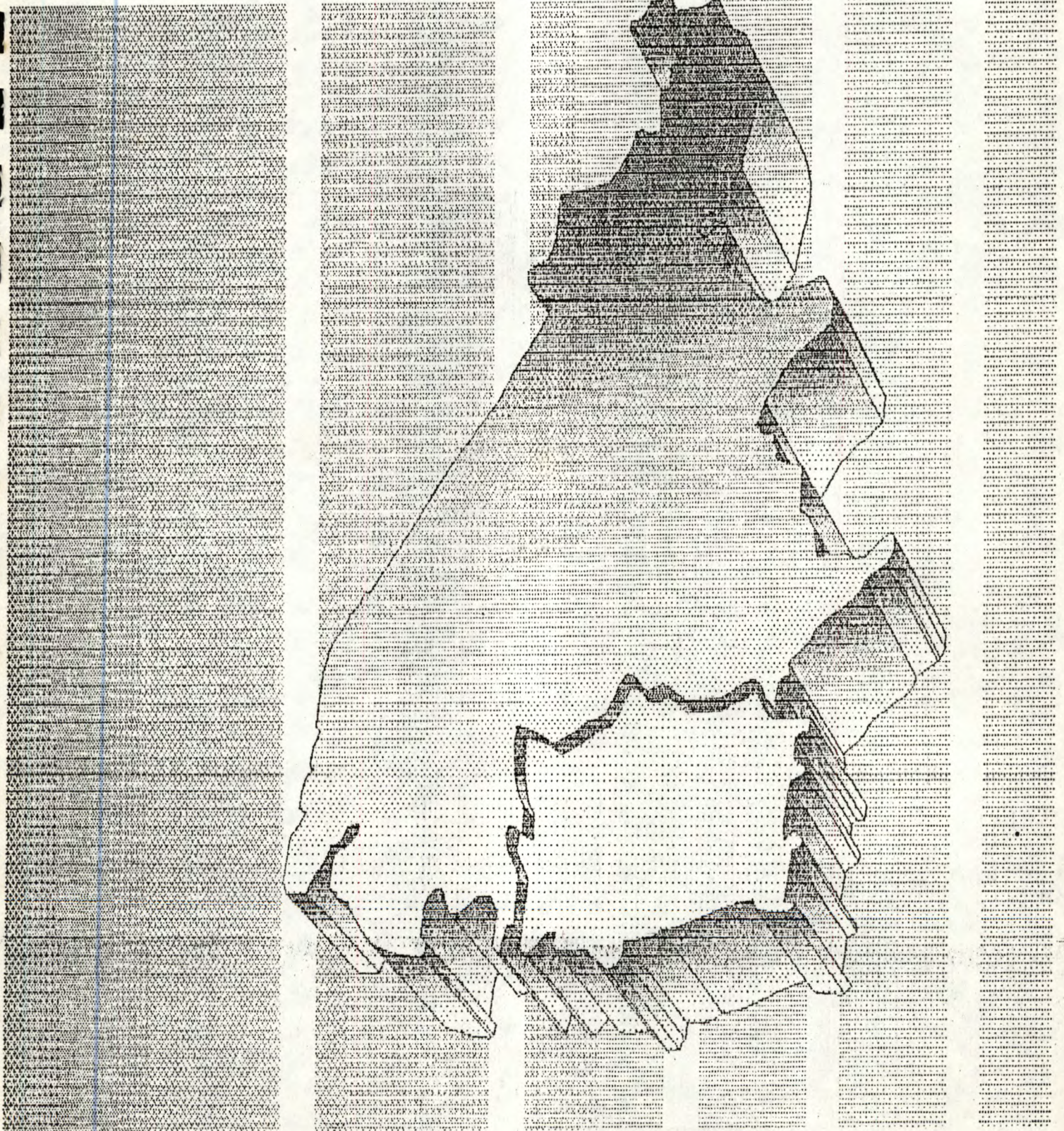


TABELA 01: Aspectos Físicos da Região Sudeste - Relevo e Localização

MUNICÍPIOS	ALTITUDE (M)	LONGITUDE (WGr)	LATITUDE (S)
Almas	397	47° 10' 13"	11° 34' 25"
Aurora do Tocantins	468	46° 24' 28"	12° 42' 47"
Arraias	682	46° 56' 18"	12° 55' 53"
Combinado	-	-	-
Conceição do Tocantins	400	47° 17' 54"	12° 13' 07"
Dianópolis	693	46° 49' 14"	11° 37' 10"
Natividade	323	47° 43' 24"	11° 42' 35"
Novo Alegre	682	-	-
Novo Jardim	572	-	-
Paraná	274	47° 52' 59"	12° 36' 55"
Pindorama do Tocantins	429	47° 34' 43"	11° 08' 10"
Ponte Alta do Bom Jesus	512	46° 28' 45"	12° 05' 27"
Porto Alegre do Tocantins	-	-	-
Rio da Conceição	693	-	-
Santa Rosa do Tocantins	-	-	-
São Valério da Natividade	-	-	-
Taguatinga	599	46° 26' 10"	12° 24' 14"
Taipas do Tocantins	400	-	-

d) Solos: Não existe ainda, um levantamento sistemático dos solos da Região Sudeste com vistas à sua ocupação e manejo. O Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, que será iniciado com prioridade na Região, deve responder a esta carência, como, aliás, a outras referentes à ocupação e ao uso do solo, bem como ao aproveitamento de seus recursos naturais.

e) Ecossistemas: Os ecossistemas regionais não estão formalmente definidos. Pode-se falar nas duas grandes bacias hidrográficas do Paraná e do Manoel Alves. A área é predominantemente plana, em contínuo e acentuado declive na direção leste-oeste, descendo de uma altitude da ordem de 700 metros, aos pés da Serra Geral, para 200 metros, no encontro do Paraná para formar o Tocantins. Subindo-se a Serra Geral, em cuja vertente localizam-se os limites com a Bahia - aliás, área em litígio pelos dois Estados - alcançam-se os campos gerais, cuja altitude ultrapassa 1.000 m.

1.2 - Recursos Naturais

- a) Recursos minerais: Do ponto de vista metalogenético, a região é das mais importantes do Estado em função de exposições de rocha do tipo "Greenstone Belts", responsáveis pela produção de ouro. Esta região concentra o maior número de garimpeiros, e estima-se que existam mais ou menos 7.500 pessoas envolvidas nessa atividade, destacando-se os municípios de Almas, Natividade, Pindorama do Tocantins, Conceição do Tocantins e Porto Alegre do Tocantins.

Ocorrências conhecidas revelam a existência de significativas reservas de calcário agrícola nos municípios de Natividade, Dianópolis e Taguatinga, onde atualmente existem unidades moageiras de calcário e brita.

Merece destaque ainda, o projeto de exploração de ouro em rocha alterada, situado a 18 Km de Almas, para uma produção mensal de 100 Kg.

Há necessidade de um levantamento global dos recursos minerais existentes, suas quantidades, qualidade e situação relativa a concessões, exploração, etc.

- b) Recursos hídricos: O sistema hídrico da região articula-se em duas grandes bacias, que correm em direção ao rio Tocantins, o qual passa a oeste da região, na direção sul-norte, afastado em sua maior parte dos limites regionais. As bacias são formadas pelos rios Paranã, ao sul, com seu principal afluente, o Palmas; e o rio Manoel Alves, ao norte, com afluentes de porte, como o Surubim e o Palmeiras.

Um sem número de afluentes menores irriga a região, não havendo, no entanto, informações sistemáticas sobre as potencialidades hídricas desses sistemas, quer para irrigação, quer para produção de energia ou outras finalidades. O fato, no entanto, de haver uma diferença de altitude da ordem de 400 m entre suas nascentes e suas desembocaduras no rio Tocantins, mostram por si, a fácil aproveitabilidade para geração de energia hidráulica, especialmente.

- c) Recursos cênicos: Igualmente não estão identificados de forma sistemática os recursos de fauna e flora da região. É um trabalho que poderia ser objeto de programas específicos, onde fossem envolvidos o IBAMA, a UNITINS e outros órgãos. Sabe-se de espécies de grande valor, animais como a onça preta, bem como de aves como araras, tucanos, jacutingas e, subindo a Serra, nos Gerais, a ema.
- d) Cenários naturais: - locais de lazer, cachoeiras, serras, fontes, lagos, etc - são conhecidos apenas localmente, sem que haja deles um cadastro sistemático. Cachoeiras e grutas, como a do Registro e dos Caldeirões, são dois exemplos de relevância. Em Taguatinga existem recursos a serem explorados, tanto mais pelo fato de se localizarem próximos ao extraordinário cenário da Serra Geral. A Serra Geral, cujas escarpas de rocha arenítica, trabalhadas pelo tempo e pelo vento, com suas cores avermelhadas e negras, forma um espetáculo extraordinário pela sua grandiosidade e originalidade, merecendo ser vista, admirada e preservada. Considerando-se ainda, que nesses contrafortes se originam boa parte dos rios, que ali nascem ou que nascem no início dos "gerais" da Bahia, é conveniente que se estude a viabilidade da implantação de uma reserva natural sob a forma de parque, reserva ecológica ou de acordo com a modalidade mais adequada. Às margens de alguns rios existem também praias e outros atrativos a serem catalogados.
- e) Áreas degradadas: Face à pequena ocupação produtiva da Região, não são evidentes ainda, áreas ou ações de degradação ambiental. A existência de garimpos, no entanto, pode transformar-se em ameaça iminente e grave aos rios e ao meio ambiente em geral. Diga-se o mesmo em relação a exploração do calcário, abundante na região, bem como de outros minérios, feita, em geral, de forma predatória ao meio ambiente.

É necessário que se elabore e implemente um plano de manejo e preservação ambiental para a Região, levando-se em conta essas características.

2 - DEMOGRAFIA E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

2.1 - Situação Demográfica

A Região Sudeste do Estado do Tocantins possui uma população de 103.760 habitantes, representando 11,27% da população do Estado, com densidade demográfica média de 2,2 hab./Km². Em 1980, a população rural representava 67,8%. Como em todo o Estado tem havido um fluxo migratório constante no sentido rural-urbano, principalmente para os municípios situados às margens da BR-153, Belém-Brasília - fora da Região - e que representam, atualmente, 57,2% da população total do Estado.

Dada a forte disponibilidade de terras, propícias a atividade agropecuária na Região, foram surgindo grandes latifúndios com pouca absorção de mão-de-obra, o que implicou em uma baixa densidade demográfica nas áreas rurais.

Assim, os fluxos migratórios estão sendo empurrados para as atividades urbanas, para fora do eixo da referida rodovia, mas também, para as principais cidades da Região Sudeste, as quais poderão vir a sofrer o impacto desses fluxos, se não se implementarem políticas apropriadas de preparo e absorção de mão-de-obra, para viver produtivamente em seu novo habitat.

Não existem informações adequadas sobre fluxos migratórios externos e análise de suas tendências. No entanto, o crescimento das cidades e a transferência de áreas rurais indicam que eles existem e que podem vir a se intensificar.

A tabela nº 2 mostra como a população se distribui pelos municípios da Região, e sua respectiva densidade.

TABELA 2: Densidade Demográfica

MUNICÍPIOS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)
Almas	4.088,0	7.659	1,88
Aurora do Tocantins	1.275,0	4.663	3,66
Arraias	5.350,0	11.029	2,07
Combinado	186,0	4.870	26,19
Conceição do Tocantins	1.908,6	4.113	2,16
Dianópolis	3.491,9	13.294	3,81
Natividade	4.820,0	10.339	2,15
Novo Alegre	178,9	1.870	10,46
Novo Jardim	1.385,8	1.547	1,12
Parana	12.236,0	10.887	1,13
Pindorama do Tocantins	1.549,0	4.847	3,13
Ponte Alta do Bom Jesus	1.726,9	5.105	2,96
Porto Alegre do Tocantins	481,0	2.103	4,38
Rio da Conceição	737,1	726	0,99
Santa Rosa do Tocantins	1.801,0	3.826	2,13
São Valério da Natividade	2.585,0	3.657	1,42
Taquatinga	2.418,0	11.397	4,72
Taipas do Tocantins	1.041,4	1.828	1,76
TOTAL REGIÃO SUDESTE	47.259,6	103.760	2,2
% EM RELAÇÃO AO ESTADO	17,03	11,27	-
TOTAL ESTADO	277.400,8	920.158	3,3

Fonte: IBGE/1991

Não existem grupos indígenas na Região, ou problemas decorrentes de remanescentes de tribos originais. Não há, pois, parques ou reservas indígenas, como em outras áreas do Estado.

2.2 - Educação e Cultura

a) Situação educacional

A situação educacional é de absoluta carência. Estima-se que quase 60% da população seja constituída de analfabetos. O baixo grau de escolaridade desta população pode ser avaliado pelo número de professores para cada mil habitantes: apenas 6,9 - taxa inferior a do Estado e à média do país.

Outro fator importante a ser considerado é que o número de alunos, na Região Sudeste, representa apenas 21,5% da população. Considerando-se que a população do Estado é eminentemente jovem - 65,78% com menos de 24 anos em 1980 - transferindo esse percentual para a Região Sudeste e adaptando-o à faixa de população de 7 a 14 anos, conclui-se que são muito grandes as distorções referentes a frequência escolar, na faixa etária de escolarização obrigatória.

A questão não é apenas quantitativa, mas qualitativa. O baixo nível do ensino ministrado pode ser avaliado a partir da formação do corpo docente. Apenas 35% dos professores, na Região Sudeste, são devidamente habilitados ao exercício do magistério. Quase 40% deles nem sequer concluíram o 1º grau. Para o ensino de 2º grau, a situação é ainda mais crítica. No Sudeste, apenas 15% dos professores neste nível são devidamente credenciados, e 69% possuem apenas o 2º grau.

Os altos índices de evasão escolar e repetência fazem com que quase a metade dos alunos que iniciaram o processo de alfabetização não continue no ano seguinte. Como este processo se propaga em todas as séries, são pouquíssimos os alunos que chegam a concluir o 1º grau, e por consequência, que ingressam no 2º grau e o concluem.

Aparentemente, as causas deste baixo índice de produtividade do ensino, na Região, estão vinculadas, principalmente, aos seguintes fatores:

- precário nível de vida dos alunos;
- péssimas condições de alimentação, saúde e moradia;
- engajamento precoce do menor na força de trabalho produtivo, na lavoura ou em outros setores;
- aumento do custo educacional pelo iniciante processo de privatização do ensino, face às deficiências na oferta do ensino público;
- qualificação inadequada da grande maioria do corpo docente;
- instalações e material didático insuficiente e inadequado; e
- ensino superior precário, que apenas agora se inicia com um Curso de Pedagogia, da UNITINS, em Arraias.

Considerando-se que 11 mil crianças, na faixa de escolaridade, estão fora da escola e que, mesmo assim, o número de matrículas supera em mais de 7 mil o número de crianças na referida faixa, é fácil concluir, pelo alto índice de repetência, que estão sendo mantidas na escola milhares de crianças fora da faixa etária devida.

Este é um fenômeno que atinge números absolutamente anormais, merecendo serem aprofundados os estudos das informações já existentes, descendo a detalhes que possam definir claramente a natureza desta situação.

A tabela nº 3 mostra a situação geral das matrículas e das disponibilidades de salas de aula, por município.

TABELA 3 - Rede Física existente-Municípios que apresentam déficit de matrículas e ou de salas de aula (1992)

MUNICÍPIO	POPUL. ESTIMADA (7 A 14)	MATRÍCULAS EST. + MUNIC.			POPUL. ESC. FORA ESC.	SALAS DE AULA EST.+ MUNIC.			DÉFICIT DE SALA DE AULA		
		URB.	RUR.	TOTAL		URB.	RUR.	TOTAL	URB.	RUR.	TOTAL
Almas	2.244	2.131	1.456	3.587	1.343	14	37	51	13	21	34
Arrais	3.779	2.738	1.286	4.024	245	40	52	92	06	01	06
Aurora do Tocantins	1.366	2.533	600	3.133	1.767	18	24	42	14	00	14
Combinado	1.427	1.566	275	1.841	414	11	11	22	09	00	09
Conceição do Tocantins	1.740	1.152	650	1.802	62	14	26	40	00	00	00
Dianópolis	4.107	4.391	1.556	5.947	1.840	44	53	97	11	09	20
Natividade	3.029	2.100	1.276	3.376	347	27	40	67	01	11	10
Paraná	3.189	991	1.220	2.211	978	12	42	54	00	07	07
Pindorama do Tocantins	1.420	915	875	1.790	370	13	35	48	02	00	02
Ponte Alta do Bom Jesus	1.949	1.539	1.315	2.854	905	16	36	52	03	17	20
Porto Alegre do Tocantins	616	424	0	424	192	05	00	05	00	00	00
Santa Rosa do Tocantins	1.121	631	0	631	490	04	00	04	04	00	04
São Valério da Natividade	1.071	1.274	359	1.633	562	05	13	18	11	01	12
Taguatinga	3.339	3.360	1.495	4.855	1.516	32	52	84	10	08	18
T O T A L	30.397	25.745	12.363	38.108	11.031	255	421	676	84	75	156

FONTE: Secretaria de Estado da Educação

* Déficit calculado somente considerando dados de matrículas de 1991, não contada a população fora da escola, pois no ensino fundamental estão sendo atendidos também, alunos fora da faixa etária de 7 a 14 anos.

* A população estimada de 7 a 14 anos foi de 27 % da população total dos Municípios.

* Devido a falta de dados de matrículas e de salas de aula de alguns municípios, na esfera municipal, o déficit poderá ser alterado.

* Os dados dos Municípios recém-emancipados não foram ainda catalogados de forma individual, mantidos os vínculos de informações referentes ao ano de 1991.

b) Aspectos culturais

Os aspectos culturais da Região devem ser analisados sob duas perspectivas:

b.1) a primeira, na linha da colonização inicial, que começou no início do século XVIII, em torno de 1720, e que deixou traços significativos em várias cidades. São traços culturais e restos de cultura a serem identificados e preservados. Tais são as ruas e casas da época colonial, existentes em Natividade e Arraias, os remanescentes de quilombos, como da Chapada, igrejas, algumas ruínas remanescentes da exploração do ouro, garimpos, o que resta dos antigos registros de Santa Maria de Taguatinga, e outros restos culturais desde os tempos dos bandeirantes - Bartolomeu Bueno da Silva - O Anhangüera; esses traços, junto aos aspectos turísticos assinalados anteriormente, poderiam constituir um rico circuito cultural;

b.2) a segunda, refere-se às influências culturais mais recentes, que vêm sendo trazidas pelos novos movimentos migratórios, bem como pelos meios de comunicação - a TV especialmente - os quais tenderão a se tornar mais fortes, à medida em que se intensificarem os fluxos, e a presença dos sistemas de transporte e dos meios de comunicação.

2.3 - Saúde, Saneamento e Habitação

Como em outros setores de infra-estrutura básica, o Tocantins, e sobretudo a Região Sudeste, esteve por muitos anos à margem dos investimentos estaduais e federais, na área da saúde. Deste modo, as condições sanitárias e de saneamento da Região são extremamente deficientes. Não há rede de esgoto nem processamento de lixo. Os serviços de abastecimento de água atendem a apenas 14,14% da população urbana, que representa, por sua vez, apenas 42 % da população total. Além do mais, a maioria das cidades com água encanada não dispõe de tratamento adequado da mesma.

Os dados existentes sobre as taxas de mortalidade infantil, como da mortalidade em geral na Região, não são confiáveis, devido à falta de estrutura adequada para os registros, bem como, e principalmente, pela inexistência de uma rede hospitalar adequada. Todavia, alguns fatores permitem inferir que essas taxas se encontram entre as mais altas do País.

Existe, na Região Sudeste, apenas 25 médicos e 13 odontólogos. São altas as taxas de incidência das doenças endêmicas transmissíveis e das infecciosas, como a hepatite, a pneumonia e a tuberculose, que geralmente só podem ser tratadas em Brasília ou Goiânia. As causas diretas desta situação são a desnutrição, os hábitos higiênicos e a utilização de águas poluídas. Há ainda, uma grande incidência da doença de Chagas, devido às condições favoráveis que o clima e o tipo de habitação da área proporcionam ao vetor (barbeiro). É expressiva a ocorrência de casos de malária (Diagnóstico Econômico e Social - ASPLAN - 1990) e, em algumas áreas, da hanseníase.

Além da escassez de médicos, essa região não dispõe de infra-estrutura adequada à realização dos serviços de saúde. Faltam laboratórios, bancos de sangue, centros cirúrgicos, serviços de radiologia, etc. Assim, a própria escassez de meios exige dos médicos habilidades profissionais para as quais nem sempre estão preparados.

A situação do saneamento é precária em todos os municípios.

A tabela nº 4 demonstra que poucos municípios possuem água encanada e tratada.

TABELA 4 - Distribuição de água-índices de população beneficiada por município

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA	Nº DE LIGAÇÕES	Nº DE LIGAÇÕES/ 100 HAB.
Almas	4.148	366	8,82
Arraias	6.286	1.021	16,24
Aurora do Tocantins	2.752	497	18,05
Combinado	1.480	934	63,10
Conceição do Tocantins	2.385	339	14,21
Dianópolis	5.317	1.753	32,96
Natividade	5.742	909	15,83
Novo Alegre	1.065	00	0
Novo Jardim	1.113	00	0
Paraná	8.947	508	5,67
Pindorama do Tocantins	2.996	199	6,64
Ponte Alta do Bom Jesus	3.675	333	9,06
Porto Alegre do Tocantins	1.194	00	0
Rio da Conceição	290	00	0
Santa Rosa do Tocantins	2.951	67	2,27
São Valério da Natividade	2.321	00	0
Taguatinga	6.089	1.534	25,19
Taipas do Tocantins	1.060	00	0
TOTAL	59.811	8.460	14,14

FONTE: SANEATINS

As condições de moradia, igualmente, são precárias.

Os dados obtidos informam que grande número de habitações são construídas de palha, barro e outras formas propícias ao desenvolvimento e difusão de vetores de doenças, como o barbeiro.

Na área rural, a situação é pior. O sistema construtivo tradicional - o adobe - poderia ser recuperado, desde que melhorada a tecnologia de seu acabamento, bem como da cobertura.

Olarias de tipo comunitária e outras poderiam vir a ser incentivadas, tendo como objetivo a melhoria das condições habitacionais da população.

A Tabela nº 5 mostra alguns indicadores desta situação.

TABELA 5 - Situação de moradia, segundo o tipo de construção
- em valores relativos (%) -

MUNICÍPIO	ALVENARIA	MADEIRA	PALHA	TAIPA
Almas	85 %	00 %	5%	10%
Arraias	80 %	05 %	15%	0%
Aurora do Tocantins	80 %	15 %	5%	0%
Combinado	70 %	20 %	10%	0%
Conceição do Tocantins	80 %	00 %	10%	10%
Dianópolis	94 %	01 %	0%	5%
Natividade	80 %	00 %	20%	0%
Novo Alegre *				
Novo Jardim *				
Paraná	70 %	00 %	0%	30%
Pindorama do Tocantins	90 %	00 %	10%	0%
Ponte Alta do Bom Jesus	80 %	00 %	20%	0%
Porto Alegre do Tocantins	75 %	05 %	10%	10%
Rio da Conceição *				
Santa Rosa do Tocantins	65 %	00 %	15%	20%
São Valério da Natividade	25 %	01 %	39%	35%
Taguatinga	85 %	00 %	15%	0%
Taipas do Tocantins *				

FONTE: Diagnóstico Sócio-Econômico - ASPLAN - (1990)

(*) Municípios emancipados após o referido diagnóstico.

3 - ATIVIDADES ECONÔMICAS

As atividades econômicas da Região concentram-se fundamentalmente na agropecuária. Secundariamente, com menor expressão, verificam-se atividades extrativas. Os setores de indústria, comércio e serviços são precários.

A tabela nº 6 mostra uma distribuição aproximada dessas atividades, a partir do número de contribuintes por atividade econômica, vez que não se obtiveram dados de outras fontes.

Evidentemente, o quadro não permite inferir as atividades informais, que são significativas e constituem a forma de subsistência de grande parte da população: produção de sobrevivência, prestação eventual de serviços, pequenos artesanatos de alimento e outros. As informações da tabela, portanto, como espelho da realidade, são absolutamente incompletas.

TABELA 6 - Demonstrativo do nº de contribuintes por grupo de atividade econômica.

MUNICÍPIO	IND.	COM. ATAC.	COM. VAREJ.	PREST. SERV.	PROD. RURAL	EXT. MIN.	OUTROS	TOTAL
Almas	13	04	167	03	84	02	03	276
Arraias	29	05	197	02	216	00	07	456
Aurora do Tocantins	12	01	82	01	93	00	00	189
Combinado	09	06	70	01	19	00	03	108
Conceição do Tocantins	03	02	67	01	41	00	02	116
Dianópolis	45	24	352	11	80	01	19	532
Natividade	19	23	206	05	218	01	02	474
Novo Alegre	02	02	27	00	21	00	00	52
Novo Jardim	--	--	--	--	--	--	--	--
Paraná	02	03	69	01	114	00	01	190
Pindorama do Tocantins	04	05	54	02	34	00	01	100
Ponte Alta do Bom Jesus	04	02	69	00	64	01	01	141
Porto Alegre do Tocantins	01	00	02	00	00	00	00	03
Rio da Conceição	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Rosa do Tocantins	00	00	05	01	14	00	03	23
São Valério da Natividade	03	02	15	03	54	00	05	82
Taguatinga	26	03	149	02	135	01	04	320
Taipas do Tocantins	01	00	09	00	13	00	00	23
TOTAL	173	82	1.540	33	1.200	06	51	3.085

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda (1993)

3.1 - Setor Primário

3.1.1 - Situação fundiária

A análise da situação do setor primário na Região Sudeste deve iniciar-se, necessariamente, por uma análise da situação fundiária.

O primeiro fato a constatar é a inexistência de informações sistematizadas da situação fundiária da Região, quanto a questões tais como: situação jurídica, propriedade, tamanho e aproveitamento econômico.

As informações são escassas e casuais.

Tal situação, além de dificultar os processos de ocupação através de fluxos migratórios, que poderiam aportar capitais e tecnologias, gera a reserva da terra para especulação e pode vir a ser semente de futuros conflitos.

Assim, as informações que constariam da tabela nº 7 não puderam ser colhidas.

Tabela nº 7 - Situação fundiária na Região Sudeste

	Nº DE IMÓVEIS	TAMANHO DO IMÓVEL (ha)
Áreas públicas		
Áreas particulares		
Sem especificação		

Tabelas semelhantes poderiam ser preenchidas com informações sobre localização, tributação de terras, qualidade, produtividade, e outras informações.

Para isto, no entanto, há todo um trabalho de cadastramento e análise a ser realizado.

Enfim, é de se considerar que as informações só se tornam efetivamente operacionais quando individualizadas. Assim, esses cadastros de terras deveriam existir a nível de cada município, onde essas propriedades, suas características e seu uso, pudessem efetivamente ser conhecidas e tornar-se disponíveis para informações e negócios.

3.1.2 - Produção

Na Região Sudeste, as principais atividades produtivas são a pecuária e a agricultura. Apesar da concentração de terras de boa qualidade, o interesse pela agricultura é apenas relativo, pois esta atividade enfrenta uma combinação de fatores desfavoráveis: riscos de períodos sem chuva (estiagem e veranicos); infra-estrutura de transporte extremamente deficiente; instabilidade de preços; altos custos da mão-de-obra e inadequação geral de linhas de financiamento. Entretanto, especialmente as áreas do sudeste da Região, a exemplo do que acontece nos municípios de Combinado e Aurora, poderão ser objeto de projetos de agricultura e de pecuária intensiva e com maior aplicação de tecnologia avançada. Enquanto essas tecnologias não se difundirem, as áreas mais áridas no centro da Região, necessitam de introduzir melhores técnicas de produção, tanto na agricultura como na pecuária.

Na pecuária, o fator climático é menos restritivo às respectivas atividades. O gado tem preço mais estável e a dependência de estradas para o transporte é bem menor. A baixa utilização de mão-de-obra diminui os custos e os problemas de ordem trabalhista.

O rebanho bovino, estimado em 1992, era da ordem de 533.300 cabeças, correspondente a 11,5% do total do Estado.

Quanto a aptidão agrícola dos solos da Região Sudeste, temos que, aproximadamente 42,6% dos solos possuem aptidão boa ou regular para a agricultura; 20,9% aptidão boa ou regular para pastagem plantada; 18,5% possuem aptidão regular para a silvicultura e restrita para a pastagem natural. Os 20,2% restantes não possuem aptidão para as atividades agropecuárias ou são utilizados para outros fins.

As pequenas e médias propriedades geralmente têm a sua produção voltada para a subsistência familiar, com utilização de baixos padrões tecnológicos.

As grandes propriedades são, em sua maior parte, utilizadas com fins especulativos, como reserva de valor e para a extração de madeira, sem maiores preocupações com os investimentos em atividades produtivas, o que se deve, em grande parte, a ausência de condições de transportes e de acesso a outros insumos de produção.

A atividade agrícola, muitas vezes utilizada como etapa inicial para a implantação da pecuária, é limitada a uma colheita anual, condicionada pela nítida separação entre a estação chuvosa e a estação seca.

O arroz, apesar do baixo rendimento, é a principal cultura em termos de área plantada, e responde atualmente por 7,7% da produção estadual (tabela nº 10). O milho, o feijão, a banana e a mandioca são importantes como culturas de subsistência, representando 11,35%; 17,6%; 6,0% e 13%, respectivamente, da produção estadual (tabela nº 10). A soja, acompanhando a recente exploração no oeste da Bahia, vem sendo gradativamente introduzida na Região, mas responde, por ora, por apenas 1,6% da produção do Estado (tabela nº 10). A cana-de-açúcar, atualmente, com 2.000 ha de canavial, de propriedade do Grupo DEPASA, é responsável pela capacidade de produção de até 240.000 litros de álcool hidratado/dia.

A tabela nº 8, mostra a produção agrícola e pecuária na Região Sudeste, em 1991/92.

A grande extensão de terras com aptidão para a lavoura e pecuária, combinada com a topografia favorável e a disponibilidade de recursos hídricos, sugere a realização de investimentos maciços nos setores de infra-estrutura viária, bem como de eletrificação rural, como complementação necessária à introdução de novas tecnologias capazes de transformar a Região em grande produtora de alimentos.

Dentro deste raciocínio a tabela nº 8 mostra os volumes de produção que poderiam ser alcançados neste novo quadro.

TABELA nº 8 - Produção Agrícola e Pecuária na Região Sudeste - 1991/92 e expectativa de produção com a introdução de novas tecnologias

ATIVIDADE	% DE TERRAS DISPONÍVEIS	ha (1.000)	PRODUÇÃO ATUAL	PRODUTIVIDADE /ha (ATUAL)	PRODUTIVIDADE (A SER ALCANÇADA)	PRODUÇÃO RESULTANTE
Agricultura	42.0	2.000	120.000(t)	0.06 (t)	2 (t)	4.000.000 (t)
Pecuária	20.0	950	533.300(cab)	0.561(cab)	4 (cab)	3.800.000 (cab)
Mista	18.0	800	-	-	-	-
Outros fins	20.0	950	-	-	-	-

FONTE: RURALTINS, IBGE. (1992)

A tabela nº 9 detalha, por município, o rebanho bovino existente na Região Sudeste.

TABELA Nº 9 - Rebanho bovino na Região Sudeste (1992)

MUNICÍPIOS	REBANHO BOVINO (Nº DE CABEÇAS)
Almas	18.500
Arraias	70.000
Aurora do Tocantins	33.000
Combinado	38.500
Conceição do Tocantins	37.000
Dianópolis	15.000
Natividade	43.000
Novo Alegre	*(1)
Novo Jardim	*(2)
Paraná	120.000
Pindorama do Tocantins	21.100
Ponte Alta Bom Jesus	25.800
Porto Alegre do Tocantins	7.200
Rio da Conceição	*(3)
Santa Rosa do Tocantins	40.300
São Valério da Natividade	33.900
Taguatinga	30.000
Taipas do Tocantins	*(4)
Total Sudeste	533.300
Total do Estado	4.623.500

FONTE : IBGE (1992)

* - Municípios recém-emancipados .
O Rebanho Bovino está incluído
no seu município de origem, sendo:

- (1) - Arraias
- (2) - Ponte Alta do Bom Jesus
- (3) - Dianópolis
- (4) - Conceição do Tocantins

TABELA 10 - Resumo da produção agrícola das principais culturas na Região - 1988

PRODUTOS	ESTADO			REGIÃO SUDESTE			
	ÁREAS PLANTADAS (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (t/ha)	ÁREAS PLANTADAS (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (t/ha)	% PRODUÇÃO ESTADUAL
1. GRÃOS							
Arroz	429.628	595.214	1,3	45.390	46.120	1,01	7,7
Milho	97.010	120.120	1,2	11.000	13.680	1,20	11,3
Feijão	11.535	3.593	0,3	1.820	633	0,30	17,6
Soja	28.010	48.575	1,7	635	810	1,20	1,6
TOTAL	556.183	767.502	1,38	58.845	61.243	1,04	
2. OUTROS							
Cana	5.910	274.460	46,4	3.620	137.850	38,0	50,0
Banana	17.836	229.740	12,8	865	13.290	15,3	6,0
Mandioca	9.305	124.370	13,3	1.075	16.420	15,2	13,0
TOTAL	33.051	628.570	19,02	5.560	167.560	30,1	

FONTE: RURALTINS

A extração vegetal é desordenada e não se dispõe de dados estatísticos confiáveis.

3.1.3 - Tecnologia e Assistência Técnica

Não existe um estudo sistemático sobre as tecnologias utilizadas na Região, tanto para o setor pecuário, como para a agricultura, sua espécie, grau de modernização e utilização.

Não se conseguiram dados confiáveis referentes ao número de iniciativa privada e espécie de órgãos de assistência técnica com atuação regional, malgrado os esforços para levantá-los. Isto permite concluir, ou que inexistem - o que é pouco provável - ou que atuam desarticuladamente. Assim, permanecem parcialmente em aberto as informações; fazendo constar, na tabela nº 11, apenas a atuação do RURALTINS, órgão público estadual, mas sem informações complementares.

TABELA Nº 11 - Órgãos de Assistência Técnica Rural.

MUNICÍPIOS	ÓRGÃOS	PRODUTORES ASSOCIADOS	BENEFICIADOS
Almas	X		
Arraias	X		
Aurora do Tocantins			
Combinado	X		
Conceição do Tocantins			
Dianópolis	X		
Natividade	X		
Novo Alegre			
Novo Jardim			
Paraná	X		
Pindorama do Tocantins	X		
Ponte Alta Bom Jesus			
Porto Alegre do Tocantins			
Rio da Conceição			
Santa Rosa do Tocantins	X		
São Valério da Natividade			
Taguatinga	X		
Taipas do Tocantins			

FONTE: RURALTINS/1993

X - RURALTINS

As informações referentes a organização da produção e a sua comercialização podem também ser consideradas precárias.

Os dados levantados, além de incompletos, não são confiáveis, o que faz com que permaneça em aberto a tabela nº 12, a exigir algum levantamento complementar. São informações importantes, a serem completadas.

TABELA Nº 12 - Organismos de apoio a comercialização e produção.

TIPO DE ORGÃO	QUANTID.	Nº. DE ASSOC.	BENEFICIÁRIOS
Cooperativas:			
. produção			
. comercialização			
. crédito			
. mista			
Sindicatos			
Associações			
Outras			

3.2 - Setor Secundário

O setor secundário é incipiente na Região e se constitui, em geral, de pequenas unidades tradicionais de produção para o consumo regional.

Constituem exceção a industrialização do calcário, com uma capacidade de produção instalada da ordem de 800.000 t, com um investimento de cerca de US\$ 40,000,000. Este investimento ameaça ficar ocioso, por falta de meios de transporte e incentivos para sua utilização e comercialização.

Os dados referentes à situação do setor secundário são tão deficientes que se tornam irrelevantes, mesmo em relação ao seu significado básico, como mostra a tabela nº 13, a ser preenchida.

TABELA Nº 13 - Atividades Secundárias na Região Sudeste

ATIVIDADES	PESSOAS EMPREGADAS	VOLUME DA PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO
1 - Agroindústrias			
2 - Cerâmica			
3 - Metalurgia			
4 - Confecção			
5 -			
6 -			

A mesma falta de dados, a nível regional, acontece quando se procura desagregá-los a nível municipal. Eles não existem, e a tabela nº 14 refere-se apenas aos "contribuintes do ICMS".

TABELA Nº 14 - Distribuição das Atividades Secundárias, por Município

MUNICÍPIO	Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	PESSOAL OCUPADO	VALOR DA PRODUÇÃO	PESSOAL OCUPADO
01 - Almas				
02 - Arraias				
03 - Aurora do Tocantins				
04 - Combinado				
05 - Conceição do Tocantins				
06 - Dianópolis				
07 - Natividade				
08 - Novo Alegre				
09 - Novo Jardim				
10 - Paranã				
11 - Pindorama do Tocantins				
12 - Ponte Alta do Bom Jesus				
13 - Porto Alegre do Tocantins				
14 - Rio da Conceição				
15 - Santa Rosa do Tocantins				
16 - São Valério da Natividade				
17 - Taguatinga				
18 - Taipas do Tocantins				

3.3 - Setor Terciário

A carência dos dados referentes ao setor secundário se torna absoluta, quando se procura analisar o setor terciário. As atividades existem de forma precária, mas os dados para preencher as tabelas nºs 15 e 16 ainda têm que ser gerados, mesmo que de forma mais simples.

TABELA Nº 15 - Comércio e serviços na Região Sudeste

ESPÉCIE DE ESTABELECIMENTO	Nº TOTAL DE ESTABELEC.	PESSOAS OCUPADAS
1 - Comércio	06	
2 - Rádiodifusão		
3 - Advocacia		
4 - Contabilidade		
5 - Bancos		
6 - Hotéis		
7 - Restaurantes		
8 - Lanchonetes		
9 - Supermercados		
10 - Oficinas de manutenção		

A tabela seguinte mostraria a distribuição dos estabelecimentos de comércio e serviços, por município.

TABELA Nº 16 - Nº de estabelecimentos de Comércio e Serviços, por município

MUNICÍPIO	Nº TOTAL DE ESTABELEC.	PESSOAS OCUPADAS
01 - Almas		
02 - Arraias		
03 - Aurora do Tocantins		
04 - Combinado		
05 - Conceição do Tocantins		
06 - Dianópolis		
07 - Natividade		
08 - Novo Alegre		
09 - Novo Jardim		
10 - Paranã		
11 - Pindorama do Tocantins		
12 - Ponte Alta do Bom Jesus		
13 - Porto Alegre do Tocantins		
14 - Rio da Conceição		
15 - Santa Rosa do Tocantins		
16 - São Valério da Natividade		
17 - Taguatinga		
18 - Taipas do Tocantins		

É precaríssima a condição de atendimento da rede bancária, sendo que a maioria dos municípios não dispõem sequer de uma agência ou posto de atendimento, o que tem provocado, inclusive, formas de agiotagem generalizada (conforme declaração de moradores da região). Os setores secundário e terciário precisam ser estudados com urgência, como a elaboração dos cadastros fundiários em relação ao setor primário.

3.4 - Conclusões

O próprio diagnóstico revela a pouca organização das atividades econômicas da Região, as quais não chegam sequer a produzir informações básicas, especialmente nos setores secundário e terciário.

Impõe-se a necessidade de elaboração de um censo dos setores secundário e terciário, envolvendo a Secretaria de Indústria e Comércio, com apoio das Prefeituras Municipais.

No que se refere ao setor primário, há necessidade de uma catalogação geral da situação fundiária, envolvendo informações sobre qualidade e uso da terra, regularidade da documentação, disponibilidade, etc, gerando cadastros municipais e bolsas de terra, com vistas, inclusive, a políticas de migrações e atração de investimentos.

4 - INFRA-ESTRUTURA

4.1 - Sistema Viário

O sistema viário da Região Sudeste segue o padrão de deficiências encontrado no sistema viário estadual, porém, com algumas características próprias.

Embora afastada do eixo da rodovia principal (BR-153), fato já referido, com a implantação de rodovias na Região, desde os primeiros anos da década de 1960, iniciou-se uma nova fase de ocupações de terras em vários municípios. Para esse efeito, contribuíram, não só a rodovia federal BR-020 (Brasília-Fortaleza), como também, e especialmente, as rodovias estaduais: TO-040, trecho Pindorama do Tocantins, Almas, Porto Alegre do Tocantins, Dianópolis e Novo Jardim; TO-110, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga, Aurora do Tocantins, Combinado e Novo Alegre; TO-296, trecho Combinado, Arraias e Paranã; TO-010, trecho Pindorama do Tocantins, Natividade, Paranã; BR-242/280, Gurupi, Peixe, São Valério da Natividade; TO-280, Natividade e Almas, TO-050, Palmas, Porto Nacional, Silvanópolis, Santa Rosa do Tocantins, Natividade, Conceição do Tocantins, Arraias, Campos Belos (GO).

Na verdade, esse constitui o sistema viário básico do Sudeste. É de se notar, no entanto, que na parte contida pelos limites da Região, nenhuma dessas rodovias é asfaltada, apresentando-se em razoável estado de conservação e tráfego na época da seca, estado que se torna crítico em grande parte delas, no período das chuvas. O Governo do Estado, através de seu Plano Rodoviário, vem preparando alguns trechos dos mais importantes para o revestimento asfáltico, como é o caso dos trechos Silvanópolis-Natividade; Natividade-Dianópolis e Natividade-Arraias, as quais, interligando-se com a Rodovia Federal 242, vão constituir o sistema básico da Região. Em termos de ligação para fora da Região, devem ficar assinalados os trabalhos de implantação das ligações com a BR-020, cortando a Serra Geral a partir de Taguatinga e Ponte Alta do Bom Jesus, ambas buscando Barreiras, na Bahia.

Enquanto isto não ocorre, a melhor ligação da Região com o exterior se dá com Brasília, a partir de Arraias, por rodovia asfaltada.

A pavimentação dessas estradas diminuirá sensivelmente os custos de transporte e o tempo de viagem entre a Região Sudeste e as outras regiões do Estado, incentivando, desta

forma, os produtores locais a aumentarem sua produção agropecuária destinada à comercialização. Constituem canais, igualmente, através dos quais poderá ser viabilizado o escoamento da produção da Região e áreas de influência para os mercados do nordeste via BR-020 e Barreiras (BA). Além do mais, com a exploração e processamento do calcário, as atividades, potencialmente mais promissoras da Região, seriam grandemente beneficiadas. No entanto, a existência de vias de escoamento, em boas condições de funcionamento, é requisito chave para tornar economicamente viável um projeto de exploração de calcário, com os benefícios decorrentes de sua larga utilização.

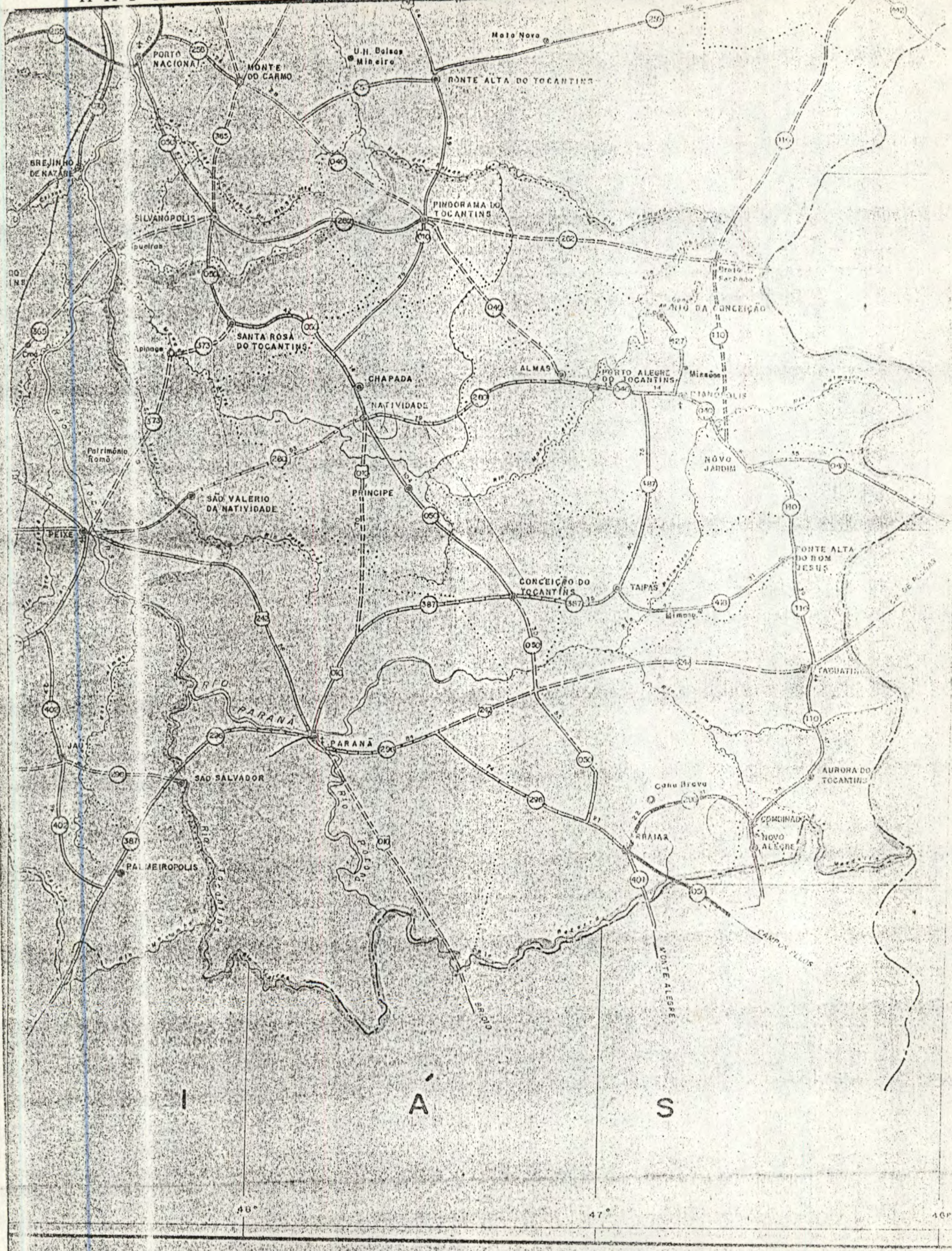
A precariedade do sistema de transportes das vias estaduais e federais completa-se com a precariedade dos transportes municipais, ou de vias alimentadoras do sistema viário estrutural. As que existem, constituem a evolução das picadas e linhas tradicionais, interligando fazendas e povoados. Há necessidade de um plano integrado de rodovias vicinais, a ser implantado paralelamente ao sistema rodoviário de transportes integradores, e possibilitando o atendimento esperado da produção.

4.2 - Transporte aéreo e outros.

Não existe transporte aéreo regular na Região, nem outro de qualquer espécie - fluvial, ferroviário, etc. Existem pistas de pouso em Arraias, Natividade, Dianópolis e outras não licenciadas, de uso particular.

O mapa nº 3, mostra a situação e os projetos rodoviários na Região.

M A P A Nº3 Situação e projetos rodoviários na região



4.3 - Setor Elétrico

Durante o ano de 1991, aproximadamente 85% do consumo total de energia elétrica concentrou-se no segmento do consumo residencial. O restante esteve distribuído entre indústria, comércio e setor público. Por outro lado, a Região deteve 7,84% do número total de consumidores do Estado. Levando em consideração que a Região detém 11,27% da população do Estado, observa-se que esta é uma das mais deficitárias, em termos de consumo de energia elétrica.

O padrão de vida destas populações é muito baixo, como pode ser observado pelo consumo de energia elétrica residencial, em MW/h por 1.000 habitantes. Em 1987, na Região Sudeste, tal consumo chegou a 33,15 MW/h, enquanto nas regiões de Gurupi, Araguaína e Porto Nacional o consumo alcançou os valores de, respectivamente, 155,26; 62,28 e 67,43 MW/h. Confirma o quadro, o fato de que apenas 16% da população dessa Região é servida com eletricidade.

Os ínfimos níveis da oferta de energia elétrica para a Região, e de forma um pouco mais atenuada, para todo o Estado, podem ser, em parte, explicados pelo fato de que, aproximadamente, a metade da população está esparsamente distribuída nas áreas rurais. O atendimento a essas áreas, assim caracterizadas, é quase nulo, devido ao alto custo da distribuição da energia elétrica, quando comparado às áreas urbanas, ou mesmo áreas rurais densamente povoadas.

A solução será, provavelmente, a organização paulatina das cooperativas rurais, que acompanhem a melhor ocupação produtiva da área.

Em relação à estrutura da oferta, a Região é abastecida pelas usinas hidrelétricas de Ponte Alta, Taguatinga e Mosquito (GO), bem como diversos grupos geradores, com produção energética insuficiente para atender a demanda reprimida, no momento em que ela for liberada.

TABELA Nº 17 - Energia Elétrica: Número de Consumidores e População Atendida - 1991.

MUNICÍPIOS:	Nº DE CONSUMIDORES:	POP. ATENDIDA:	% DE POPULAÇÃO SERVIDA
TOTAL REGIÃO			
SUDESTE	7.916	38.313	36,92
TOTAL DO ESTADO			
	100.936	488.530	53,09
REGIÃO SUDESTE EM RELAÇÃO AO ESTADO (%)			
	7,84	7,84	-

FONTE: CELTINS/1991

TABELA Nº 18 - Consumo de Energia Elétrica.

TIPO	ESTADO (%)	REGIÃO SUDESTE (%)
Residencial	45,7	84,7
Industrial	9,7	0,7
Comercial	20,9	9,7
Rural	0,9	1,2
Outros	22,8	3,7
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Levantamento CELTINS (MAIO/91)

Vê-se, nessas tabelas, o baixo consumo geral da Região em relação ao Estado - que já é baixo em relação ao país - bem como a pequeníssima representatividade do consumo para fins econômicos, especialmente o industrial - 0,7%.

4.4 - Comunicações

Parte da Região é servida pela Telebrasil, parte pela Telegoiás, em relação ao sistema de telefonia.

A tabela seguinte mostra o número de terminais instalados, por cada empresa, nos respectivos municípios.

TABELA Nº 19 - Terminais Telefônicos Instalados na Região Sudeste

MUNICÍPIO	ÁREA DE JURISDIÇÃO		Nº POPULAÇÃO TELEGOIÁS	Nº POPULAÇÃO TELEBRASÍLIA	Nº DE TERM/100 HAB	
	TELEGOIÁS	TELEBRASÍLIA			TELEGOIÁS	TELEBRASÍLIA
Almas	100	-	7.659	-	1,30	-
Arraias	-	450	-	11.029	-	4,08
Aurora do Tocantins	-	64	-	4.663	-	1,37
Combinado	-	PS	-	4.870	-	PS
Conceição do Tocantins	PS	-	4.113	-	PS	-
Dianópolis	-	874	-	13.294	-	6,57
Natividade	150	-	10.339	-	1,45	-
Novo Alegre	-	PS	-	1.870	-	PS
Novo Jardim	-	PS	-	1.547	-	PS
Paraná	64	-	10.887	-	0,58	-
Pindorama do Tocantins	PS	-	4.847	-	PS	-
Ponte Alta Dom Jesus	-	100	-	5.105	-	1,95
Porto Alegre do Tocantins	PS	-	2.103	-	PS	-
Rio da Conceição	-	PS	-	726	-	PS
Santa Rosa do Tocantins	PS	-	3.826	-	PS	-
São Valério da Natividade	PS	-	3.657	-	PS	-
Taguatinga	-	300	-	11.397	-	2,63
Taipas do Tocantins	PS	-	1.828	-	PS	-
TOTAL (TELEGOIÁS/BRASÍLIA)	314	1.788	49.259	54.501	0,63	3,28
TOTAL REGIÃO SUDESTE	2.102		103.760		2,03	

FONTE: SEPLAN - TO (1.990)

* São atendidos 2,03% dos estabelecimentos, em média, por toda Região, não sendo considerados os postos de serviços.

Não existem, na Região, quaisquer serviços de rádio-difusão, como, aliás, estações geradoras de sinais de TV.

Em todas as cidades, porém, existem sinais de TV, obtidos através de torres de retransmissão.

Acontece que, enquanto através da TV a Região recebe as mensagens - e a cultura - dos grandes centros do país, ela não dispõe sequer de um mínimo de serviços de rádio, os quais, além de serem poderosos veículos de promoção da cultura local, se constituem, em toda parte, em grandes prestadores de serviços à comunidade.

É urgente e prioritário que esta carência seja sanada, e o Ministério das Comunicações deveria fixar políticas específicas para que tal situação fosse alterada.

Tabela Nº 20 - Sinais de TV

Município	Canais recebidos (NOME DA REDE)			
	1	2	3	4
01 - Almas	X	X	X	X
02 - Arraias	X	X	X	X
03 - Aurora do Tocantins	X	X	X	X
04 - Combinado	X	X	X	X
05 - Conceição do Tocantins	X	X	X	X
06 - Dianópolis	X	X	X	X
07 - Natividade	X	X	X	X
08 - Novo Alegre	X	X	X	X
09 - Novo Jardim	X	X	X	X
10 - Paranaé	X	X	X	X
11 - Pindorama do Tocantins	X	X	X	X
12 - Ponte Alta do Bom Jesus	X	X	X	X
13 - Porto Alegre do Tocantins	X	X	X	X
14 - Rio da Conceição	X	X	X	X
15 - Santa Rosa do Tocantins	X	X	X	X
16 - São Valério da Natividade	X	X	X	X
17 - Taguatinga	X	X	X	X
18 - Taipas do Tocantins	X	X	X	X

1 - Rede Globo; 2 - Rede Bandeirantes; 3 - Rede Manchete; 4 - SBT;

Na Região Sudeste, exceto nos municípios de Almas e Aurora do Tocantins, há pelo menos um jornal em circulação em cada cidade. O Jornal do Sudeste é o que tem maior circulação e o único editado na Região.

5 - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.

5.1 - Órgãos Federais e Estaduais Existentes na Região

é precária a presença de órgãos federais e estaduais na Região Sudeste, como demonstram as tabelas seguintes.

A tabela nº 21 mostra os organismos federais existentes na Região - os números correspondem aos municípios em ordem alfabética, de acordo com a tabela anterior.

TABELA Nº 21 - Órgãos Federais sediados na Região.

ÓRGÃOS	MUNICÍPIOS																	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18
SUDAM																		
BASA		X				X												
Receita Federal						X												
IBGE						X												
Banco do Brasil		X		X		X											X	
Correios e Telégrafos		X	X		X	X	X			X	X	X	X				X	

A representação estadual, guardadas as proporções, não é muito melhor. é o que mostra a tabela nº 22.

TABELA Nº 22 - Órgãos Estaduais sediados na Região.

ÓRGÃOS	MUNICÍPIOS																	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Delegacia de Polícia		X	X	X	X	X		X	X	X		X			X	X	X	
Sede de Comarca		X	X			X	X			X							X	
Delegacia de Ensino						X												
RURALTINS	X	X		X		X	X			X	X			X		X		

Pode-se registrar ainda, a existência de Cartórios de Registro em todos os municípios. Como se vê, é muito precário o atendimento à população, sobretudo se consideradas as distâncias médias entre as cidades e as péssimas condições de tráfego e de comunicações.

5.2 - Organização Municipal

A Região subdivide-se em 18 municípios, anteriormente nominados. Paralelamente à elaboração do Plano Diretor, foi realizado um diagnóstico de cada um deles, cujos resumos encontram-se anexos. No entanto, só a elaboração de planos locais permitirá um melhor conhecimento das potencialidades locais e de seu aproveitamento.

6 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO: POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS

A análise do diagnóstico, efetuada pelos Fóruns de Arraias e Natividade, permitiu que, sinteticamente, as potencialidades e os obstáculos pudessem ser identificados.

6.1 - Potencialidades

6.1.1 - No campo social:

- população eminentemente jovem, primordial como força produtiva através da ampliação e eficácia do processo educacional a ser promovido;
- costumes, folclore, patrimônio e tradições possíveis de formação de circuitos culturais, capazes de contribuir para a consciência e a identidade regional;
- disponibilidade de matéria-prima local, própria para construção de moradias com baixos custos, permitindo melhoria das condições da habitação urbana e rural;
- região rica em sua rede hidrográfica, para abastecimento de água tratada nos centros urbanos e outros usos; e
- meio ambiente preservado e condições de melhoria da qualidade de vida.

6.1.2 - No campo econômico:

- grande disponibilidade de terras para produção de grãos e alimentos em geral;
- recursos hídricos propícios à irrigação, além dos outros usos referidos;
- grande disponibilidade de terras para a pecuária intensiva;
- região de integração entre Estado e as Regiões Sul e Centro-Sul - corredor para exportação de produtos básicos e semi-industrializados, como a soja ou o calcário;
- possibilidade de desenvolvimento da pequena e média indústria, para o aproveitamento da matéria-prima local; e

- grandes reservas de riquezas minerais a serem exploradas.

6.1.3 - No campo da infra-estrutura:

- capacidade de produção de energia na região, através de implantação de mini-usinas hidroelétricas, complementando os sistemas energéticos existentes;
- posição estratégica para utilização dos sistemas viários leste, oeste e sul, bem como das redes alimentadoras complementares.
- disponibilidade de matérias-primas básicas à implantação de rodovias e vias urbanas ;
- suave relevo, permitindo a implantação e manutenção de vias de escoamento a custos menores;
- médias e pequenas larguras dos rios, o que reduz os custos para construção de pontes; e
- urbanização incipiente, permitindo a elaboração de planos locais de desenvolvimento e de ordenação urbana.

6.2 - Obstáculos

6.2.1 - No campo social:

- falta de oferta de emprego, associado ao baixo nível de preparo da comunidade para o trabalho;
- altos índices de repetência e evasão escolar, causada pelo engajamento precoce do menor na força de trabalho produtivo de subsistência, agravando o baixo nível de vida;
- situação educacional com elevada carência de mão-de-obra especializada;
- saúde e saneamento atendidos de forma precária, verificando-se a falta de assistência médico-odontológica, precária existência de coleta e tratamento do lixo, agravada pela ausência de sistemas de esgoto sanitário; e

- escassez de entidades públicas e privadas de promoção social, desenvolvendo-se apenas ações de natureza assistencialista, quando existem.

6.2.2 - No campo econômico:

- baixa capacidade de aproveitamento das potencialidades dos solos pelo atraso tecnológico, causando baixos níveis de produção e produtividade;
- restrições, aos micro e pequenos produtores, de acesso ao crédito, pelos órgãos financiadores; altos custos financeiros;
- ausência de tecnologias adequadas na pecuária (vacinação, inseminação artificial, mão-de-obra rudimentar, etc);
- concentração de terras utilizadas com fins especulativos, como reserva de valor e extração de madeira de forma predatória; e
- fiscalização tributária muito pesada, recaindo sobre o pequeno produtor (desestímulo à fabricação artesanal; falta de incentivo ao micro-empresário).

6.2.3 - No campo da infra-estrutura

- precariedade quantitativa e qualitativa do sistema viário, transformado em fator impeditivo ao desenvolvimento;
- carência de geração e distribuição de energia, quase inexistente nas áreas rurais e precária nas áreas urbanas;
- precariedade dos meios de comunicação - jornais e telefones. Total inexistência de rádios e televisões locais, que promovam a integração e a identidade regional;
- centros urbanos mal servidos de infra-estrutura; e
- precária rede de hotéis e baixa qualidade dos serviços prestados.

PARTE II
PROGNÓSTICO

INTRODUÇÃO

Os cenários propostos não constituem uma adivinhação ou uma profecia; mas uma projeção de tendências que poderão acontecer ou não, de acordo com as decisões e a vontade política. As orientações ou diretrizes de ordem geral procuram, a partir do diagnóstico e dos cenários, dar os parâmetros que devem definir os programas e projetos.

Face pois, ao diagnóstico da realidade da Região Sudeste, e consideradas suas potencialidades, obstáculos e perspectivas do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins, dois cenários alternativos podem ser delineados, numa perspectiva de uma ou duas décadas.

O primeiro cenário projeta a tendência natural da realidade atual, sem que exista uma intervenção específica destinada a mudá-la.

O segundo cenário seria o desejável e possível, o qual deverá ocorrer, na medida em que houver disposição política e consciência da sociedade, no rumo de adotar as medidas necessárias, para reverter a tendência natural da realidade e provocar as mudanças desejadas.

1 - PERSPECTIVAS DE CENÁRIOS

1.1 - HIPÓTESE Nº 01 - Manutenção da Situação Atual - Cenário Tendencial -

Prevalecendo esta hipótese, será a seguinte a tendência do processo:

1.1.1 - Em relação à ocupação e ao desenvolvimento econômico

A ocupação da Região continuará sendo improdutiva e especulativa. O crescimento populacional será pequeno e tenderá a manter-se nas cidades-pólo da Região, provavelmente em suas periferias, pois este crescimento será produto do êxodo rural e das migrações não qualificadas, gerando os fenômenos de marginalização e sua correspondente - a violência urbana.

Poderão haver conflitos de terras, com a ocupação de áreas particulares e públicas por posseiros ou integrantes de fluxos migratórios expulsos da terra, vindos de outras regiões do Estado e do País.

A economia regional continuará improdutiva, tradicional e sem condição de competitividade. Poderá continuar o processo de empobrecimento da agropecuária e abandono das atividades produtivas. O isolamento da Região e as dificuldades de crédito determinarão a redução da produção a atividades de subsistência, e mesmo assim, com a maioria dos produtos importados de outras regiões do País, sobretudo São Paulo. O grande capital regional - a terra e seus recursos - continuará desvalorizado e utilizado como reserva, para eventual uso especulativo.

A contribuição da Região, em termos tributários, será insignificante, decorrendo, em contrapartida, a pouca capacidade ou vontade política do Poder Público de investir na área.

1.1.2 - Em relação à integração e à infra-estrutura

Privada de uma economia minimamente significativa, em termos de capacidade de produção ou de mercado de consumo, a Região não terá condições de atrair investimentos para desenvolver sua infra-estrutura, especialmente no que se refere a energia e aos transportes.

A Região continuará, desta forma, desintegrada internamente e isolada do Estado e do País, pouco se modificando em relação à situação atual.

1.1.3 - Em relação ao desenvolvimento social.

Os reflexos dessas tendências deverão estratificar a situação atual e aprofundar as condições de pobreza e atraso da Região, agravando-as.

Serão indicadores deste agravamento:

- A tendência da concentração de terras para fins especulativos e da riqueza em geral, agravando os contrastes e a exploração predatória do meio ambiente;
- O agravamento da pobreza urbana - condições de emprego, renda e moradia, com o crescimento da violência em todas as suas manifestações;
- A manutenção de baixos níveis de escolaridade e de higiene da população, bem como da qualidade de vida em geral;
- O isolamento da Região, em relação ao restante do Estado e do País, consequência da precariedade das malhas viárias e dos meios de comunicações em geral, agravados pela insignificância dos mercados de consumo e de produção.

1.2 - HIPÓTESE Nº 02 - Transformação da Situação Atual - Cenário Desejável -

O cenário previsto na hipótese anterior, no entanto, não é necessário. O Plano Diretor da Região Sudeste, integrado ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, propõe um conjunto de medidas capazes de transformar o cenário atual num novo cenário - o cenário desejado pela população regional. Seriam as seguintes as principais características deste cenário:

1.2.1 - Em relação a ocupação e ao desenvolvimento econômico

As medidas a serem adotadas deverão resultar numa ocupação produtiva das áreas rurais e num crescimento harmônico das cidades, como consequência do aumento de renda e do incremento dos negócios. Deverá haver um aumento

significativo da população, constituída de migrantes qualificados, atraídos pelas oportunidades de investimento e de mercado, oferecidas pela Região.

Esta nova ocupação territorial, que deverá ser acompanhada por adequada política fundiária e de ocupação urbana, levará a Região a duplicar, rapidamente, sua atual produção, especialmente no setor agropecuário.

A produção agrícola, centrada em grãos, deverá ter ultrapassado a casa de 1 (um) milhão de toneladas, nos dez anos seguintes ao início de implementação do plano; e a pecuária, a casa de 1 (um) milhão de cabeças (bovinos).

Esta produção terá demandado um incremento significativo da produção de calcário, absorvendo o parque de produção, hoje ocioso, e buscando novos investimentos para abastecimento do mercado interno, viabilizando simultaneamente a exportação. A agroindústria será incentivada e iniciará-se um processo de reserva de capitais para reinvestimento.

Outros recursos minerais estarão sendo explorados ordenadamente, abrindo novas alternativas de trabalho e renda.

A dinamização da Região viabilizará também a indústria do turismo, a partir dos recursos naturais (especialmente a Serra Geral e seus cenários, e os circuitos históricos), bem como deverá produzir uma nova dinâmica de crescimento das cidades e de sua economia, demandando projetos de ordenação do crescimento urbano, para manter adequada qualidade de vida.

1.2.2 - Em relação à integração e à infraestrutura

Nesta perspectiva, a Região contará com um novo sistema de transporte e comunicação, causa e consequência do processo de desenvolvimento econômico.

A integração dos sistemas de rodovias municipais, estaduais e federais viabilizará a fácil circulação de pessoas e mercadorias internamente, entre as diversas áreas da Região, e externamente com os mercados do Estado, do País e do exterior.

Os novos cenários de crescimento e a dinamização da economia forçará o crescimento das disponibilidades de energia elétrica, bem como dos sistemas de comunicações, especialmente rádio e televisão, e ainda o incremento das

telecomunicações, permitindo cunhar a identidade regional e preservá-la.

1.2.3 - Em relação ao desenvolvimento social

O crescimento da economia, gerando tributos, a nível estadual e municipal, o aumento de renda, a nível das pessoas, determinará a melhoria das condições de saúde, moradia e educação.

No campo da educação, o analfabetismo estará sendo eliminado, ao menos nas gerações mais jovens, e a necessária implementação de centros de formação média e superior abrirá novas perspectivas para a sociedade regional e para o desenvolvimento econômico, pela disponibilidade de recursos humanos mais qualificados, bem como pelo desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, em contínuo processo auto-sustentado.

A Região poderá abrir perspectivas para ingresso no setor quaternário, pela intensificação das atividades ligadas, especialmente, à cultura e ao lazer.

O desenvolvimento paralelo da economia, num modelo auto-sustentado, e o incremento das atividades, ditas quaternárias, ligadas ao lazer e à cultura, poderão trazer altos níveis de qualidade de vida para a Região.

2 - DIRETRIZES PARA O PLANO DIRETOR

A prevalência da construção do cenário desejável sobre a ameaça representada pela estratificação degenerativa, decorrente da manutenção da situação atual, exige que o Plano Diretor de Desenvolvimento da Região obedeça a diretrizes globais, coerentes e complementares entre si, de modo que as ações federais, estaduais, municipais e da comunidade sejam coerentes e integradas. Devem ainda, ser definidas diretrizes setoriais, capazes de orientar programas e ações.

2.1 - Diretrizes de Ordem Geral

2.1.1 - Integração de ações

O Plano Diretor deve expressar as ações desejadas pela e para a Região, de responsabilidade federal, estadual, dos municípios e da sociedade em geral, de modo que o processo aconteça de forma articulada, coerente e sem desperdícios pela não correspondência de demandas e de ofertas entre os vários setores, gerando ociosidades, carências e inútil duplicação de esforços.

2.1.2 - Compatibilização com o Plano Estratégico

O Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Sudeste deve estar compatibilizado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, de modo que os objetivos, as estratégias e as ações atuem de forma harmônica e cooperativa.

2.1.3 - A produção de alimentos como núcleo do plano

Consideradas as potencialidades da Região e as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, o Plano Diretor da Região Sudeste propõe-se, como instrumento essencial de dinamização do processo de desenvolvimento regional, ao aproveitamento máximo de sua capacidade de produção de alimentos, com base nas suas potencialidades e nas demandas internas e externas, as quais permitirão a segura conquista desses mercados, gerando o aumento da renda regional, e conseqüentemente a introdução de um processo endógeno e irreversível de desenvolvimento. Nesse contexto, a concentração dos esforços dos poderes públicos federal, estadual e municipais, na implantação de

um sistema de transporte integrado, constitui-se na prioridade estratégica número um a ser adotada.

2.2 - Diretrizes Setoriais

2.2.1 - Para o setor econômico

- a) A ocupação territorial deverá ser precedida de um conhecimento efetivo dos recursos naturais da Região, envolvendo as características de solo e de cenários, os recursos minerais e de outras ordens, para o que é indispensável a aceleração da execução do Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico. As ações, no entanto, não devem ser retardadas, procedendo-se ao conhecimento necessário através do método das aproximações sucessivas. Neste processo, a responsabilidade é da ASPLAN, que conta com o apoio da SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- b) A mesma ocupação exige que se adote uma política fundiária adequada, com base no cadastramento de áreas para uso na agricultura, pecuária, turismo, preservação ambiental, etc. A mesma política deverá induzir ao uso preferencial da terra, no regime de grandes ou pequenas propriedades, conforme sua vocação cultural, intensivas ou extensivas, assim como promover formas diversificadas de acesso à terra: compra e venda, arrendamento, desapropriação, cessão e outras modalidades. A criação de uma bolsa de terras poderia vir a ser um instrumento eficaz para este acesso. As prefeituras terão papel essencial, com o apoio do INCRA e do RURALTINS, nesse processo.
- c) A introdução de novas tecnologias é inerente a esta nova fase, especialmente na agricultura e na pecuária. É, desta forma, inseparável do objetivo de aumento da produção. Assim, é necessário identificar e difundir tecnologias para projetos de irrigação, melhoria de raças e processo de transformação de produtos, e sua comercialização. Especial atenção deve ser dada a tecnologias que preservem o meio ambiente, sobretudo nos setores de exploração mineral e outros que ameacem os cenários naturais. Responsabilidade especial terão, nesse processo, a UNITINS e as escolas técnicas agrícolas, já implantadas em Arraias e Natividade.

- d) No que se refere às atividades econômicas ligadas a outros setores, além da produção de alimentos, as potencialidades regionais indicam para dois caminhos: o da mineração e o do turismo.

O incremento das atividades de mineração engloba, não apenas a reativação em novos níveis do garimpo de ouro e de outros minerais, mas o aproveitamento das imensas reservas de calcário, capazes de suprir boa parte do Estado e dos Estados vizinhos, além da própria Região. É de se ter em conta a existência, no País, com predominância na Região Centro-Oeste e Centro-Norte, de 2 milhões de ha de cerrados a serem incorporados à produção. Tal há de ser a demanda de calcário que é conveniente preparar-se para responder a ela na medida em que ocorrer.

De outra parte, é necessário aprofundar a pesquisa para identificação de outros minérios além do ouro: rubi, manganês, cassiterita, urânio e outras ocorrências já identificadas, porém, não suficientemente conhecidas. Existem ainda, argilas diversas: caulim, mármore e outros recursos.

Deve-se levar em conta a íntima relação existente entre a exploração de minérios e a preservação do meio ambiente, para o que devem ser definidas políticas específicas e desenvolvidas ações urgentes, para evitar a degradação que pode ameaçar a Região e seu rico sistema hídrico.

No que se refere ao turismo, seu incremento pode ocorrer por duas vertentes, complementares entre si:

1 - os cenários naturais, que têm seu ponto máximo nas escarpas de rochas areníticas da Serra Geral, com suas figuras impressionantes, produzidas pelo tempo e pelo vento, que se complementam; e em cima da Serra, pelos campos das Gerais; e abaixo, pelas cavernas, cachoeiras, lagos e praias de seus rios. Além dos circuitos turísticos, poderiam ser desenvolvidas temporadas de esportes, como a asa-delta, a canoagem ou a pesca.

2 - os circuitos culturais, a partir da ocupação ocorrida no século XVIII, que deixaram cidades, monumentos e traços culturais marcantes, identificados principalmente nas regiões de Almas, Natividade (Chapada), Arraias e Taguatinga. A esses cenários devem ser acrescentados o folclore, usos e festas tradicionais que, recuperados, poderiam ser

atrativos inseridos em toda proposta. Assim, por exemplo, as festas do Divino e a Romaria do Senhor do Bonfim.

2.2.2 - Para a infra-estrutura

A disponibilidade de uma infra-estrutura viária, que garanta a rapidez de transporte inter-regional e com mercados externos, é pressuposto de viabilidade do aumento da produção regional, como de resto, da viabilização das demais ações do Plano Diretor. Os planos federal, estadual e dos municípios devem desenvolver-se de forma integrada e complementar: vias estruturais, de integração e de alimentação, ou vicinais.

Os municípios deverão promover seus planos de estradas vicinais alimentadoras de forma articulada com as estradas estruturais, em geral de responsabilidade do Estado e da União, aquelas voltadas especialmente à integração inter-regional e estadual, e essas à integração com os mercados externos. Neste esforço deve ser considerada a potencialidade do uso de vias fluviais para o transporte interno.

Os planos de disponibilidade de energia devem considerar, de modo especial, a demanda por energia rural, especialmente voltada à irrigação e a agroindústria em geral, além da importância da melhoria das condições de vida rural. A organização de cooperativas de eletrificação rural poderia vir a ser um caminho para essas ações. A prioridade deste esforço não deve induzir ao descaso para a ampliação e a melhoria do fornecimento de energia para as áreas urbanas, quer destinados ao consumo residencial, quer às atividades econômicas.

2.2.3 - Para o campo social

a) No Campo da Educação

No campo da Educação existem 3 enfoques sobre os quais deve centrar-se o Plano Diretor da Região:

- 1 - a eliminação do analfabetismo, com prioridade na faixa de 7 a 14 anos, o que se poderia alcançar pela organização efetiva dos sistemas municipais de Educação, com apoio do Estado e da União, para áreas prioritárias;

- 2 - a formação e o treinamento para o trabalho, através de Escolas Técnicas e com a presença de órgãos como SENAI, SENAC e SENAR, e a ampliação do trabalho do RURALTINS, a nível de extensão, bem como de programas especiais, através do Ministério do Trabalho, como o PROGER;
- 3 - a formação de nível superior, envolvendo o preparo de recursos humanos e a capacitação tecnológica, através do fortalecimento da Unidade ou Unidades regionais da UNITINS. Para isso, as Unidades Regionais deverão buscar formas de maior participação e autonomia regional.

b) No Campo da Saúde

O Plano Diretor deverá prever, junto à Secretaria da Saúde, campanhas específicas de educação para a saúde, orientadas para as escolas e as comunidades - Paróquias, Associações, Clubes de Serviço, Sindicatos, etc.

À medida em que se dispuser de adequado sistema de transportes, a Região deve ser dotada de um Hospital Regional, que sirva de apoio à rede de hospitais locais. Pressupõe-se que cada Município disponha de uma unidade hospitalar, mesmo que modesta, podendo integrar, como o S.U.S (Sistema Único de Saúde) aos esforços municipais, estadual e federal, bem como a iniciativa privada.

c) No Campo da Moradia e Saneamento

Há necessidade de um esforço no sentido da melhoria da situação precaríssima de grande parte das moradias, tanto urbanas como rurais, existentes na Região. A própria técnica de construção primitiva - o barro e a palha, da forma como são utilizados e conservados - é propícia à deterioração higiênica e à proliferação de doenças através de insetos, como o barbeiro.

Não são suficientes as campanhas de dedetização e outras. A Região necessita desenvolver, provavelmente através das Prefeituras, com apoio das Secretarias Estadual e Federal de Habitação e os órgãos de saneamento, um programa especial, dentro da idéia de áreas prioritárias, destinado à melhoria habitacional, a partir do aproveitamento dos recursos naturais e da melhoria das técnicas tradicionais. No que se refere às condições de moradia urbana, é necessário que, à medida em que se desenvolvam as cidades, alcançando determinado porte, sejam implementados estudos e planos que ordenem seu crescimento e

ampliem os serviços de saneamento, fornecimento de água e aproveitamento do lixo.

2.2.4 - Organização regional - suporte institucional e gestão do plano

- a) O Plano Diretor não pertence a este ou aquele governo, partido ou facção. Ele procura ordenar a sociedade na busca conjunta e cooperativa dos objetivos estabelecidos. Para tal, a sociedade deve organizar-se para atuar de forma mais eficaz, nos vários segmentos - econômicos, culturais, sociais e outros. Devem desempenhar especial papel as organizações de caráter cooperativo e comunitário, no desempenho dessas tarefas.
- b) No campo institucional, especial importância deve ser atribuída à Associação dos Municípios da Região Sudeste a ser reativada, bem como ao Fórum Permanente de Desenvolvimento da Região Sudeste, a ser ampliado e institucionalizado. Atuando em conjunto, essas instituições poderiam responder pela implementação e pela gestão do Plano Diretor, acompanhando e avaliando sua execução, exigindo medidas, corrigindo distorções e identificando carências.
- c) Põe-se enfim, como suporte essencial à viabilização do Plano, a disponibilidade do acesso a um novo sistema de financiamento das atividades produtivas. Deve ser denunciada como ineficiente e ineficaz a gerência centralizada e distante dos sistemas financeiros, que unifica normas para realidades diferentes, burocratiza os processos, não assume compromissos com as realidades, possibilidades e estratégias regionais. Isto vale, de um modo especial, para o acesso a fundos especiais existentes, como o FND, ou carteiras específicas de financiamento à agricultura, pecuária e agroindústria. A Região ressent-se da efetividade desses mecanismos e reclama a existência e a presença de um sistema financeiro que responda, com presteza e eficácia, às suas necessidades, como pressuposto de viabilidade de seu Plano Diretor.

PARTE III

PROGRAMAS E PROJÉTOS

1 - CONCEPÇÃO GLOBAL DO PLANO DIRETOR

1.1 - Ordenação Institucional

O Plano Diretor da Região Sudeste abrange o conjunto de programas e projetos capazes de transformar a realidade atual, construindo, num horizonte de médio e longo prazos, o cenário desejado.

Para isto, embora o Plano Diretor contenha um eixo estratégico capaz de comandar o processo, ele é abrangente, envolvendo praticamente todos os componentes setoriais, pois esses setores interagem e, na medida em que se desenvolverem articuladamente, produzirão o desenvolvimento harmônico da sociedade.

O eixo estratégico do Plano Diretor, e o seu desdobramento em projetos setoriais, está expresso no fluxograma nº 2. O eixo estratégico fundamenta-se nas potencialidades existentes na Região, analisadas no contexto definido pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins.

Estas potencialidades e esta análise definem como centro, ou núcleo capaz de impulsionar todo o Plano, a promoção do desenvolvimento da agropecuária, face ao conjunto de condições naturais existentes no Sudeste. Secundariamente, a exploração de recursos naturais e cenários turísticos podem construir novos eixos de desenvolvimento.

De outra parte, constitui-se como grande obstáculo detectado para o desenvolvimento da Região, como aliás para todo o desenvolvimento estadual, o extremo isolamento imposto pela carência dos transportes, de um lado; e de outro, pela precariedade da ocupação espacial e da disponibilidade de recursos humanos e tecnologias.

Este eixo estratégico principal e seus eixos secundários permitem definir oito programas, dentro dos quais devem ser considerados os projetos estratégicos, para o desenvolvimento do Sudeste.

É neste conjunto de programas e projetos que deve articular-se o esforço dos governos municipais e dos governos estadual e federal, apoiando e incentivando, simultaneamente, as ações da sociedade - iniciativa privada.

O Plano Diretor propõe ainda, um sistema de gestão para sua implementação, bem como propõe alguns dados e diretrizes que orientem a elaboração dos Planos Diretores locais ou dos projetos municipais de desenvolvimento.

FLUXOGRAMA No 2 - PLANO DIRETOR DA REGIAO SUDESTE
 CONCEPCAO GLOBAL(EIXO ESTRATEGICO, PROGRAMAS E PROJETOS)

FUNDAMENTOS	NUCLEO DO PLANO	GESTACULO	PROGRAMAS	PROJETOS INDUTORES
<p>PLANO ESTRATEGICO DO TOCANTINS</p>	<p>DESENVOLVIMENTO</p> <p>AGRO-PECUARIO</p>	<p>CARENCIA DE</p> <p>TRANSPORTES</p>	<p>1. Identificacao de E.M. e ocupacao espacial.</p> <p>2. Cadastro fundiario.</p> <p>3. Identificacao e orientacao de fluxos migratorios.</p> <p>2. Aproveitamento dos recursos Minerais.</p> <p>1. Calcario.</p> <p>2. Ouro.</p> <p>3. Argilas.</p> <p>3. Promocao do turismo.</p> <p>1. Identificacao e exploracao de catarrios naturais.</p> <p>2. Preservacao do Patrimonio - historico cultural e do Meio-ambiente.</p> <p>3. Promocao de circuitos culturais.</p> <p>4. Producao de alimentos.</p> <p>5. Implantacao da Infra-Estrutura.</p>	<p>1. Zonamento ecologico - economico.</p> <p>2. Cadastro fundiario.</p> <p>3. Identificacao e orientacao de fluxos migratorios.</p> <p>1. Calcario.</p> <p>2. Ouro.</p> <p>3. Argilas.</p> <p>1. Identificacao e exploracao de catarrios naturais.</p> <p>2. Preservacao do Patrimonio - historico cultural e do Meio-ambiente.</p> <p>3. Promocao de circuitos culturais.</p> <p>1. Crios; aplicacao de areas e aumento de produtividade.</p> <p>2. Pecuaria; modernizacao tecnologica.</p> <p>3. Desenvolvimento da agro-industria.</p> <p>4. Apoio a formacao de Microempresas.</p> <p>1. Sistema integrado de transportes federal, estadual, municipal.</p> <p>2. Producao e distribuicao de energia.</p> <p>3. Comunicacoes.</p>
<p>RECURSOS NATURAIS (POTENCIALIDADES)</p>	<p>6. Recursos Humanos e Tecnologia.</p>		<p>6. Recursos Humanos e Tecnologia.</p> <p>7. Desenvolvimento Social. (acoes emergenciais)</p> <p>8. Capacitacao das administracoes Municipais.</p>	<p>1. Ampliacao e integracao da UNITINS, nos processos de desenvolvimento regional.</p> <p>2. Formacao tecnica.</p> <p>3. Projetos de capacitacao de nao-de-obra.</p> <p>1. Educacao</p> <p>2. Emprego e Renda - cadastro de atividades.</p> <p>3. Melhorias das condicoes sanitarias</p> <p>4. Moradia</p> <p>1. Capacitacao das Administracoes Municipais</p> <p>2. Diagnosticos Planos locais de desenvolvimento</p> <p>3. Consolidar a Adm.Municipal como agente Desenvolvidor Nacional.</p>
<p>ACOES COMPLEMENTARES</p>			<p>1. Gestao do Plano Diretor.</p> <p>2. Sistema de financiamento.</p>	<p>1. Associacao de Municipios</p> <p>2. Forum Permanente</p> <p>1. Facilitacao de acesso ao credito</p> <p>2. Incentivos fiscais e Tributarios</p>

A Constituição Federal prevê, no art.182,§ 1º que as cidades com mais de vinte mil habitantes elaborem seus Planos Diretores. A Norma Constitucional, no contexto em que é posta, refere-se, mais especificamente, aos Planos de Ordenamento Urbano dessas cidades.

No entanto, tal ordenamento envolve toda uma concepção das vocações do município e da forma de desenvolvê-las, e os planos municipais devem, no caso do Sudeste, que aliás não dispõe ainda de nenhum núcleo urbano com mais de vinte mil habitantes, contemplar essa visão mais ampla.

1.2 - Ordenação Espacial

O mapa nº 4 mostra como os programas e projetos estratégicos distribuem-se no espaço territorial.

De um modo geral, pode-se verificar que o programa básico de desenvolvimento da agroindústria desenvolve-se por toda a Região, com prevalência da pecuária e da agricultura intensiva nas "manchas de terra preta", identificadas no eixo Arraias-Taguatinga-Combinado especificamente, e em outras áreas a serem caracterizadas pelo Zoneamento Ecológico Econômico da Região. é de considerar-se que o desenvolvimento e a difusão de modernas tecnologias acompanham, necessariamente, este tipo de atividade.

As áreas de cerrado, especialmente nesta primeira fase, são mais propícias ao cultivo extensivo, tanto da pecuária como da agricultura.

Esta concepção de áreas extensivas e intensivas, embora não excludentes, permitem também, a coexistência das pequenas e grandes propriedades, características da Região.

Os setores minerais concentram-se na sub-região leste, especialmente as argilas e calcários, como as ocorrências de material cerâmico e outros, que deverão ser identificados pelo referido Zoneamento; já os minerais preciosos, especialmente o ouro, concentra-se na área central, especialmente no eixo Almas-Conceição.

Os cenários turísticos localizam-se especialmente nos contrafortes da Serra Geral, com suas paisagens exóticas, cachoeiras, grutas e, provavelmente, águas minerais, e estendem-se pelo curso dos rios, com suas praias, corredeiras e belas paisagens, onde deve ser realçado, especialmente, o rio Paranhã, no seu encontro para formar o Tocantins, com suas centenas de ilhas fluviais.

Os cenários turísticos completam-se com o circuito histórico de Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Conceição do Tocantins; a trilha dos Bandeirantes e pioneiros, com seus costumes tradicionais; restos de cidades e construções antigas; festas religiosas; remanescentes de antigos garimpos e quilombos (Almas, Príncipe e Chapada, por exemplo).

O mapa de ocupação espacial deve conformar o perfil do desenvolvimento regional, articulando atividades diversas às funções urbanas e rurais. Ele permitirá uma ocupação harmônica da Região e o desenvolvimento de cidades, com funções diversas de polarização regional e sub-regional centradas, provavelmente, no triângulo Arraias-Dianópolis-Natividade, com a sub-polarização de Taguatinga e Paranã, entre outras.

2 - CONTEÚDO E DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS

2.1 - Programa 01 - Identificação de Recursos Naturais e Ocupação Espacial

O Programa visa:

- a) identificar os recursos naturais, as potencialidades e os obstáculos, com vistas a orientar o aproveitamento dos recursos e das potencialidades regionais, bem como superar os obstáculos;
- b) orientar a ocupação econômica e espacial da Região, atraindo fluxos populacionais e investimentos; e
- c) preservar o meio ambiente, os ecossistemas e a biodiversidade, viabilizando o desenvolvimento auto-sustentado da Região.

O Programa abrange, na medida do possível, não só a identificação de aspectos físicos, mas também as medidas atinentes aos aspectos institucionais, jurídicos e econômicos, dentro dos mesmos objetivos de racionalização da ocupação e do desenvolvimento auto-sustentado. Assim, recente-se de especial importância a identificação da situação jurídica das terras, a identificação dos cenários naturais, além do inventário dos minerais existentes, sua qualidade e volumes, do sistema hidrográfico, da fauna, da flora, etc.

O Programa envolve os seguintes Projetos:

2.1.1 - Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

O projeto vem sendo desenvolvido pela ASPLAN (Assessoria de Planejamento e Coordenação) em cooperação com a SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República.

O ZEE deverá responder com prioridade às seguintes questões:

- diagnóstico ambiental através de satélite;
- levantamento sistematizado dos recursos naturais;
- elaboração de mapas diversos de interesse regional (ecológico e econômico)
- estudo do potencial hídrico;

- estudo de ecoturismo; e
- outras informações necessárias.

2.1.2 - Cadastro fundiário

O Projeto visa a identificação da situação da posse da terra, juntamente com a identificação de suas características essenciais.

Para identificação dessas características, além da utilização dos dados que vierem a ser fornecidos pelo projeto do ZEE, imagina-se poder desenvolver um projeto específico de análise dos solos, através do laboratório existente junto às Escolas Técnicas Agrícolas, de Natividade e de Arraias, quando devidamente equipadas. A UNITINS poderá ser integrada ao Projeto.

Além do objetivo de dar à Região o conhecimento de sua identidade, o projeto poderá permitir a instalação, junto às Prefeituras ou a outros órgãos como o RURALTINS, de bolsas de terra, onde a oferta e a procura por áreas disponíveis para a produção possam ser cadastradas. Trata-se de disponibilizá-las, não só através da compra e venda, mas da associação, do arrendamento ou de outras formas de parcerias.

Os projetos específicos poderiam ser desenvolvidos através das Prefeituras Municipais, com o apoio do RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins), do INCRA e das referidas Escolas Rurais, com assessoria técnica da UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins).

2.1.3 - Identificação e orientação de fluxos migratórios

Os projetos anteriores permitirão o desenvolvimento de políticas ou ações específicas voltadas à atração, seleção e orientação de fluxos migratórios, quer intra-regionais, quer extra-regionais.

Esses fluxos, atraídos por um sistema específico de informações - o ZEE complementado pelo cadastro fundiário - poderão ser selecionados, trazendo investimentos, tecnologias e novos aportes ao desenvolvimento regional.

Poderão ser desenvolvidos também, projetos específicos de assentamento ou de colonização, minimizando o apelo representado pelas cidades.

O projeto poderá ser desenvolvido pelas Prefeituras ou pelo ITERTINS, como também, pela iniciativa privada, através de empresas, cooperativas e outras formas.

2.2 - Programa 02 - Aproveitamento dos Recursos Minerais

O Programa visa:

- 1) A partir dos dados e informações gerados pelo ZEE, iniciar um processo de racionalização da exploração dos minérios da Região, especialmente do calcário e dos metais preciosos, a partir do ouro.
- 2) Adotar processos de exploração que não agridam os ecossistemas e o meio ambiente.
- 3) Adotar políticas de incentivos e de controles fiscais.

O Programa abrange, como prioridade, a exploração do calcário e do ouro, mas deve ser ampliado para outros minérios existentes na Região. Além de minerais preciosos e estratégicos, como o urânio e o ouro, a ocorrência de argilas, como o caulim, indicam a possibilidade de introdução de indústria cerâmica, com boas perspectivas.

O Programa envolve os seguintes Projetos prioritários:

2.2.1 - Recuperação e desenvolvimento da indústria do calcário

O Brasil possui uma área de cerrados de 2 milhões de km². Para tornar-se área de grande produtividade, essa imensa extensão necessita, essencialmente, de calcário, para combater a excessiva acidez do solo.

No Estado do Tocantins, localiza-se em torno de 10% dessa área de cerrados. Considerando-se as regiões limítrofes, pode-se dizer que o Tocantins atende a demanda de calcário de áreas superiores a 20 milhões de ha.

A Região Sudeste tem uma capacidade instalada para produzir 800.000 t/ano de calcário, capacidade esta que, a partir da demanda possível, poderia ser significativamente ampliada. No entanto, esta capacidade está operando apenas a 10%, com enormes perdas financeiras e exclusão de mão-de-obra.

A recuperação do setor, além de exigir urgência na ampliação do sistema viário básico - projeto 2.5.1 - exigiria, de imediato, a concessão de incentivos fiscais e tributários que permitissem sua competitividade nos mercados externos, especialmente de Goiás, Minas, Bahia, sul do Maranhão e Piauí, bem como o aumento do consumo regional e estadual.

Implantado o sistema integrado de transportes na Região, haveria condições de se partir para a ampliação do setor.

A responsabilidade de implantação do projeto é da iniciativa privada, necessitando da intervenção da MINERATINS e da Secretaria da Fazenda.

2.2.2 - Racionalização e expansão da exploração do ouro

A exploração do ouro constitui uma atividade tradicional no Sudeste, e existem traços de atividades auríferas desenvolvidas desde o século XVIII. Grande parte das atividades atuais ainda seguem os mesmos padrões, os garimpos não sofreram qualquer modernização, quer sob o aspecto tecnológico, fiscal-tributário ou organizacional.

Em contrapartida, a METAGO (Metais de Goiás S/A), do Estado de Goiás, que explora o minério sob contrato com a Vale do Rio Doce, foi afetada em suas atividades, pelo processo de divisão daquele Estado com o Tocantins. As atividades de exploração do ouro deverão retornar, brevemente, em novo contrato entre a Vale do Rio Doce e a MINERATINS (Cia de Mineração do Tocantins).

O projeto é de responsabilidade da MINERATINS, em articulação como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com a Secretaria da Fazenda e com a iniciativa privada.

Necessária ainda, é a presença da NATURATINS (Fundação Natureza do Tocantins), em função da questão ambiental.

No que se refere a organização dos garimpos, deve-se considerar a organização de formas cooperativas de produção e comercialização, bem como a introdução de artesanato de ouro, com grande demanda de mercado.

Enfim, o projeto deve induzir também a Caixa Econômica Federal e ou o Banco do Brasil, no processo de comercialização.

2.2.3 - Identificação e aproveitamento do potencial de argila

As argilas têm, tradicionalmente, uma utilização significativa nos processos construtivos da Região (casas de adobe).

No entanto, existem ocorrências de argilas nobres, como o caulim, matéria-prima valiosa para produtos cerâmicos.

O Sul do País, e em menor escala o Centro-Oeste, continuam sendo os grandes fornecedores de material cerâmico: pisos, azulejos, louça, material sanitário, etc, produtos que poderiam ter fabricação local, a partir da matéria-prima existente (caulim, por exemplo).

O projeto deverá, inicialmente, identificar essas ocorrências, verificar sua qualidade, seus processos de concessão, etc.

O projeto deve ser coordenado pela MINERATINS, ou articulado com a Secretaria de Indústria e Comércio e DNPM. Os aspectos técnicos podem ser implementados com a colaboração da UNITINS.

Os investimentos e a implementação são de responsabilidade da iniciativa privada.

2.3 - Programa 03 - Promoção do Turismo

A Região Sudeste dispõe de condições propícias para o desenvolvimento de atividades turísticas. Essas condições se constituem de cenários naturais, traços culturais, folclore e outras atrações.

Embora não exista ainda, um inventário turístico, algumas dessas atrações podem ser de pronto reconhecidas.

As escarpas da Serra Geral, com seus afloramentos areníticos, suas figuras talhadas pela ação do tempo, o perfil das Gerais, em cima da Serra, as cavernas e cachoeiras, constituem um conjunto que merece ser preservado, e com grandes potencialidades turísticas, inclusive para prática de esportes.

As corredeiras, ilhas e praias, especialmente do Paranã, Balsas e Tocantins, merecem divulgação e calendários especiais de eventos.

Em relação à Serra Geral, a proposta é a criação de uma Reserva ou Parque Nacional (estadual), que iniciará o processo de aproveitamento da área para fins turísticos.

Neste caso, de um modo especial, junto ao órgão estadual de turismo, é importante a participação da NATURATINS.

Em relação ao patrimônio cultural, o projeto inicial consistiria na montagem de um catálogo literário, fotográfico e eletrônico, assim como dos principais eventos regionais, que identificam tradições e costumes.

Feita a promoção do circuito turístico, poderão ser envolvidas, além do órgão estadual de turismo, as prefeituras municipais e empresas particulares.

O Programa envolve, em consequência, três projetos a serem detalhados:

2.3.1 - Identificação e exploração de cenários naturais

A partir da identificação dos cenários naturais referidos, poderão ser programados eventos turísticos nas áreas de esporte e lazer, capazes de mover, além da população local, turistas de outras áreas do País. Na área de esportes, na região de Paraná, já vem se realizando o campeonato de asa-delta. É possível que este circuito possa estender-se às escarpas da Serra Geral e outras áreas, onde poderá articular-se com canoagem, campeonatos de praia, festivais e outros, como aproveitamento de águas termais, etc.

Há necessidade de melhoria da rede hoteleira local, que, mesmo conservando traços locais de caráter tradicional, ofereça condições mínimas de atrair e manter fluxos turísticos. O Estado poderia criar incentivos especiais para incremento dessas atividades.

2.3.2 - Preservação do patrimônio histórico e meio ambiente

O cadastramento e a conservação de monumentos e lugares históricos, aliado ao desenvolvimento de uma consciência de preservação dos cenários e recursos naturais, propiciarão o fortalecimento do turismo. Este projeto pretende organizar as fontes alternativas para a promoção do setor turístico da Região, com opção para geração imediata de emprego e renda nas localidades identificadas. A preservação de praias,

rios, locais históricos, serras e outros cenários naturais, manterão intactas as possibilidades e potencialidades que formam a base do turismo ecológico e cultural.

2.3.3 - Promoção de circuitos culturais

A Região é rica em traços culturais. Cidades como Natividade e Arraias possuem traços marcantes da colonização dos séculos XVIII e XIX. O mesmo diz-se de antigos povoados, como os garimpos de Tenente, os aguadutos utilizados para a lavagem de ouro, o quilombo da Chapada, festas tradicionais, como a romaria do Bonfim, ou manifestações místicas, como as esculturas de Dona Romana, em Natividade, constituem outros tantos objetos de apelo turístico.

Deve-se, enfim, identificar produtos naturais, como a aguardente dos Azuis, a farinha de mandioca e os doces de Aurora, que podem ser estimulados através de promoções de caráter comercial e folclórico.

2.4 - Programa 04 - Produção de Alimentos

Este programa é, na verdade, o programa central, o eixo estratégico derivado do núcleo básico das potencialidades da Região: as condições de desenvolvimento da agropecuária.

O diagnóstico apresentado mostra a imensa potencialidade dos cerrados para desenvolvimento da pecuária e da agricultura, especialmente de grãos, admitindo, ao menos numa primeira fase, as grandes e médias empresas ao cultivo extensivo. O cultivo extensivo, porém, não deve significar cultivo sem tecnologia.

Na verdade, os projetos decorrentes devem viabilizar a transferência de tecnologia e sua adaptação às condições específicas de uso.

Simultaneamente, outras áreas de várzeas e de terras pretas, altamente férteis, indicam a viabilidade de desenvolvimento de culturas intensivas, quer através de grandes empresas com alta concentração de tecnologia, quer individualmente, através de formas cooperativas, preferencialmente.

O desenvolvimento tecnológico, através de transferência e adaptação de tecnologias existentes ou de desenvolvimento de tecnologias próprias, deve ser parte integrante dos projetos que vierem a ser desenvolvidos, como a adequada ocupação espacial (itens 1.1 e 1.2) e seus pressupostos.

Também deve ser considerado que os projetos a seguir, propostos como prioritários, não esgotam as potencialidades do setor. Neste sentido, outros projetos podem complementar o desenvolvimento da agroindústria, com uma linha especial de apoio governamental.

O Programa engloba 4 projetos prioritários:

2.4.1 - Produção de grãos: ampliação de áreas e aumento da produtividade

O projeto prevê a ampliação das áreas de produção, especialmente de soja e arroz, de produtividade já comprovada nos cerrados e nas áreas irrigáveis em geral.

O projeto pressupõe viabilizar a implementação das ações previstas no Programa 01, item 2.1 - Identificação de Recursos Naturais e Ocupação Espacial - e será consequência de concentração de esforços em projetos de irrigação e calcareamento dos solos do cerrado (item 2.2.1).

Os projetos de irrigação deverão contar com recursos da SUDAM, Ministério de Integração Regional, FNO, PROFIR, PROVÁRZEAS, bem como de particulares. Os projetos específicos definirão as áreas a serem irrigadas.

Os projetos de calcareamento estão intimamente ligados ao exposto no item 2.2.1, e aos sistemas de financiamento que deverão ser desenvolvidos.

É pressuposto também, à viabilidade do projeto, a implementação do projeto mencionado no item 2.5.1 (a seguir) - Sistema Integrado de Transportes, pois sem sua integração não há como se pensar em aumento de produção.

O projeto exige ações integradas do RURALTINS, órgãos de financiamento, Secretaria de Integração Regional da Presidência da República (Sub-Secretaria de Irrigação), e outros órgãos que deverão atuar em consonância com a Secretaria da Agricultura e a iniciativa privada.

Há necessidade de criação de patrulhas mecanizadas, destinadas sobretudo à difusão de tecnologias modernas aos pequenos agricultores e à infra-estrutura municipal (estradas vicinais).

2.4.2 - Pecuária: modernização tecnológica

O aumento da produtividade no setor pecuário depende do emprego de modernas tecnologias para melhoria das espécies, permitida pela moderna engenharia genética, e pelas técnicas de manejo intensivo dos rebanhos, além da melhoria da mão-de-obra ocupada.

O projeto visa introduzir essas tecnologias através de centros de difusão, junto às escolas técnicas e com eventual participação da UNITINS - itens 2.6.1 e 2.6.2 - ou dando apoio a fazendas modelos, que se integrem ao programa.

As pequenas propriedades será dado especial incentivo para formar cooperativas de produção, armazenamento e comercialização.

A Secretaria de Agricultura e o RURALTINS terão o encargo de desenvolver o projeto.

2.4.3 - Desenvolvimento da agroindústria

O projeto complementa os dois anteriores e destina-se a viabilizar, em condições modernas, o abastecimento da região norte-nordeste e a exportação, evitando a comercialização do produto "in natura".

Desenvolvendo-se paralelamente aos dois projetos anteriores, a agroindústria deverá abranger setores como soja, frutas do cerrado para industrialização de sucos, carnes e derivados, indústria de laticínios, etc. O Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, deverá criar incentivos especiais para apoio a essas iniciativas.

2.4.4 - Apoio a formação de microempresa

O projeto é voltado ao incentivo de formação de microempresas, destinadas ao aproveitamento de matéria-prima e mão-de-obra pouco especializada, com a utilização de mecanismos semelhantes ao do PROGREDIR, assim como estímulo à redução da taxa de impostos e à limitação do limite de isenção. Inclui também, a intenção de propor, junto ao mercado financeiro, linhas de crédito especiais, a fim de atender as micro iniciativas empresariais, direcionadas, prioritariamente, à agroindústria e serviços básicos.

Os projetos poderão gozar de incentivos governamentais específicos, além de enquadramento prioritário nos fundos especiais de desenvolvimento da área, da SUDAM, o que poderá

ser fator da atração de investimentos externos. Formas de cooperativas também poderão ser incentivadas.

A prevalência da agroindústria de grãos, carnes e laticínios não deve inibir o apoio a iniciativas de pequenas indústrias, inclusive artesanais, de produtos diversos com tradição na Região: bebidas, alimentação, sucos e outros.

A Secretaria da Agricultura e a Secretaria de Indústria e Comércio gerarão instrumentos de caráter institucional, financeiro e de outras espécies, com o objetivo de incentivar os projetos, buscando apoio e orientação junto ao SEBRAE.

2.5 - Programa 05 - Implantação da Infra-estrutura e Integração Regional

As enormes carências regionais, especialmente na área de transportes, energia e comunicações, atuam como obstáculos para a viabilização das ações do Plano Diretor.

No setor dos transportes, os projetos deverão integrar os Planos Rodoviários Federal, Estadual e Municipais, de modo que:

- 1) a estrutura viária básica integre a Região com o Estado, o País e o exterior;
- 2) a Região integre-se em si mesma, viabilizando a inter-complementariedade de suas áreas, de suas cidades e de sua economia; e
- 3) a produção e as pessoas tenham facilidade de acesso ao sistema viário de integração.

No setor energético, com aproveitamento do sistema hídrico, é necessário desenvolver formas alternativas de produção de energia (através de mini-usinas), sobretudo nas áreas rurais, bem como expandir sua distribuição.

No setor de comunicações, é necessário que se viabilizem os serviços de telecomunicações.

O projeto deve envolver também, a radiodifusão, não só como fator de prestação de serviços e preservação cultural, mas como instrumento de dinamização da economia regional.

2.5.1 - Sistema integrado de transportes

Pensado de forma integrada, o sistema deve envolver Rodovias Federais, Estaduais e Municipais de modo que a Região possa integrar-se consigo mesma, com o Estado e com o País.

São rodovias que compõem o sistema mínimo de integração, para que se cumpram essas funções:

- a) Federais - a BR-242, ligando, através da Região Sudeste, Paraná-Taguatinga às grandes Rodovias Belém-Brasília (BR-153) e Brasília-Fortaleza (BR-020).
- b) Estaduais - a TO-050, ligando Palmas ao sistema nacional de transportes, através da Região Sudeste, via Santa Rosa do Tocantins, Natividade, Conceição do Tocantins e Arraias, com o Centro Sul; através da BR 010, ligando Paraná a Natividade e Pindorama do Tocantins; a TO-280, ligando Peixe a São Valério da Natividade, Natividade e Almas; a TO-040, ligando Almas a Porto Alegre do Tocantins, Dianópolis e Novo Jardim à BR 020 (Brasília-Fortaleza); a TO-110, ligando Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga, Aurora do Tocantins, Combinado e Novo Alegre; e TO-296, ligando Combinado, Arraias e Paraná à BR-242 e BR-153 (Belém-Brasília), fechando assim o circuito.
- c) Municipais - Os municípios elaborarão, com a assistência do Programa de Apoio aos Municípios, seus planos de rodovias alimentadoras, com vistas a interligar os produtores ao referido circuito.

2.5.2 - Produção e distribuição de energia elétrica

O programa deverá concentrar-se na produção de energia elétrica através de pequenas usinas, na distribuição rural, através de cooperativas, e na melhoria da distribuição urbana. Deve ser considerada ainda, a conveniência de uma concentração de esforços para produção de energias alternativas, especialmente nas áreas rurais, como o aproveitamento do potencial existente:

- a) implantação de mini-usinas elétricas;
- b) implantação de pequenos geradores, em sistema de cooperativa;

- c) aproveitamento da biomassa;
- d) linhas básicas de distribuição e transmissão (Furnas/Tucuruí e outros); e
- e) expansão da eletrificação rural.

2.5.3 - Comunicações

Como ficou caracterizado no Diagnóstico da Região Sudeste, são precaríssimas as condições de comunicações e telecomunicações. Os projetos deverão contemplar:

- a) implantação de unidades de rádio (AM e FM);
- b) ampliação da rede de telefonia; e
- c) melhoria dos serviços de telefonia.

2.6 - Programa 06 - Recursos Humanos e Tecnologia

O diagnóstico da Região mostra que os processos vigentes seguem, em quase todos os setores, padrões tradicionais. De outra parte, com altos índices de analfabetismo e um mínimo de oportunidade de ascensão ao segundo grau e ao ensino superior, a Região ressenete-se de condições precárias para desenvolver ou mesmo absorver tecnologias.

Por outro lado, os núcleos em condições de transformar tal precariedade são iniciantes. A UNITINS possui apenas uma unidade em Arraias, voltada à área de educação (PEDAGOGIA).

O ensino técnico dispõe de duas unidades no setor agrícola, a nível de 1º grau em Arraias, e de 2º grau em Natividade.

O programa visa a partir dessas unidades e de outras que possam ser criadas, dotar a Região de um sistema capaz de absorver, adaptar ou criar tecnologias adequadas e difundí-las, bem como formar um mínimo de recursos humanos capazes de impulsionar ou de responder às demandas do processo de modernização, previsto no Plano Diretor.

O sistema desenvolver-se-á através de 3 projetos, que terão sua base nas cidades onde os núcleos já existem - Arraias e Natividade - ampliando-o necessariamente para Dianópolis.

2.6.1 - Ampliação da UNITINS e sua integração no desenvolvimento regional

Propõe-se:

- a) a ampliação da ação da UNITINS, a partir da unidade existente na Região, especializando-se nas áreas de Ciências Humanas e Sociais - economia, educação, turismo, etc, a médio prazo;
- b) a ampliação e priorização da Escola Técnica Agrícola, para instalação, a médio prazo, de uma escola agrícola e de estudos de veterinária, a nível superior, constituindo-se num centro de apoio ao desenvolvimento regional; e
- c) a criação de Escolas Técnicas de engenharia-mineralogia, metalurgia, etc, inicialmente de nível médio, e buscando o nível superior, a médio ou longo prazos, voltadas ao desenvolvimento regional, nessas áreas.

Aparentemente, esses centros especializados deveriam sediar-se em Arraias, Dianópolis e Natividade.

Os três centros deverão ser adequadamente instrumentados para responder pelas demandas regionais, tanto de tecnologias, sobretudo transferências e adaptação, como pela formação de recursos humanos. Poderão também, servir de ponto de apoio para instituições e órgãos de pesquisa e informações de respectivas áreas, a nível municipal, estadual, nacional, ou recursos internacionais - por exemplo, a EMBRAPA, no setor primário.

É de se aprofundar também, as análises sobre a conveniência ou a viabilidade da UNITINS - e através dela o Estado assumir sozinho esses encargos - ou se seria conveniente articular as ações de forma diferente, unindo esforços regionais, federais ou de iniciativa privada.

2.6.2 - Formação técnica

Se entendido e implementado o item 2.6.1, a formação técnica insere-se em grande parte, no sistema proposto.

No entanto, a formação de nível técnico, em todas as áreas: educação, saúde, economia, agronomia ou mesmo engenharia, excedem a esfera do sistema descrito naquele projeto.

Em função das transformações propostas pelo Plano Diretor e em adequado ritmo de expansão, essas modalidades deverão expandir-se para outros núcleos regionais, como Taguatinga, Parará, Combinado, etc.

2.6.3 - Projetos de capacitação de mão-de-obra

A necessidade de formação de recursos humanos, no entanto, não se esgota na formação superior ou técnica. A demanda de recursos humanos exige formas de treinamento em todos os níveis e todas as modalidades do mercado de trabalho.

Faz-se necessário articular este tipo de capacitação para o trabalho com o sistema escolar e o aproveitamento nos respectivos setores, das disponibilidades do SENAR, SENAI, SENAC, SEBRAE e outros órgãos especializados.

O projeto articula-se também, com o item 2.7.2 - Ampliação de Empregos e Renda - cadastro de atividades regionais.

2.7 - Programa 07 - Desenvolvimento Social e Ações Emergenciais

As necessárias ações no campo social constituem, de um lado, pré-requisitos para a viabilidade das ações componentes do Plano Diretor, como é o caso da Educação e da Saúde, ou consequência dela, como a organização urbana ou a melhoria das condições de moradia, e devem ser considerados condições para estabelecer um processo harmonioso ou equilibrado de desenvolvimento.

Dentro desta concepção, o programa prevê ações no campo da educação, no campo da melhoria das condições de trabalho (emprego e renda e cadastro de atividades) e ainda, no campo da melhoria das condições sanitárias e de moradia da população regional.

2.7.1 - Educação

O projeto visa com prioridade a eliminação do analfabetismo das novas gerações: crianças dos 7 aos 14 anos fora da escola, e jovens em idade de ingressar no mercado de trabalho.

Na medida do possível, o projeto visa também, diminuir os índices de analfabetismo em outros segmentos da população.

O projeto deve centrar-se em 3 vetores:

- a) a formação acelerada e a ampliação do quadro de professores para os sistemas regionais da educação, incluindo garantias de salários compatíveis e condições de trabalho, com a função que desempenham;
- b) a ampliação, a manutenção e a recuperação da infraestrutura física e didática das instituições educacionais; e
- c) a integração contínua de novas instituições sociais públicas, particulares e comunitárias, neste esforço educativo.

O caminho da municipalização da educação não pode seguir simplesmente a estratégia de transferir as responsabilidades educacionais do Estado para os municípios, como geralmente acontece.

A municipalização da educação consiste em um processo de fortalecimento das estruturas educativas e da criação dos sistemas municipais ou regionais de educação, incluindo a consolidação dos sistemas de educação, nesse nível, como prevê a Constituição.

2.7.2 - Ampliação de empregos e renda - cadastro de atividades regionais

O projeto, a ser desenvolvido com assessoria da FAO, e usando metodologia daquela entidade internacional visa:

- a) identificar oportunidades regionais de trabalho, a partir de recursos naturais existentes, e vocações ou habilidades pessoais;
- b) treinar trabalhadores, para transformar essas potencialidades em postos de trabalho, e assumí-los; e
- c) organizar esses postos de trabalho, criando micro-empresas de caráter comunitário, cooperativista, etc, com vistas a viabilizar o acesso a tecnologias, a financiamentos, a produção e a comercialização dos produtos.

O projeto deverá desenvolver-se com prioridade nas áreas periféricas, urbanas e rurais, viabilizando assim, junto à ampliação do emprego, o crescimento da renda.

Complementarmente, serão organizados, em colaboração com o SINE e as Prefeituras, os cadastros locais ou regionais de atividades desenvolvidas na Região, nos setores formal e informal.

2.7.3 - Melhoria das condições sanitárias e de saúde

Este projeto deve responder a 4 tipos de ações:

- a) no campo de saúde preventiva, visando a melhoria das condições de sanidade da Região, através de campanhas específicas, como de vacinação e de educação para a saúde, inteiramente ministradas nas escolas e nas comunidades por agentes sociais;
- b) a melhoria das condições de atendimento hospitalar, especialmente pela instalação de equipamentos, contratações, treinamento e qualificação dos recursos humanos, bem como a manutenção das unidades hospitalares;
- c) a melhoria da infra-estrutura sanitária, especialmente de água e esgoto, nas áreas urbanas, e difusão de formas de consumo de água e de sistemas sanitários simples, nas residências rurais, como ação preventiva; e
- d) elaborar uma política de saúde, formando recursos humanos e ampliando a disponibilidade de equipamentos, minimizando, desta forma, a elevada carência de ações preventivas e assistenciais junto à comunidade.

Devem integrar-se ao projeto, os esforços das Secretarias da Saúde e Infra-estrutura articulados com as Prefeituras Municipais.

2.7.4 - Melhoria das condições de moradia

O projeto visa articular ações dos poderes públicos, municipais e estadual, num esforço de melhoria das condições de moradia, especialmente das populações rurais e periféricas, visando resgatar e difundir as técnicas de construção com base nas matérias-primas (adobe, palha, etc) e nas tecnologias existentes na Região. Visa ainda, articular a ação dos poderes públicos municipais e entidades comunitárias locais e regionais. O estímulo ao associativismo comunitário não paternalista, que busca desenvolver um processo de valorização e promoção humana, é condição básica para implementação desta área.

2.8 - Programa 08 - Melhoria de Desempenho das Administrações Municipais

Nas condições específicas da Região Sudeste, o Poder Público Municipal tem um papel importante a desempenhar, e isto exige sua capacitação para o exercício eficiente dessas tarefas.

O leque desta necessária eficiência compreende, desde o exercício de funções burocráticas normais, referentes à máquina administrativa, até as atividades fim de assistência, infra-estrutura, educação, etc. Essa capacitação torna-se tanto mais necessária quando o processo caminha para o desenvolvimento de ações articuladas entre os governos municipais e os governos federal e estadual, desempenhando ações conjuntas, bem como de parceria, entre os próprios municípios, e dos municípios com a iniciativa privada.

Além desses aspectos, deve ser considerada a responsabilidade que crescerá em relação à organização e aos serviços urbanos, à medida em que crescerem as cidades.

Considerados esses aspectos, o programa desenvolverá dois projetos, o primeiro referente a capacitação das administrações municipais, já em implementação em algumas áreas, e o projeto de desenvolvimento de Planos Diretores locais, que a Constituição Federal torna obrigatórios para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

2.8.1 - Capacitação das administrações municipais.

O projeto deverá ser desenvolvido com o apoio da ASPLAN-TO e, através dela, com a assessoria do IBAM, devendo envolver, necessariamente, dois aspectos:

- a própria organização da administração municipal, e
- o treinamento dos recursos humanos da máquina municipal.

As atividades tanto podem ser bilaterais, entre a ASPLAN e determinada Prefeitura, como em programas específicos de treinamento, destinados ao melhor preparo e desempenho funcional dos recursos humanos ligados às Administrações Municipais.

Será implantado um sistema de Banco de Dados Regional, que acumulará informações gerais de interesse das diversas municipalidades.

Na mesma linha de cooperativismo, poderão ser organizadas empresas regionais de serviços, visando atuar nos vários municípios da Região.

2.8.2 -Planejamento local : Desenvolvimento de planos diretores municipais.

Durante os trabalhos desenvolvidos para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Sudeste, verificou-se quase absoluta carência, não só de planos e projetos locais, mas também do mínimo de dados e informações, a nível municipal.

Na perspectiva dos cenários do plano, a ordenação urbana, como as informações referentes às realidades rurais e sua organização, constitui ponto especial, para superar as distorções da Região, que levam à estagnação e à pobreza.

A Constituição prevê a obrigatoriedade de que as cidades com mais de 20 mil habitantes elaborem seus Planos Diretores. Embora, até este momento, nenhuma das cidades da Região enquadre-se nesta exigência, a dinâmica populacional prevista, bem como o processo de desenvolvimento que deverá ocorrer, aconselha que tais Planos sejam implementados, especialmente nas principais cidades: Dianópolis, Taguatinga, Arraias e Natividade; razões de caráter cultural também indicam esta conveniência.

No que se refere ao aproveitamento dos reforços naturais, a organização de cadastros fundiários e dos recursos naturais aproveitáveis seriam elementos dinamizadores do processo de desenvolvimento local.

3 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR - Responsabilidades

A tabela final apresenta um sumário dos projetos essenciais que conformam o Plano Diretor da Região Sudeste. Eles estão agrupados de acordo com sua abrangência municipal, regional, estadual ou federal, indicando-se ainda, para cada órgão, a quem cabe a responsabilidade principal de implementá-lo, bem como as entidades ou segmentos que devem se associar em sua execução. Como a questão da responsabilidade, a abrangência dos projetos não é exclusiva, no sentido de que os outros níveis sejam excluídos. A listagem refere-se apenas à abrangência principal.

ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS	RESPONSABILIDADE PRINCIPAL DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSABILIDADE ASSOCIADA RESPONSABILIDADE NA EXECUÇÃO
1. MUNICIPAL		
2.1.2. Cadastros fundiários	- Prefeituras Municipais	- ITERTINS, INCRA
2.3.1. Identificação e exploração de cenários naturais	- Prefeituras Municipais	- Iniciativa Privada, NATURATINS
2.5.1. Sistema integ. de transportes municipal	- Prefeituras Municipais	- DERTINS, DNER
2.8.1. Capacitação das administ. municipal	- Prefeituras Municipais	- ASPLAN, SUDAM, IBAM
2.8.2. Planos locais de Desenv.	- Prefeituras Municipais	
2. REGIONAL		
0.0. Associação de municípios	- Prefeitos Municipais	- ASPLAN, SUDAM
0.0. Fórum regional permanente	- ONG's	- Associação de Municípios
2.1.3. Identificação e orientação de fluxos migratórios	- Sec. Desenv. Social, FAIS e ITERTINS	- Prefeituras Municipais, ONG's
2.3.2. Preservação do patrimônio histórico-cultural	- Prefeit. Municipais e ONGS	- Sec. de Educ. e Cultura e Min. Cultura, ONG's
3. ESTADUAL		
2.1.1. Zoneamento Ecológico-econômico	- ASPLAN/TO	- SAE-PR, IBGE, SUDAM
2.2.1. Exploração de calcário	- Iniciativa privada	- Iniciativa Privada
2.2.2. Exploração de ouro	- Iniciativa privada	- Vale do rio doce, inic. priv.
2.2.3. Exploração de argilas	- Sec. Ind. e Comercio	- Iniciativa privada
2.4.1. Produção de grãos: ampliação de áreas e aumento de produt.	- Sec. de Agricultura	- RURAL TINS, EMBRAPA, Min. de Int. Reg., inic. Priv.
2.4.2. Pecuária: moder. tecnológica	- Sec. de Agricultura	- RURAL TINS, EMBRAPA, UNITINS escola Agri. inic. Priv.
2.4.3. Desenv. agro industrial	- Sec. de Ind. e Comercio	- Secretaria da Agricultura, iniciativa privada
2.4.4. Apoio à formação/micro-epres.	- Sec. da Ind. e Comercio	- SEBRAE
2.5.1. Sistema integ. de transporte estadual.	- Sec. Infra-estrutura	- DNR, órgãos de financiamento
2.5.2. Produção e distrib. de energia	- CELTINS	- Eletronorte, iniciativa privada
2.6.1. Ampliação e integ. da UNITINS	- UNITINS	- Sec. Educação, MEC, Prefeituras Municipais
2.6.2. Formação técnica	- Sec. de Educação	- Pref. Mun. órgãos de Formação Profissional, MT
2.6.3. Projetos de capacit. de mão de obra.	- SINE e SEBRAE	- Pref. Mun. órgãos de Formação Profissional, MT
2.7.1. Educação	- Sec. de Educ. e Prefeituras Municipais	- Iniciativa privada, comunidades
2.7.2. Emprego e renda - cadastro de atividades.	- ASPLAN, SINE e SEBRAE	- Min. do trabalho, FAO
2.7.3. Melhoria das cond. sanitárias	- Sec. da Saúde	- Min. da Saúde Pref. Mun. sist. escolar, comu. (SUS)
2.7.4. Moradia	- Prefeituras Municipais	- Entidades Comunitárias - Sec. Desenv. Social
4. FEDERAL		
2.5.1. Sistema integ. de transportes (Federal)	- DNER	- Secretaria de Infra-Estrutura
2.5.2. Produção e distribuição de energia.	- Eletro-norte, eletrobás	- CELTINS - Iniciativa Privada
2.5.3. Comunicações	- Ministério da Comunicações	- Iniciativa privada
0.0. Sistema de financiamento	- Telebrasil - Telegoiás	- Bancos Particulares e outras organizações
	- Bancos Oficiais	

4 - AÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 - Sistema de Financiamento e de Incentivos.

A carência aguda de um sistema de financiamento que apóie as iniciativas econômicas da região acrescenta, aos altos custos do dinheiro, a quase inexistência de uma rede bancária e o precário funcionamento das agências do BASA, que opera o FND - Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Norte, torna inviável qualquer iniciativa de natureza produtiva.

De outra parte, têm sido igualmente baixíssimos os incentivos de caráter fiscal ou tributário, concedidos pelo Estado em favor de investimentos produtivos na Região, sobretudo para insumos agrícolas, quando comparados com os incentivos concedidos em outros Estados da Federação.

A Região se recente, pois:

- a) da extensão da rede bancária comercial, para atendimento mínimo de todos os municípios;
- b) da burocratização e da ineficácia dos agentes financeiros, especialmente, responsáveis pelos recursos do FND e da carteira agrícola do Banco do Brasil;
- c) da inadequação das linhas de crédito para financiamento da produção e comercialização;
- d) da introdução de novos padrões de definição do custo do dinheiro, instituindo-se critérios modernos e inovadores de transação, como o valor do produto e outros; e
- e) da revisão da carga tributária e fiscal sobre os produtos da região, especialmente de insumos como o calcário e de produtos agrícolas essenciais.

Tal conjunto de medidas viabilizaria o ingresso, não só de grandes empresas na Região, mas a participação no esforço produtivo da população local, da micro, pequena e média empresa, que se somaria à presença dos grandes e modernos empreendimentos, voltados à produção de grãos e à exploração do gado de corte e leite e seus derivados.

Assim implementar-se-ia também, a introdução da agro-indústria e da indústria de carnes e laticínios, consequência natural do aumento da produção de matéria prima.

4.2 - Gestão do Plano Diretor

O Plano Diretor, não sendo especificamente um plano de governo, mas articulando ações dos Governos Federal, Estadual e Municipais, bem como da sociedade regional, não possui uma gerência, ou órgão especial de gestão?

Na verdade, cada segmento é responsável pelas ações de sua responsabilidade, embora possam existir delegações de tarefas em ações conjuntas.

A gestão que se propõe, portanto, não visa, em princípio, a execução das ações do plano, mas sim o apoio, o acompanhamento, a cobrança, as correções de percurso e sua atualização constante.

Para essas tarefas, propõe-se a formalização de duas instituições: a primeira, articulando as municipalidades, e a segunda viabilizando a participação contínua da sociedade civil neste processo.

Ambas deveriam funcionar de forma articulada.

Para representar as municipalidades, a proposta é de reativar a Associação de Municípios da Região Sudeste, a qual, além das atividades específicas de apoio aos municípios e de cooperação mútua, exercerá as funções referidas voltadas à implementação do Plano.

Para representar a sociedade civil, a proposta é de que se institucionalize, paralelamente à Associação dos Municípios, o Fórum Permanente da Região Sudeste, através do qual a sociedade regional, por suas forças representativas, possa estar presente no processo, atuando como força propulsora, reivindicatória e cooperativa.

Desta forma, o princípio de participação, que presidiu a elaboração do Plano Diretor, estará presente como garantia de sua execução.

PARTE IV

ANEXOS

INFORMAÇÕES BÁSICAS
SOBRE OS MUNICÍPIOS

1 - ALMAS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Fundada a vila em 1815, e emancipada no dia 14 de novembro de 1958, o município de Almas, com uma área de 4.088 km², representa 8,63% da área da Região Sudeste e 1,4% do território do Estado.

Limita-se, ao norte, com Porto Alegre do Tocantins; ao sul, com Dianópolis; a leste, com Rio da Conceição; e a oeste, com Porto Alegre do Tocantins.

De acordo com os dados da Estação Climatológica de Taguatinga, o clima apresenta: precipitação pluviométrica média de 1.665,5 mm/ano, com período chuvoso entre dezembro e março, e período seco de junho a agosto; temperatura média anual de 24,5 °C e umidade média de 67%.

O relevo é constituído por: 45% de terrenos ondulados, 35% planos e 20% montanhosos. A vegetação é composta por: 35% de cerrados, 5% de florestas e 45% de outras espécies.

Além do calcário agrícola, existe ouro, com um volume de jazida de 290.559 t, no depósito denominado "Paiol de Arroz", cuja exploração está concedida à Companhia Vale do Rio Doce.

A população é composta de 7.659 habitantes, sendo que 3.511 vivem na zona urbana e 4.148 vivem na zona rural. A densidade demográfica é de 1,87 hab/km².

As principais festas populares são religiosas. Dentre elas destacam-se os festejos do Divino Espírito Santo (31/07), de São Sebastião (20/01) e de São Miguel (29/09).

Segundo a Secretaria da Saúde, há na cidade um hospital público com 13 leitos, para atendimento de emergência. Existem 1 médico, 1 odontólogo, 1 enfermeiro e 1 auxiliar de enfermagem.

Em 1992 foram aplicadas 126 vacinas BCG, 147 contra a pólio e 884 de outras espécies.

Das moradias, cerca de 85% são de alvenaria, 10% são de taipa, 5% são de palha.

O município apresenta 65,6% dos imóveis rurais na faixa de 50 a 100 hectares, e 34,4% na faixa de 101 a 500 hectares. Na estrutura fundiária verificada, dos 795 produtores levantados, 407 são proprietários, ou seja 51,2% trabalham nas próprias terras, 372 são posseiros, que representam 46,8%, e 2% trabalham como parceiros.

O município possui 122,66 ha de culturas, correspondentes a 3% de sua área, culturas que se constituem de lavouras plantadas nas várzeas irrigáveis permanentes, e 204,43 ha, ou seja 5%, que estão em fase de descanso.

Os principais produtos agrícolas cultivados são: o arroz de sequeiro, com uma produção de 4.550 t, e o índice de produtividade de 1.300 kg/ha, sendo cultivado por 60 produtores; o milho, com uma produção de 1.300 t, obtendo uma produtividade de 1.300 kg/ha, sendo cultivado por 50 produtores.

Segundo o IBGE - TO, em 1991 existiam 6.800 galinhas e 11.000 galos, frangos, frangas e pintos. A produção de ovos era de 20.000 dz/ano. A pecuária contava com 18.000 cabeças de bovinos, 4.750 suínos, 2.700 equinos, 600 caprinos, 500 ovinos e 650 cabeças de asininos e muares.

A rede de armazenamento conta com 2 armazéns públicos, com capacidade para 2.700 toneladas.

A malha viária existente constitui-se apenas de estradas de chão.

A energia elétrica é gerada pela CELTINS, através da usina ISAMU IKEDA.

Existem na cidade, 100 terminais telefônicos e 1 posto telefônico. Dispõe de 1 posto de correios e telégrafos. Através da Polícia Militar e da Secretaria da Segurança Pública é possível fazer comunicação por sistema de rádio.

Almas não é sede de Comarca. Possui Cartório de Registro Civil, tendo ainda, uma Delegacia de Polícia, 1 Cadeia Pública de 2 celas e disponibilidade de 4 vagas, com um total de 6 policiais.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- especificar tipos de solos;
- especificar o(s) ecossistema(s) existente(s);
- identificar os sítios naturais;
- identificar os recursos hídricos;
- identificar os recursos cênicos;
- caracterizar o meio ambiente (áreas degradadas, reservas naturais);
- levantar dados sobre educação e cultura, saúde-morbidade, habitação, saneamento e outras áreas sociais;
- identificar a situação jurídica dos imóveis rurais, a condição da produção rural e de outros ramos de atividade;
- identificar o pessoal ocupado, a tecnologia agrícola a extração mineral e vegetal, o manejo pecuário; e
- identificar os dados dos setores secundário e terciário, os quais não são disponíveis.

2.2 - Para o desenvolvimento do município

a) No campo institucional:

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos privados, face às potencialidades do local.

b) No campo social:

- cursos profissionalizantes, saneamento básico, geração de empregos.

c) No campo econômico:

- exploração do potencial mineral, implantação de agroindústrias, uso de tecnologia adequada na agricultura e na pecuária.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- estradas alimentadoras;
- energia, sobretudo rural(cooperativas); e
- armazenamento, paralelo ao crescimento da produção.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- elaboração e implantação de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento de um plano diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

2 - ARRAIAS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município de Arraias está localizado no extremo sul da Região Sudeste. Sua origem está estritamente ligada à mineração.

Fundado em 1740 e elevado à categoria de município em 1914, possui 4.188 habitantes na sede, e 6.841 na zona rural, perfazendo um total de 11.029, com densidade demográfica de 2,1 hab./km², levemente inferior à da Região, que é de 2,2 hab./km², e à do Estado, que é de 3,3 hab./km², ou do País, que é da ordem de 18,5 hab./km².

Possui uma área de 5.296,5 km², que representa 1,86% do território do Estado e 11,32% da Região Sudeste. Situa-se entre os paralelos 12° 55' 53" e os meridianos 46° 56' 18".

Limita-se ao norte com o município de Conceição do Tocantins; ao sul com o Estado de Goiás, municípios de Campos Belos, Monte Alegre e Cavalcante; a leste com os municípios de Taguatinga, Aurora do Tocantins, Combinado e Novo Alegre, e a oeste com o município de Paranã.

A precipitação pluviométrica média é 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o menos chuvoso entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C, com a máxima chegando a 33,6 °C, em setembro e a mínima a 18 °C em julho.

A umidade média é de 67% ao ano, com máxima de 80% verificada em fevereiro, e mínima de 46% em agosto.

O relevo, constituído de platôs ou áreas altas, é considerado montanhoso, sendo uma das cidades de maior altitude na região.

Seus solos, em grande maioria, são próprios para pastagens ou destinados a reservas de preservação. Seguindo a característica da região e do Estado, a vegetação predominante é o cerrado. Possui grande reserva de madeiras, tais como: aroeira, cerejeira, cedro, jatobá, ipê, peroba, sucupira e pequizeiro.

O município não possui ecossistemas caracterizados, porém, podem citar-se os rios Paran, São Domingos , Palmas, Bezerra, Arraias, Canarana, bem como as serras Branca, do Bom Despacho e do Cajueiro, cujas características mereceriam ser estudadas.

Quanto aos minerais, o ouro, o quartzo, a mica e a cassiterita são os principais. Não existe informação sobre o volume das jazidas ou de sua situação relativa às concessões, requerimentos, ou mesmo se estão sendo exploradas e de que forma.

Como sítios naturais, pode citar-se as grutas de Furnas, Chapada dos Negros e Novo Mundo.

Quanto ao reino animal, encontram-se o veado, a ema, o guará, a seriema, etc, nativos do cerrado; nos rios caudalosos encontram-se o jacaré e peixes, como o surubim, o pac, a caranha, o curimat, a piranha e outros.

Alguns rios estão ameaçados de poluição ambiental, entre eles os córregos Rico, Marilha e Cigano.

No setor educacional registraram-se 48 escolas municipais, sendo 2 urbanas.

O principal monumento de cunho cultural é a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, toda em pedra, construída pelos escravos, no século XIX.

As manifestaes de caráter religioso são variadas, tendo maior apelo popular a Romaria de Nossa Senhora dos Remédios e as comemoraes da Semana Santa, representadas, ao vivo, pela população.

Como festa profana, o carnaval e o entrudo, promovidos pela entidade de promoes culturais "Centro Cultural Mãe Samina".

Embora não existam organizaes ou apoios específicos, trinta pessoas dedicam-se a atividades artesanais, produzindo cerâmica, móveis entalhados em madeira, flores artesanais e bruacas.

O município conta com um hospital público estadual, de 55 leitos, e um posto de saúde.

As atividades profiláticas têm sido representadas por campanhas de vacinação e têm alcançado o objetivo desejado.

Possui 1.301 residências, beneficiadas pelo abastecimento d'água, captada de três poços e uma nascente.

A limpeza urbana (coleta de lixo) é feita duas vezes ao dia, em todos os bairros, sendo o lixo acondicionado em latas e despejado em lugar próprio, a céu aberto.

No setor energético, Arraias é servida pela Cia. de Eletricidade de Goiás (CELG). Existem 70 km de linhas de alta tensão em 34,5 kW, com um projeto de extensão de mais de 20 km, ligando Campos Belos (GO) a Arraias.

Em se tratando de comunicações, conta com um posto de serviço comunitário, ligado à TELEBRASÍLIA, cuja central tem capacidade para 600 terminais, e uma agência central de correios. Não existem estações de rádio, nem televisão locais; apenas torres de retransmissão.

Não possui rodovias federais implantadas; é servida por 94 km de rodovias estaduais das quais 37 km estão asfaltados e 57 km continuam de chão batido, estando 40 km em fase de asfaltamento. Possui uma pista de pouso municipal, homologada, com 1.200 m de extensão.

O aproveitamento dos solos, teoricamente cultiváveis, é pequeno, menos de 10%.

No setor avícola a produção é igualmente pequena. Na pecuária, predomina a produção de gado leiteiro, com 72.000 litros de leite, num rebanho de 80.000 cabeças.

No setor secundário, possui 7 estabelecimentos agro-industriais, destinados ao beneficiamento do arroz e à industrialização da cana-de-açúcar, para produção do álcool.

É sede de Comarca, dispondo de uma vara com Juiz titular, uma Defensoria Pública com dois defensores, PROCON, cinco cartórios, Delegacia de Polícia e cadeia pública.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- informações sobre reservas minerais;
- informações básicas sobre comércio, indústria e serviços;
- informações detalhadas sobre o setor de educação;
- situação/condições sanitárias das moradias da cidade;
- informações atualizadas sobre estrutura fundiária, e utilização de tecnologia agrícola e pecuária;
- dados sobre a produção agrícola e extração vegetal;
- informações sobre a arrecadação do município.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para os investimentos do setor privado, orientados para as potencialidades do município.

b) No campo social:

- informações sobre a situação de moradia, êxodo rural, emprego e saneamento básico.

c) No campo econômico:

- informações sobre agroindústria e modernização tecnológica.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- informações sobre energia, estradas e comunicação.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

3 - AURORA DO TOCANTINS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município foi criado em 29.10.1963 e representa 2,70% do território da Região Sudeste, e 0,46% do Estado, com uma área de 1.275,5 km².

Limita-se ao norte com Taguatinga; ao sul com Combinado e o Estado de Goiás; a leste com o Estado da Bahia, e a oeste com o município de Arraias.

Segundo a Estação Climatológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica média, no município, de Aurora do Tocantins é de 1.665,5 mm/ano, com período chuvoso entre dezembro e março, e período seco entre junho e agosto; a temperatura média anual é de 24,5 °C e a umidade média de 67% ao ano.

O relevo pode ser caracterizado como sendo 30% montanhoso, 20% constituído de várzeas e 50% de planalto. A vegetação é composta 40% de cerrados, 20% de campos, 25% de florestas e 15% de outras espécies.

A fauna é constituída de animais como veados, onças, capivaras, quatis, e a flora possui madeiras de valor, como o ipê, a aroeira, a peroba e outras.

A população é de 4.663 habitantes, sendo que 2.752 na zona rural e 1.911 vivem na zona urbana. A densidade demográfica é de 3,32 hab./km².

As principais festas religiosas e populares são as do Senhor do Bonfim e a festa de São João. Os principais produtos artesanais são o quibano, a peneira, o pote, selas e chapéus de palha.

As doenças predominantes são a verminose e a doença de Chagas. Existem, na cidade, 2 médicos e 11 auxiliares de enfermagem, e ainda, 1 posto de saúde.

A zona urbana apresenta em torno de 80% dos prédios de alvenaria, 15% de madeira e 5% de palha.

A coleta do lixo é domiciliar, com lançamento final a céu aberto.

São servidos por abastecimento d'água 77% dos domicílios, todos na área urbana.

Os produtos agrícolas cultivados que merecem destaque são: o arroz de sequeiro, com uma produção de 540 t, sendo cultivado por 50 produtores; o milho, com uma produção de 520 t, sendo cultivado por 50 produtores; o feijão, com uma produção de 125 t, sendo cultivado por 30 produtores.

Segundo o IBGE-TO, o município possuía, em 1991, um total de 6.650 galinhas e 9.000 frangos, galos, frangas e pintos. São produzidas 27.500 dúzias de ovos/ano. A pecuária contava com 32.500 bovinos, 4.000 suínos, 2.500 eqüinos, 1.050 asininos e muares, 800 ovinos e 600 caprinos.

Existem 6 indústrias, ocupando 19 pessoas. O setor de comércio e serviços perfaz um total de 33 estabelecimentos, empregando 54 pessoas.

A energia elétrica é gerada pela CELTINS, beneficiando 398 residências. Há 64 terminais telefônicos instalados e 2 postos telefônicos. Possui 1 posto de serviços de correios e telégrafos.

Aurora do Tocantins é sede de Comarca, com 1 vara judicial, 1 Defensoria Pública e 3 cartórios. A Delegacia de Polícia dispõe de 1 delegado e 2 policiais, 1 cadeia pública com 2 celas e disponibilidade para 4 vagas.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- coleta de informações referentes a produção agrícola;
- identificação dos minérios existentes;
- especificação dos sítios naturais;
- informações sobre áreas degradadas ou ameaçadas;
- habitação - número de domicílios existentes;
- tipos de solos;
- situação fundiária e utilização das terras;
- analfabetismo e outras informações sobre a área educacional;
- taxas de natalidade e mortalidade; e
- identificação de reservas naturais e áreas de preservação.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município:

a) No campo institucional:

- elaboração de um Plano de Desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos do setor privado, orientados para às potencialidades do município.

b) No campo social:

- planos de moradia e de saneamento básico, e programação de cursos profissionalizantes.

c) No campo econômico:

- implementação de agroindústrias, das cooperativas de produção de alimento e melhoria de tecnologia na agricultura e pecuária; e
- atração de agências bancárias.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- plano de estradas vicinais; construção de silos e armazéns, de acordo com o aumento da produção.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização administrativa;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

4 - COMBINADO

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Criado em 30.12.1987, o município de Combinado, com uma área de 182,4 km², representa 0,38% da Região Sudeste, e 0,06% do Estado.

Limita-se ao norte com Aurora do Tocantins; ao sul com Novo Alegre; a leste com Aurora do Tocantins e a oeste com Arraias.

Segundo a Estação Climatológica de Taguatinga, o clima apresenta as seguintes características: precipitação pluviométrica média de 1.665,5 mm/ano, com período chuvoso entre dezembro e março, e período seco entre junho e agosto; temperatura média de 24,5 °C e umidade média de 67% ao ano.

O solo pode ser considerado 90% argiloso e 10% arenoso; o relevo, 2% montanhoso, 90% de várzeas e 8% ondulado. A vegetação é formada de 20% de cerrados, 5% de florestas e 75% de culturas diversas.

A fauna e a flora apresentam abundância de animais e árvores. Os ecossistemas do município são constituídos pela Serra Geral, e pelos rios Peixe e Palmas.

A população é de 4.870 habitantes, sendo que 1.480 vivem na zona rural e 3.390 vivem na zona urbana. A densidade demográfica é de 26,70 hab./km².

A maior concentração de população acontece nos serviços públicos municipais e estaduais, perfazendo um total de 271 pessoas ocupadas.

As festas religiosas são as de Nossa Senhora Aparecida e de São João. Os principais produtos artesanais são o balaio e a vassoura.

Entre as doenças, existe grande incidência da doença de Chagas. Existem na cidade 1 médico, 1 odontólogo e 19 auxiliares de enfermagem. Existe 1 hospital com 23 leitos.

Há no município 1.450 domicílios, sendo que 1.100 estão na zona urbana e 350 na zona rural. Na sede, cerca de 80% das casas são de alvenaria, 5% de madeira e 15% de taipa.

é feita uma coleta do lixo domiciliar, com lançamento final a céu aberto.

Os produtos agrícolas cultivados que merecem destaque são: o milho, com uma produção de 1.120 t, sendo cultivado por 50 produtores; e o arroz de sequeiro, com 540 t, cultivado por 20 produtores.

A Segundo o IBGE-TD, o município possuía, em 1991, um total de 7.650 galinhas e 20.000 galos, frangos, frangas e pintos. A pecuária, em 1992, contava com 37.500 bovinos, 4.350 suínos, 400 ovinos, 900 caprinos, 2.800 equinos e 1.550 asininos e muares.

O setor industrial emprega 12 pessoas, enquanto que o setor terciário emprega 73 pessoas.

A energia elétrica é gerada pelo sistema CELTINS através da Usina Hidrelétrica de Taguatinga. Há 1 posto telefônico e 1 posto de serviços de correios e telégrafos.

Combinado possui ainda 1 Cartório de Registro de Imóveis e Registro Civil, 1 Delegacia de Polícia, 1 Cadeia com 2 celas e disponibilidade para 4 vagas, além de 4 policiais.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- caracterizar os sítios naturais;
- identificar os recursos minerais;
- identificar características do meio ambiente - áreas degradadas, reservas naturais;
- levantar dados reais sobre analfabetismo e realidade educacional;
- levantar marcos culturais que possam ter significado local;
- levantar, na área de saúde, as taxas de mortalidade, natalidade e morbidade em geral;
- identificar a situação fundiária nas áreas rurais;
- identificar tecnologias agrícolas e tipos de manejo na pecuária; e
- elaborar mapa das rodovias existentes.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um Plano de Desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos privados, face às potencialidades existentes.

b) No campo social:

- viabilizar cursos profissionalizantes, geração de emprego e melhoria das condições de moradia.

c) No campo econômico

- melhoria de formação e renda (implantação de novas atividades econômicas, uso de tecnologias agrícolas e melhor manejo da pecuária).

d) No campo da infra-estrutura básica:

- estradas alimentadoras, rede de esgoto, armazéns e silos, e ampliação dos terminais telefônicos.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização administrativa do município;
- desenvolvimento de um Plano Diretor básico para a cidade - ordenação da expansão urbana; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

5 - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município possui uma área de 2.950,5 km², representando 6% da área da Região e 1,0 % do Estado.

O município limita-se ao norte com Almas, ao sul com Paranã e Arraias, a leste com Taipas do Tocantins, e a oeste com Natividade e Paranã.

Segundo dados da estação meteorológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica média é de 1.665,5 mm/ano, com período chuvoso entre dezembro e março, e período seco entre junho e agosto; temperatura média de 24,5 °C e umidade média de 67% ao ano.

A temperatura média anual da região é de 24,5 °C, sendo a máxima, em setembro, situada em torno de 33 °C; e a mínima, em junho, em torno de 18 °C.

Não se dispõe de informações detalhadas sobre as principais doenças transmissíveis. A rede profissional de assistência médica é constituída por 1 médico, 1 odontólogo, 6 enfermeiros, 1 auxiliar de enfermagem e 7 auxiliares.

A rede física de atendimento somente dispõe de um Centro de Saúde. No ano de 1992, foram vacinadas 157 pessoas contra o sarampo, 215 contra poliomielite e 434 pessoas contra outras doenças.

Na área urbana, as construções podem ser caracterizadas como sendo 80 % de alvenaria, 10 % de taipa e 10 % de palha.

A produção agrícola tem, como principais culturas, o arroz, com uma área plantada de 200 ha, um volume de produção de 270 t, índice de produtividade de 1.350 kg/ha, distribuídos entre 15 produtores; e o milho, com uma área de 400 ha, obtendo uma produção de 520 t, do que resulta um índice de produtividade de 1.300 kg/ha, distribuídos entre 20 produtores. Destacam-se ainda, as produções de cana-de-açúcar, banana e mandioca.

As informações levantadas pelo IBGE, no ano de 1991 indicam a existência de 12.500 aves, sendo 6.000 de galinhas e 6.500 galos, frangos, frangas e pintos. Foram produzidas 13.000 dúzias de ovos. A pecuária do município é constituída basicamente de gado bovino. A produção de leite, naquele ano, atingiu 280.000 litros. Destacam-se ainda, as existências de eqüinos, com 4.300 animais, e suínos com 4.200.

A malha viária é composta por 32 km de estradas de chão, estando planejados mais 30 km. Não existe transporte fluvial ou ferroviário. O município conta com uma pista de pouso com 810 m que registra apenas a utilização por aeronaves particulares, não havendo nenhum voo comercial regular.

O sistema de geração de energia elétrica é particular (CELTINS) com 340 KW, atendendo a 286 consumidores na zona urbana e 2 na zona rural.

Está prevista a construção de uma linha de transmissão de 34,5 KV, ligando Dianópolis a Conceição do Tocantins, numa extensão aproximada de 77 km.

Existe somente 1 posto de serviços telefônicos, observando-se uma grande necessidade de efetuar-se a implantação do sistema local de DDD. Há no município um posto de serviços dos Correios e Telégrafos, que acusa pouco movimento. Não há nenhum serviço de rádio e mesmo de retransmissão de TV.

A comunidade de Conceição do Tocantins é bastante pacata, visto que durante o ano de 1992, somente ocorreram 3 crimes, sendo 1 de morte e 2 furtos.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- identificação dos recursos minerais;
- caracterização dos solos;
- identificação dos dados demográficos;
- caracterização da situação educacional;
- situação da habitação e saneamento; e
- identificação das atividades econômicas.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para os investimentos do setor privado, para as potencialidades existentes.

b) No campo social:

- planos para o desenvolvimento da moradia, do saneamento básico, do emprego e da educação.

c) No campo econômico:

- atração de agências bancárias, de técnicos agrícolas e de iniciativas agroindustriais.

d) No campo infra-estrutura básica:

- desenvolvimento de projetos de energia, estradas e comunicação.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade;
- desenvolvimento de projetos de capacitação e melhoria dos recursos humanos.

6 - DIANÓPOLIS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Fundado em 1750 e elevado à categoria de município em 1938, Dianópolis possui 8.409 habitantes na sede e 5.611 na zona rural, perfazendo um total de 13.294. Deste número resulta uma densidade demográfica de 3,32 hab./km², acima da média da Região, que é de 2,2, e quase igual à do Estado que é de 3,3 hab./km².

Possui uma área de 3.492,0 km², que representa 7,39% da Região Sudeste e 1,25% da área total do Estado.

Limita-se ao norte com o município de Ponte Alta do Tocantins e com o Estado da Bahia; ao sul com os municípios de Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus e Porto Alegre do Tocantins; a leste com o Estado da Bahia e a oeste com os municípios de Porto Alegre do Tocantins e Almas.

Segundo dados da Estação Climatológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica média é 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o mais seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C e a umidade média é de 67%.

Predomina o relevo ondulado. A maior parte de seus solos são teoricamente cultiváveis, e a presença dos cerrados e campos reforçam a vegetação característica da Região Sudeste e do Estado, em geral.

O município não possui ecossistemas caracterizados, porém, podem citar-se a Serra Geral e os rios Palmeiras, Manbel Alves, Mombó, Itaboca e Manoel Alvinho, cujas características mereceriam ser estudadas.

Quanto aos minerais, o ouro e o calcário estão sendo explorados, sem que haja, porém, informações sobre o volume das jazidas existentes. Cerca de 50 ha estão degradados pela ação do garimpo, às margens do rio Itaboca, e 10 ha atingidos pela voçoroca, nas proximidades do aeroporto local.

O município conta com 300 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, absorvendo 800 pessoas em seus quadros funcionais.

Os principais monumentos de cunho cultural são a Biblioteca Pública Municipal e a Capelinha das Nove.

Conta com dois hospitais, sendo 1 público e outro privado, com 55 e 27 leitos respectivamente; 1 centro de saúde com 6 médicos, 4 odontólogos, 4 enfermeiros e 11 auxiliares de enfermagem.

As atividades profiláticas têm sido implementadas através de campanhas de vacinação, e têm alcançado o objetivo desejado.

Foram registrados 809 estabelecimentos rurais, ocupados, em sua maioria, por seus proprietários, estando, uma menor parte, ocupada por arrendatários e posseiros.

O município conta com a presença da EMBRAPA e do RURALTINS, órgãos encarregados da pesquisa e da assistência técnica agropecuária.

No apoio à comercialização, o município conta com 7 armazéns particulares, com capacidade de armazenamento de 82.800 t.

O município não possui rodovias asfaltadas, dificultando, portanto, o acesso às cidades vizinhas, à capital e a outras regiões. Conseqüentemente, o desenvolvimento local e regional fica prejudicado.

No setor energético, o município é servido pela CELTINS, com geração local e capacidade de 1.530 kW, sendo beneficiadas 1.590 residências, 186 estabelecimentos comerciais, 12 indústrias e 55 órgãos públicos, todos na zona urbana.

No setor de comunicações, a cidade conta com 2 postos telefônicos de serviços comunitários, 1.012 terminais telefônicos, e uma agência central de correios. Não possui estação de rádio local, e recebe sinais de três repetidoras de televisão.

Dianópolis é sede de Comarca, dispendo de uma vara judicial, uma Defensoria Pública, seis cartórios, PROCON, Delegacia de Polícia e cadeia pública.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- informações sobre a área educacional;
- identificação dos recursos minerais;
- informações sobre recursos cênicos e reservas naturais;
- informações sobre a situação de saúde;
- informações sobre o abastecimento de água;
- dados e informações sobre a extração vegetal; e
- informações sobre as condições de habitação.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos privados, de acordo com as potencialidades existentes.

b) No campo social:

- planos para o desenvolvimento da moradia, do saneamento básico, da saúde (priorizar atendimento à hanseníase), e da educação.

c) No campo econômico:

- implementação de agroindústrias (utilizando matéria-prima local); e
- maximizar a exploração do calcário.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- identificar as demandas de energia, estradas e comunicação.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização da administração municipal;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

7 - NATIVIDADE

1 - Síntese do Diagnóstico

Fundado em 1734 e emancipado em 01.08.1831, o município de Natividade representa 10,20 % da Região Sudeste e 1,8 % do Estado, com uma área de 4.819 Km².

Limita-se ao norte com os municípios de Santa Rosa do Tocantins e Pindorama; ao sul com Paranã; a leste com Almas e Conceição do Tocantins, e a oeste com São Valério da Natividade.

Segundo a Estação Climatológica de Peixe, o clima apresenta as seguintes características: precipitação pluviométrica média de 1.722,5 mm/ano, com período chuvoso de dezembro a março, e seco de junho a agosto; temperatura média anual de 25,6 °C e umidade média de 73 % ao ano.

Os solos são distribuídos da seguinte forma: 15% solos concrecionários e cambissolos (terra para pastagens), 40 % latossolos amarelo e vermelho (terra para lavoura), e 45 % litólicos (reserva ecológica).

O relevo é 10 % montanhoso, 30 % ondulado e 60 % planalto. A vegetação é formada por 32 % cerrados, 49 % campos, 10 % florestas, e 9 % outros tipos.

A fauna apresenta animais como veado, anta, seriema, onça, e outros; a flora possui árvores como aroeira, jatobazeiro, pequi, cedro, etc.

A população é composta de 10.339 habitantes, sendo que 5.742 vivem na área rural, e 4.597 na área urbana. A densidade demográfica é de 2,15 hab./km².

Existem 51 escolas, sendo 43 municipais, 7 estaduais e 1 particular. Existe ainda, um curso profissionalizante técnico agrícola, com ótimas instalações.

As principais festas religiosas e populares são as do Divino Espírito Santo e aniversário da cidade. Os artesanatos predominantes são: o tipiti, tapetes e peneira.

As doenças predominantes são: hanseníase, tuberculose e malária. O quadro de profissionais na área da saúde é composto por 3 médicos, 2 odontólogos, 1 enfermeiro e 9 auxiliares de enfermagem. A cidade conta com 2 hospitais com um total de 36 leitos.

Existem 1.931 domicílios, sendo 1.033 na zona urbana e 898 na zona rural.

Há coleta de lixo domiciliar, com lançamento final a céu aberto.

Os principais produtos agrícolas cultivados que merecem destaque são: o arroz com uma produção de 600 t, cultivado por 30 produtores; e o milho com 300 t, cultivado por 60 produtores.

De acordo o IBGE-TO, existem 8.500 galinhas, com uma produção de 40.000 dúzias de ovos/ano. A pecuária conta com 42 mil cabeças de bovinos, 5.300 suínos, 250 ovinos, 500 caprinos, 1.400 eqüinos, e 900 asininos e muares.

A malha rodoviária estadual existente é de leito natural, com 89 km.

A energia é do sistema CELTINS, produzido pela usina Isamu Ikeda, gerando 340 kW, beneficiando 585 residências, 93 estabelecimentos comerciais, 24 indústrias, 4 órgãos públicos, e atendendo a iluminação pública da cidade.

A cidade conta com 150 terminais telefônicos instalados e 2 postos telefônicos comunitários.

Possui uma agência Central de correios e telégrafos. Natividade é sede de Comarca, dispondo de 1 vara. Existem ainda, uma Defensoria Pública, 1 delegacia de polícia e 1 cadeia pública.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- caracterizar os sítios naturais;
- levantamentos reais sobre analfabetismo e realidade educacional;
- levantar, na área da saúde, as taxas de natalidade e mortalidade;
- identificar tecnologias agrícolas e tipos de manejos na pecuária;
- identificar instituições de pesquisa e assistência técnica agropecuária; e
- elaborar mapa de rodovias existentes.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município.

a) No campo institucional:

- elaboração de um Plano de Desenvolvimento local com a definição de ações prioritárias, necessárias ao desenvolvimento do município.

b) No campo social:

- educação e saúde (dar ênfase aos problemas da hanseníase).

c) No campo econômico:

- exploração dos recursos minerais;
- implantação de agroindústrias; e
- atração de agências bancárias.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- planos de estradas, energia e saneamento básico.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal

- desenvolvimento de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

B - NOVO ALEGRE

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Município recém-emancipado de Arraias, criado em 1991 e implantado em janeiro de 1993. Possui uma área de 178,9 km², que representa 0,38% da área da Região Sudeste e 0,06% da área total do Estado.

Com população de 1.870 habitantes e densidade demográfica de 10,45 hab./km², bem superior à da Região e a do Estado, caracterizando-se, no entanto, pela sua pequena extensão territorial.

Limita-se ao norte com o município de Combinado, ao sul e a leste com o Estado Goiás, e a oeste com o município de Arraias.

Segundo dados da Estação Climatológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica média é de 1.665,5 mm/ano. O período chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C e a umidade média anual é de 67%.

Relevo sem grandes desníveis, prevalecendo o planalto em 90% da área do município; os 10% restantes são várzeas.

O solo predominante é o argiloso, teoricamente cultivável, apropriado à agricultura, ainda pouco desenvolvida.

Entre as espécies de madeira predominam a aroeira, os ipês roxo e amarelo, o jacarandá e o angico.

Possui rios piscosos como o Cachoeira, o Jacaré e o Ribeirão Alegre, com suas matas ciliares ainda bem preservadas, e cujas características mereceriam ser estudadas.

Embora não haja levantamento do potencial mineralógico, é registrada a ocorrência de argilas para cerâmica, diversificada em grande quantidade, e areia fina (saibro) para construção.

A ocupação da população nas atividades econômicas conta com 60 servidores públicos municipais, 120 estaduais e apenas 6 em estabelecimentos particulares; em média 90% recebe menos de 2 salários mínimos. Cerca de 1.500 pessoas não trabalham.

O setor educacional conta com 1 escola municipal e 2 estaduais (1 com oferta de 2º grau), com 14 e 64 professores respectivamente, atendendo 1.284 alunos, sendo 820 na faixa de 7 a 14 anos. Sessenta crianças ficaram sem matrícula no corrente ano, por falta de vagas nas escolas.

As principais manifestações de caráter religioso são: as festas do Divino Espírito Santo, de Reis e de São Francisco de Assis (padroeiro); as festas populares principais são: vaquejada e corrida de cavalos.

Embora não existam organizações ou apoio específico, 3 pessoas dedicam-se a atividades artesanais, produzindo aguardente de cana e dedicando-se ao curtume.

O município dispõe de um hospital público com 15 leitos, porém, se encontra sem médicos, tendo apenas 1 enfermeira e 3 auxiliares. Conta ainda, com 1 odontólogo.

A coleta de lixo é feita em dias alternados, atendendo somente o centro da cidade, o lixo é condicionado em latas, e com lançamento final a céu aberto.

Quanto à estrutura fundiária, há registro de 59 proprietários rurais. Grande parte destes sob títulos paroquiais; a situação torna-se mais consolidada quando os proprietários medem suas áreas, cercam e titulam, obtendo domínio descritivamente e ou pelo sistema de usucapião.

A pecuária é a atividade básica do município, especialmente voltada a produção de carne.

Não possui rodovias federais. é servida por 20 km de rodovia estadual e 12 km de rodovia municipal, em chão batido.

No setor energético o município é servido pela CELTINS, Usina Hidrelétrica de Taguatinga, com 10 km de linha de alta tensão.

Não é sede de Comarca.

Possui 1 posto de serviço telefônico com 2 ramais; 1 posto de serviços do correio; não possui sistema de rádio e recebe sinais de televisão, através de torres de retransmissão.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- levantamento detalhado de informações gerais.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município:

- implantação dos serviços básicos essenciais;
- levantamento e diagnóstico sócio-econômico;
- elaboração de um plano de desenvolvimento local; e
- integração do município ao processo de desenvolvimento regional.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização dos serviços municipais;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação de recursos humanos básicos.

9 - NOVO JARDIM

1- SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Município recém-emancipado de Ponte Alta do Bom Jesus, criado em 1991 e implantado em janeiro de 1993. Possui uma área de 1.385,8 km², que representa 2,94% da área da Região Sudeste e 0,49% da área total do Estado.

População de 1.547 habitantes e densidade demográfica de 1,11 hab./km², abaixo da média da Região (2,2) e do Estado (3,3).

Limita-se ao norte com o município de Dianópolis; ao sul com Ponte Alta do Bom Jesus; a leste com o Estado da Bahia; e a oeste com Dianópolis.

Segundo dados da Estação Climatológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica média é 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o mais seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C e a umidade média é de 67%.

A mineração é a mais representativa fonte de riqueza da Região. Embora não haja levantamento do volume das jazidas, o calcário está sendo explorado industrialmente pelas mineradoras Sarp e Diacal.

Os principais rios que banham o município são: Palmeiras, Salto, Colúnia e Riachão Forte, com as matas ciliares bem preservadas.

A rede de ensino tem hoje 668 alunos, sendo 365 na Escola Municipal Jardim, na sede do município, e o restante espalhados nas sete escolas rurais (Amaralina, Descoberto, Morro Branco, Barreira do Timbó, Azul, Capão e Cabecerinha).

Como manifestações de cunho religioso, os festejos do padroeiro Santo Antonio, em 13 de junho, quando então, a população expressa suas crenças.

O município conta com um posto de saúde, mantido pela Prefeitura, com um médico e um odontólogo.

Quanto à estrutura produtiva, 78 produtores plantam cerca de 503 ha, produzindo cerca de 1.780 toneladas de produtos variados como o arroz, milho, feijão, banana, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, manga e tangerina.

No setor energético o município é servido pela CELTINS, beneficiando 84 residências, 12 estabelecimentos comerciais e 2 órgãos públicos.

Fossui 38 km de malha rodoviária estadual (existente).

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- levantamento detalhado de informações gerais.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município:

- implantação dos serviços básicos essenciais;
- levantamento e diagnóstico sócio-econômico;
- elaboração de um plano de desenvolvimento local; e
- integração do município ao processo de desenvolvimento regional.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização dos serviços municipais;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação de recursos humanos básicos.

10 - PARANÁ

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município de Paran  foi criado em 05.10.1857, representando 25,89% da Região Sudeste, e 4,40% do Estado, com uma área de 12.236,6 km².

Limita-se ao norte com os municípios de São Valério da Natividade e Natividade; ao sul com o Estado de Goiás; a leste com os municípios de Arraias e Concei o do Tocantins; a oeste com os de Peixe e Palmeir polis.

Segundo a Esta o Climatológica da Região, o clima apresenta as seguintes características: precipita o pluviométrica média de 1.722,5 mm/ano, com período chuvoso entre dezembro e março, e período seco entre junho e agosto; temperatura média anual de 28  C e umidade média de 73% ao ano.

O solo   constituído de latossolos vermelhos, arenosos e argilosos. Constitui-se de 55% pastagens naturais, 35% reservas ecológicas, e 10% áreas para lavoura.

O relevo   constituído por: 65% de planalto, 20% de várzeas e 15% de áreas montanhosas. A vegeta o é formada por 40% de cerrados, 30% de campos, 20% de florestas e 10% de outros tipos.

A fauna e a flora apresentam animais e árvores em abundância.

A popula o é composta de 10.887 habitantes, sendo que 1.940 vivem na zona urbana e 8.947 vivem na zona rural. A densidade demográfica é de 0,89 hab./km².

Na  rea de educa o, os que concluem o 1^o grau perfazem um total de 30%; o 2^o grau, 15%; e 1% ingressam no ensino superior.

No artesanato, entre espécies mais comuns estão o tricô, o croch  e outros. Existem 50 pessoas ocupadas nessas atividades.

Os profissionais da saúde distribuem-se da seguinte forma: 2 médicos, 1 odontólogo, 3 enfermeiros e 3 auxiliares de enfermagem. A cidade conta com 2 hospitais públicos com um total de 20 leitos, e 3 postos de saúde.

Das moradias existentes na cidade, 70% são de alvenaria e 30% de taipa.

São servidos por abastecimento d'água 90% dos domicílios. A coleta do lixo domiciliar é feita com lançamento final a céu aberto.

As propriedades rurais de 101 a 1000 alqueires estão distribuídas entre 19 proprietários; acima de 1000 alqueires são proprietárias 4 empresas; o restante, de 1 a 100, alqueires estão distribuídas entre 960 proprietários.

Segundo os dados do IBGE-TD (1991), existiam 16.000 galinhas, 20.000 galos, frangos e frangas, com uma produção de 70.000 dz. de ovos/ano. A pecuária possuía 118.000 cabeças de bovinos, 300 ovinos, 800 caprinos e 7.000 asininos.

Existem na cidade 64 terminais telefônicos, 1 posto telefônico comunitário, 1 posto de serviços de correios e telégrafos.

Paraná possui 1 delegacia de polícia, 1 cadeia pública com 4 celas e disponibilidade para 8 vagas, e 12 policiais.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- levantar, na área da saúde, a taxa de mortalidade e natalidade;
- levantar dados quantitativos sobre a extração vegetal e a extração mineral;
- identificar tecnologias agrícolas; e
- levantar dados reais sobre analfabetismo e realidade educacional.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um Plano de Desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos privados, face às potencialidades locais.

b) No campo social:

- viabilizar cursos profissionalizantes, promover geração de empregos e melhoria das condições de moradia.

c) No campo econômico:

- promover a exploração dos recursos naturais para o turismo, ampliar a formação de renda (atrair investimentos privados, através de incentivos), implantar tecnologia na agricultura e pecuária.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- estradas asfaltadas, redes de esgoto e armazéns.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização da administração municipal;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

1.1 - PINDORAMA DO TOCANTINS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.

Fundado em 1945 e emancipado em 1963, o município de Pindorama do Tocantins representa 3,28% da Região Sudeste e 0,56% do Estado, com uma área de 1.549,3 km².

Limita-se ao norte com o município de Silvanópolis; ao sul com Natividade; a leste com Porto Alegre do Tocantins e a oeste com Santa Rosa do Tocantins.

De acordo com os dados da Estação Climatológica de Porto Nacional, o município apresenta precipitação pluviométrica média de 1.850 mm/ano, com período chuvoso entre dezembro e março, e período seco entre julho e agosto; temperatura média de 26,1 °C e umidade média de 72% ao ano.

Os principais minerais são o ouro e o diamante.

A fauna é formada de animais como veado, paca, tatu, etc; a flora possui árvores como o pequizeiro, o cajueiro e outras. Segundo informações extra-oficiais, não possui áreas degradadas.

Em 1991, apresentou uma população de 4.847 habitantes, onde 2.996 viviam na zona rural e 1.851 na zona urbana. A densidade demográfica é de 3,13 hab./km².

A cidade não possui hospitais, conta apenas com 1 posto de saúde, 1 odontólogo e 2 auxiliares de enfermagem.

Segundo a Secretaria da Saúde, para cada 1.000 crianças nascidas vivas, morrem 230. Entre os óbitos registrados em 1992, para cada 100 mortes, 1 é menor de um ano, 3 entre 19 a 48 anos e 5 com mais de 48 anos. As principais causas de óbitos são: acidentes vascular cerebral e desnutrição infantil.

Na zona urbana, 90% das casas são de alvenaria e 10% de palha.

É feita regularmente a coleta do lixo domiciliar, com lançamento final a céu aberto.

Os principais produtos agrícolas cultivados são: o arroz de sequeiro, com uma produção de 1.040 t, sendo cultivado por 150 produtores; o milho, com uma produção de 720 t, sendo cultivado por 200 produtores; o feijão, com uma produção de 50 t, sendo cultivado por 40 produtores.

Segundo o IBGE-TO (1991), o município contava com 9.900 galinhas e 14.000 galos, frangos, frangas e pintos, e a produção 45.000 dz ovos/ano. A pecuária possuía 19.500 cabeças de bovinos, 170 bubalinos, 4.900 suínos, 210 ovinos, 470 caprinos, 570 eqüinos, 500 asininos e muares, e uma produção de leite bovino de 468.000 litros/ano.

A rede de armazenamento conta com 1 armazém particular com capacidade para 360 t.

A maioria dos empregos oferecidos são estaduais e municipais.

A energia elétrica é fornecida pela CELTINS, através da usina ISAMU IKEDA, com 40 Km de rede de alta tensão, servindo 267 residências, 25 comércios, 3 indústrias e 6 órgãos públicos.

A cidade dispõe de 1 posto telefônico comunitário e uma agência de correios e telégrafos.

A delegacia de polícia dispõe de 5 policiais.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- levantamento dos tipos de solos;
- caracterizar os sítios naturais;
- informações sobre a utilização das terras;
- levantamento do pessoal ocupado no setor primário;
- informações sobre o meio ambiente;
- informações sobre a estrutura fundiária e situação jurídica dos imóveis; e
- informações sobre a área da saúde.

2.2 - Para Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias, necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos privados, face às potencialidades existentes.

b) No campo social:

- planos de saneamento básico, melhoria das condições de moradia e cursos profissionalizantes

c) No campo econômico:

- implementação de agroindústria e uso de tecnologia.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- estradas alimentadoras, redes de comunicação e armazéns

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade;
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

12 - PONTE ALTA DO BOM JESUS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município foi criado em 1959 e possui 2.038 habitantes na sede. A densidade demográfica é de 0,75 hab./km², resultante de uma área de 3.112 km², que representa 6,6% da Região Sudeste e 1,12% do Estado.

Ponte Alta do Bom Jesus limita-se com os municípios de Novo Jardim, Dianópolis, Taguatinga, Arraias, Taipas e o Estado da Bahia (leste).

Segundo os dados da Estação Meteorológica de Taguatinga, o município apresenta precipitação pluviométrica média de 1.665 mm/ano, com precipitação máxima no mês de janeiro, (304,9 mm), e mínima em julho (2,3 mm); a temperatura média é de 24,5 °C ao longo do ano; setembro é o mês de média mais elevada, (33,6 °C); o mês de temperatura média mais baixa é julho (18 °C). A umidade média anual é de 67%. O mês de umidade mais elevada é fevereiro, com 80%; agosto é o de menor média de umidade com 46%.

Os levantamentos fornecidos sobre as condições do solo são poucos e imprecisos. Não foram levantadas as classes e os tipos de solos do município. Apenas constata-se que 10% das terras apresentam pastagens naturais e 20% é apta para a lavoura.

Na mineração foi constatado o calcário agrícola, com volume de jazida da ordem de 27.800 t. Este calcário é encontrado em 2 jazidas. Além dessas, existem mais duas jazidas ainda não quantificadas.

As manifestações artísticas culturais acontecem especialmente nas festas religiosas. Não existem circuitos culturais, sendo comemoradas as festas do Padroeiro Bom Jesus dos Aflitos, Nossa Senhora de Fátima, Santo Antonio, festa de São Sebastião e a Folia de Reis.

Na área da saúde não se possuem registros de mortalidade, natalidade e suas estratificações etárias.

Os profissionais de saúde são todos contratados pelo município, que conta com uma equipe com 2 médicos, 4 enfermeiras, 3 auxiliares de enfermagem, 6 em outras funções. Não existe odontólogo no município.

Existem 3 estabelecimentos de saúde pública com um total de 20 leitos.

As medidas profiláticas tomadas no ano de 1992 foram as seguintes: aplicações de 90 vacinas BCG, 105 vacinas contra o sarampo, 208 vacinas Sabin. Não foram aplicadas vacinas contra a febre amarela e foram aplicadas 303 vacinas de outros tipos.

Não existem dados da situação municipal de habitação. No entanto, calcula-se que 60% das casas sejam de taipa e 40% de outros materiais: alvenaria, madeira e palha.

Existem no município 26.000 cabeças de bovinos, 5.100 suínos, 350 ovinos, 650 caprinos, 2.800 eqüinos, e 500 asininos e muares.

Os dados sobre a malha rodoviária existente indicam apenas 88 km de rodovias estaduais em leito natural.

Quanto ao transporte aéreo, existe apenas 1 pista de pouso com 1.000 m de comprimento.

O sistema de geração de energia existente produz 297 kW, através de uma usina hidráulica. Existe 1 linha de transmissão de energia em 13,8 kva (alta tensão).

O número de consumidores residenciais é de 378, 17 comerciais, 1 industrial, 14 do poder público, e a rede serve ainda, à iluminação pública.

Existem 100 terminais telefônicos instalados e 1 posto de serviço telefônico. Os números de chamadas locais e interurbanas não foram levantados.

O município possui uma agência central de correios e telégrafos, com 13 objetos recebidos e 17 expedidos em média, por mês.

Possui ainda Delegacia de Polícia com 2 celas e 4 vagas. Na Delegacia trabalham 2 policiais.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- Informações sobre os recursos minerais;
- Informações sobre os setores secundário e terciário;
- Informações sobre os tipos de solos;
- informações sobre a área da saúde; e
- informações sobre a área habitacional.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias, necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para os investimentos do setor privado, orientados para as potencialidades do município.

b) No campo social:

- educação, saúde, moradia, emprego.

c) No campo econômico:

- meio de financiamento agrícola, pecuária e mineral;
- adoção de novas tecnologias; e
- implementação de agroindústrias.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- planos de estradas viárias, energia elétrica, comunicação e saneamento básico.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- projeto de organização municipal;
- elaboração do plano Diretor da cidade; e
- projeto de capacitação e melhoria dos servidores da administração municipal.

13 - PORTO ALEGRE DO TOCANTINS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município possui uma área territorial de 481,4 km², o que representa 0,98% em relação à Região e 0,17% ao Estado.

Limita-se ao norte com Almas; ao sul com Conceição do Tocantins e Taipas; a leste com Rio da Conceição e Dianópolis; e a oeste com Almas.

Segundo a Estação Meteorológica local, a precipitação pluviométrica média é de 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o mais seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C, com a máxima chegando a 33,6 °C em setembro, e a mínima a 18,0 °C em julho.

No município prevalecem os solos argilosos, que representam 95%. Os restantes 5% são constituídos de solos arenosos.

Predominam ainda, os planaltos (50% do relevo); 30% são de várzea e 20% de áreas montanhosas.

A vegetação predominante é o cerrado com 50% do território; 30% são campos, e o restante distribuído entre floresta e áreas agricultáveis.

A potencialidade da exploração da madeira é pequena, predominando exemplares de Aroeira, Angico, Ipê, Peroba e Cedro.

Caracterizadas como ecossistema, podem ser citadas as bacias dos rios Manoel Alves e Rio do Peixe, bem como as serras do Barril, do Bodoque e das Lages, cujas características merecem ser estudadas.

O censo de 1991 levantou uma população de 2.103 habitantes, com uma densidade demográfica de 4,37 hab./km². A população urbana é de 909 habitantes e 1.194 a população rural.

A mão-de-obra ocupada pelo comércio é de 160 pessoas. Foram ainda, identificados 350 proprietários rurais e 16 servidores públicos.

Existe 1 hospital com 13 leitos, sendo todos os profissionais de saúde servidores municipais.

As atividades profiláticas têm sido representadas por campanhas de vacinação; 120 pessoas receberam vacinas BCG, 620 contra sarampo e 900 vacinas SABIN.

Existem 810 domicílios em condição de ocupação, sendo 432 situados em área urbana e 378 na zona rural.

Foi constatado que o material da maioria das construções é predominantemente de alvenaria, seguido pelo adobe, na área urbana; e a taipa, nas áreas rurais.

Existem 164 domicílios providos de água; instalações sanitárias em 432 domicílios particulares urbanos; 130 possuem fossa do tipo sedimentar; 80 fossas sépticas; e 222 não possuem instalações sanitárias de nenhuma espécie.

A limpeza urbana é feita diariamente, sendo o lixo acondicionado em latas e caixas de madeira. Coletam-se em média 7 m³ de lixo por dia, que é despejado em lugar apropriado, a céu aberto. O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e despejado em lugar adrede preparado.

As propriedades rurais estão distribuídas entre 350 produtores, sendo 300 propriedades entre 11 a 50 alqueires, 45 entre 51 a 500 alqueires e 5 superiores a 501 alqueires. A utilização da terra inclui o cultivo de lavouras permanentes, com 2.000 ha; temporários com 5.000 ha, e áreas de descanso com 1.000 ha. As pastagens são compostas por 150.000 ha naturais (campos e cerrado) e 30.000 ha artificiais. Existem 50.000 ha de matas naturais. A área produtiva não utilizada é de aproximadamente 30.000 ha.

A produção agrícola do município constitui-se, predominantemente, de arroz de sequeiro com uma área cultivada de 550 ha, cultivada por 35 produtores; o milho cobre 500 ha com 40 produtores; e o feijão, banana, cana-de-açúcar e mandioca, ocupando uma área de 155 ha.

No setor avícola, a produção é da ordem de 10.000 galinhas, que produzem 20.000 dúzias de ovos por ano; e 6.500 galos, frangos, frangas e pintos.

Na pecuária, o abate anual alcança 225 cabeças, chegando a uma produção de 33.750 kg de carne.

O município é servido por apenas 5 km de rodovias estaduais, todas não asfaltadas. Está, no entanto, sendo executado um trecho de 45 km.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- informação sobre os recursos minerais;
- informação sobre o meio ambiente; e
- informação sobre a receita municipal.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No Campo institucional:

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para os investimentos do setor privado, orientados para as potencialidades locais.

b) No campo social:

- introdução de sistema de água tratada, saneamento e ampliação de emprego.

c) No campo econômico:

- aplicação de novas tecnologias na agricultura e na pecuária;
- implementação de agroindústria; e
- promoção de acesso a meios de financiamento para os setores produtivos.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- ampliação da rede elétrica;
- melhoria das estradas vicinais e asfaltamento do sistema básico de integração; e
- rede de comunicações.

2.3 - Para o Desenvolvimento Público Municipal:

- desenvolvimento do Plano Diretor da cidade;
- projetos para melhoria da organização da Administração Municipal; e
- cursos para capacitação dos servidores da Administração Municipal.

1.4 - RIO DA CONCEIÇÃO

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Município recém-emancipado de Dianópolis, criado em 1.991 e implantado em janeiro de 1.993. Possui uma área de 737,10 Km², o que representa 1,56% da área da Região Sudeste e 0,26% da área total do Estado.

Com população de 726 habitantes, e densidade demográfica de 0,9 hab./Km², situa-se abaixo da média da Região (2,2 hab./km²), e do Estado (3,3 hab./km²). Está entre os de menor população do Estado.

Limita-se ao norte com o município de Almas; ao sul com Dianópolis; a leste com o Estado da Bahia; e a oeste com Porto Alegre do Tocantins.

Segundo os dados da Estação Climatológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica é de 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o mais seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C, e a umidade média anual é de 67%.

Quanto aos recursos minerais, existem 4 jazidas de calcário sendo exploradas pelas mineradoras Brasil Verde, Fugita, Injetexte e Goerê.

Dista 400 Km da capital, e é um dos mais promissores pólos turísticos do Estado.

Bem servido em água, o município possui belas cachoeiras e excelentes balneários, onde os visitantes ficam impressionados com a exuberância da fauna e flora.

Quanto à estrutura produtiva, 50 produtores plantam cerca de 215 ha, produzindo, em média, 775 toneladas de produtos de subsistência, como arroz, milho, feijão, banana, cana-de-açúcar e mandioca.

No setor de comunicação, conta apenas com um posto de serviço comunitário; não possui agência de correios, nem sistema de rádio ou de reprodução de televisão locais.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- levantamento detalhado de informações.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município:

- implantação dos serviços básicos essenciais;
- levantamento e diagnóstico sócio-econômico;
- elaboração de um plano de desenvolvimento local; e
- integração do município ao processo de desenvolvimento regional.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização dos serviços municipais;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação de recursos humanos.

15 - SANTA ROSA DO TOCANTINS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O município foi criado em 1988. Possui 2 distritos - Cangas e Morro de São João - e representa 3,8% do território da Região Sudeste, 0,65% do Estado, com uma área de 1.801,3 km².

Limita-se ao norte com os municípios Silvanópolis e Porto Nacional; ao sul com Natividade e São Valério da Natividade; a leste com Pindorama do Tocantins; e a oeste com o Rio Tocantins.

Segundo a Estação Climatológica de Peixe, o clima apresenta as seguintes características: precipitação pluviométrica média de 1.722,5 mm/ano, com período chuvoso de dezembro a março, e período seco de junho a agosto; temperatura média anual de 25,6 °C, e umidade média anual de 73%.

Os solos são 75% argilosos e 25% arenosos.

O relevo pode ser considerado 25% montanhoso, 35% de várzeas, 40% de planalto. A vegetação é constituída por 45% de cerrados, 40% de campos e 15% de florestas.

Existe uma jazida de ouro com volume não levantado. A fauna apresenta animais como o veado, caititu, capivara, paca, tatu e outros; a flora possui árvores, onde as mais comuns são candial, pequizeiro, cajueiro e canjarana.

A população é composta de 3.826 habitantes, sendo que 2.951 vivem na zona rural e 875 vivem na zona urbana. A densidade demográfica é de 2,12 hab./km².

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, 45% dos adultos são analfabetos. Da faixa de 7 a 14 anos, que está fora da escola, 2% são alfabetizados e 20% não alfabetizados.

As principais festas religiosas e populares são as do Divino Espírito Santo e a festa de Reis. Os principais produtos artesanais são: o pote, a telha, o chapéu de palha. Estão exercendo atividades artesanais cerca de 300 pessoas.

Existem na cidade 1 médico, 1 odontólogo, 1 enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem. O município conta com 1 posto de saúde para atendimento da comunidade.

Em 1992, o município contava com 400 domicílios, 250 urbanos e 150 rurais. Na zona urbana, 50% das casas são de alvenaria, 1% de madeira, 30% de taipa e 19% de outros materiais.

A coleta de lixo domiciliar é feita na cidade, com lançamento final a céu aberto.

Os produtos agrícolas cultivados que merecem destaque são: o arroz de sequeiro, com uma produção de 900 t, um índice de produtividade de 1.000 kg/ha, é cultivado por 90 produtores; o milho, com uma produção de 300 t, e um índice de produtividade de 360kg/ha, cultivado por 75 produtores; o feijão, com uma produção de 10 t, e um índice de produtividade 400 kg/ha, sendo cultivado por 30 produtores.

De acordo com os dados do IBGE-TO (1991), o município possuía 6.500 galinhas poedeiras e 9.600 animais para abate. O volume da produção de ovos era de 30.000 dúzias/ano. A pecuária contava com 37.000 cabeças de bovinos, 4.500 suínos, 240 ovinos, 500 caprinos, 1.300 eqüinos, 800 asininos e muares.

Segundo dados levantados pelo RURALTINS, a área total desmatada é 4.314 ha, e a área florestal de 15.089 ha. Desta forma, foram desmatados, aproximadamente, 25% da área do município.

A malha viária implantada é de 82 km de estradas estaduais de chão batido.

A energia elétrica atende a 101 consumidores residenciais, 18 comerciais, 1 industrial, 6 unidades do Poder Público, e à iluminação pública.

Existe na cidade 1 posto telefônico, carente da implantação de DDD. Dispõe de 1 posto de serviços de correios e telégrafos.

Não é sede de Comarca, mas possui uma Delegacia de Polícia, uma cadeia pública com 2 celas e disponibilidade para 4 vagas, e 7 policiais militares.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- identificação da estrutura fundiária: o número de imóveis rurais por área e outras informações;
- faltam informações detalhadas sobre indústria, comércio e serviços; e
- faltam informações, igualmente, sobre área de saúde.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um Plano de Desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para investimentos privados, face às potencialidades locais.

b) No campo social:

- saneamento básico, geração de empregos, hospital.

c) No campo econômico:

- implantação de agroindústrias, uso de tecnologias melhoradas, exploração do potencial mineral.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- falta tudo: energia, esgoto, estradas, comunicações.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento do Plano Diretor da cidade;
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

14 - SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Fundado em 07 de junho de 1971 e emancipado em 1988, o município possui 11.320 habitantes, com uma densidade populacional de 4,37 hab./km².

A área do município é de 2.585 km², que representa 5,47 % da Região Sudeste e 0,93 % do Estado.

Segundo a Estação Climatológica mais próxima, a precipitação pluviométrica média é 1.722,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre novembro e março, e o mais seco entre maio e setembro.

A temperatura média anual é de 27 °C, com a máxima chegando a 36 °C em setembro, e a mínima em 18 °C em julho.

A umidade média é de 73% ao ano, com máxima de 84% em março, e mínima de 55% em agosto.

O relevo predominante na região é plano, com vegetação de cerrado.

O município é servido por alguns rios, como o Manoel Alves, Rio Tocantins e o São Valério, que é considerado como sítio natural, localizado a, apenas, 800 metros da sede.

No setor da saúde, a cidade conta com 1 hospital de 15 leitos e 1 posto de saúde, os quais contam com 28 funcionários, sendo 1 municipal e 27 estaduais.

Existem 2.264 domicílios, sendo 834 na área urbana e 1.430 na zona rural. A grande maioria das residências são abastecidas de água através de poços artesianos, e aproximadamente 30% não dispõem de qualquer tipo de fornecimento de água.

As instalações sanitárias constituem-se de fossas sépticas, em sua maioria.

A cidade conta com 480 km de estradas de chão municipais, e 35 km de estradas de chão estaduais. Dispõe também de uma pista de pouso com 750 m, não homologada.

A geração de energia elétrica é feita através das linhas de transmissão estadual (geração térmica).

Os meios de comunicação de que dispõe são: 1 posto de serviços telefônicos comunitário, e sinais de emissoras de televisão sem retransmissoras locais. Não há informações a respeito de Correios e Telégrafos.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

2.1 - Para o Diagnóstico:

- informações sobre reservas minerais;
- informações básicas sobre comércio, indústria e serviços;
- informações detalhadas sobre a área de educação;
- situação/condições sanitárias das moradias da cidade; utilização de tecnologia.
- dados insuficientes sobre a produção agrícola e extração vegetal; e
- informações sobre a arrecadação do município;

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município

a) No campo institucional:

- elaboração de um Plano de Desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para o aproveitamento de suas potencialidades.

b) No campo social:

- programas de moradia, saneamento básico, e ampliação de emprego.

c) No campo econômico:

- modernização tecnológica, introdução de agroindústrias.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- interligação energética, melhoria de estradas e modernização das comunicações.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização de administração municipal;
- desenvolvimento de um simples Plano Diretor para o crescimento da cidade;
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

17 - TAGUATINGA

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Fundado em 1834 e emancipado em 1918, o município possui 5.308 hab. na sede e 6.089 hab. na zona rural, perfazendo um total de 11.397 hab., com densidade demográfica de 4,71 hab./km², acima da média da Região (2,2 hab/km²) e do Estado (3,3 hab/km²), sendo que a do País é da ordem de 18,5 hab./km².

Possui uma área de 2.418,3 km², que representa 5,12% da Região Sudeste e 0,87% do Estado.

Limita-se ao norte com o município de Ponte Alta do Bom Jesus; ao sul com Aurora do Tocantins; a leste com o município de Barreiras - BA; e a oeste com Arraias.

Segundo a Estação Climatológica local, a precipitação pluviométrica média é de 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o mais seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C, com a máxima chegando a 33,6 °C em setembro, e a mínima a 18,0 °C em julho.

A umidade média é 67% ao ano, com máxima de 80% em fevereiro e mínima de 46% em agosto.

Predomina o relevo plano, com altitude média de 660 m. Seus solos são, em maior parte, litólicos vermelho e amarelo (terras para lavoura).

Seguindo a característica da Região e do Estado, a vegetação predominante do município é o cerrado, seguido de perto pelos campos.

O município não possui ecossistemas caracterizados, e os que existem são conhecidos apenas localmente. Podem ser citados, no entanto o rio Sobrado, os lagos Patos e São Mateus, o balneário dos Azuis e a cachoeira de Registro (45 m. de queda d'água), cujas características mereceriam ser estudadas.

Como sítios naturais, temos a gruta dos Caldeirões, com belas e milenares estalactites e estalagmites. É de notar-se também, a beleza da Serra Geral, com suas estranhas figuras, esculpidas nas rochas arenosas pela ação do tempo.

O município possui um hospital público e três postos de saúde. Todos os profissionais desta área são funcionários municipais: 1 médico, 1 odontólogo, 6 enfermeiros, 2 auxiliares de enfermagem e 25 outros.

Possui apenas 1.380 residências beneficiadas pelo abastecimento d'água, captadas de 3 poços e 6 nascentes.

No setor energético, a cidade é servida pela usina hidrelétrica de TAGUATINGA, sistema de geração local, particular, com 27 km de rede. São beneficiadas 1.176 residências, 85 estabelecimentos comerciais, 14 indústrias, 26 órgãos públicos e 14 residências rurais.

Na área de comunicações, a cidade conta com 2 postos de serviço comunitário e 300 terminais telefônicos; uma agência central de correios, com média mensal de 138 objetos recebidos e 60 expedidos. Não existe rádio nem televisão locais.

Na área de infra-estrutura viária, existem 52 km de estradas federais e 53 km de estradas estaduais, tendo esta última 19 km de leito natural. Possui uma pista de pouso com 2.000 m de extensão.

Os dados sobre os imóveis rurais demonstram que os seus 273.900 ha estão 90,5% nas mãos de proprietários, distribuídos em pequenas e médias propriedades, preservadas em suas matas naturais, com apenas 28% de pastagem artificial, e uma parcela mínima utilizada no plantio de lavouras.

No setor produtivo, constatamos o predomínio da criação de bovinos, seguida, embora de longe, da de suínos; uma razoável criação de galinhas, com produção de 43.000 dz de ovos.

Quanto ao extrativismo, temos informação apenas da extração de madeira.

Foi registrada a existência de calcário, porém, ainda não explorado.

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- informações sobre reservas minerais;
- informações sobre sítios naturais, recursos hídricos, cênicos e meio ambiente;
- informação sobre setor educacional;
- informações detalhadas sobre saúde, saneamento e habitação; e
- informações sobre o uso de tecnologia agrícola e serviços específicos nos setores primário, secundário e terciário.

2.2 - Para o desenvolvimento do município

a) No campo institucional:

- elaboração de um plano de desenvolvimento local, com a definição de ações prioritárias necessárias ao desenvolvimento do município, e orientação para os investimentos do setor privado dirigidos ao aproveitamento das potencialidades existente.

b) No campo social:

- melhoria das condições de moradia, saneamento básico e emprego.

c) No campo econômico:

- modernização tecnológica, e introdução de agroindústrias.

d) No campo da infra-estrutura básica:

- melhoria das estradas e sistemas de comunicação.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização municipal;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação e melhoria de recursos humanos.

18 - TAIPAS DO TOCANTINS

1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Município recém-emancipado de Conceição do Tocantins, criado em 1991 e implantado em janeiro de 1993. Possui uma área de 1.041 km², representando 2,2% da área da Região Sudeste e 0,37% da área total do Estado.

Com população de 1.828 habitantes, a densidade demográfica é de 1,75 hab./km², situando-se abaixo da média da Região (2,2 hab/km²) e do Estado (3,3 hab/km²).

Limita-se ao norte com o município de Porto Alegre do Tocantins; ao sul com Arraias; a leste com Porto Alegre do Tocantins e Ponte Alta do Bom Jesus; e a oeste com Conceição do Tocantins.

Segundo dados da Estação Climatológica de Taguatinga, a precipitação pluviométrica média é 1.665,5 mm/ano. O período mais chuvoso situa-se entre dezembro e março, e o mais seco entre junho e agosto.

A temperatura média anual é de 24,5 °C e a umidade média é de 67%.

Quanto aos recursos minerais, existe uma imensa jazida, inexplorada, de calcário na serra do Testa Branca; e também a calcita, encontrada em abundância na Região.

Possui uma das mais belas reservas naturais do Estado. De seus mananciais de água mineral saem toda a água fornecida à população, e o mais interessante e econômico, por gravidade, não havendo necessidade de bombeamento, o que evita a poluição e degradação do meio ambiente.

Como manifestações artístico-culturais de cunho religioso, os festejos do padroeiro Divino Pai Eterno, quando as tradições e o folclore vêm à tona para expressar os costumes e as crenças, transformando a cidade num grande centro cultural.

Quanto à estrutura produtiva, 81 produtores plantam cerca de 910 ha, produzindo em média 2.515 toneladas de produtos variados como arroz, milho, feijão, banana, cana-de-açúcar e mandioca.

No setor energético, o município é servido pela CELTINS, beneficiando 79 residências, 14 estabelecimentos comerciais e 4 órgãos públicos.

Na área de transportes, possui 62 km de malha rodoviária estadual (entre existente e planejada).

2 - PONTOS CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO LOCAL

2.1 - Para o Diagnóstico:

- levantamento detalhado de informações gerais.

2.2 - Para o Desenvolvimento do Município:

- implantação dos serviços básicos essenciais;
- levantamento e diagnóstico sócio-econômico;
- elaboração de um plano de desenvolvimento local; e
- integração do município ao processo de desenvolvimento racional.

2.3 - Para a Administração Pública Municipal:

- desenvolvimento de um projeto de organização dos serviços municipais;
- desenvolvimento de um Plano Diretor da cidade; e
- desenvolvimento de um projeto de capacitação de recursos humanos.

